



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

---

ANO LXI - N° 203 - QUARTA-FEIRA, 15 DE NOVEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

---

## MESA DO SENADO FEDERAL

<b>Presidente</b> Renan Calheiros – PMDB-AL <b>1º Vice-Presidente</b> Tião Viana – PT-AC <b>2º Vice-Presidente</b> Antero Paes de Barros – PSDB-MT <b>1º Secretário</b> Efraim Morais – PFL-PB <b>2º Secretário</b> João Alberto Souza – PMDB-MA	<b>3º Secretário</b> Paulo Octávio – PFL-DF <b>4º Secretário</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO <b>Suplentes de Secretário</b> 1 <sup>a</sup> - Serys Slhessarenko – PT-MT 2 <sup>a</sup> - Papaléo Paes – PSDB-AP 3 <sup>a</sup> - Alvaro Dias – PSDB-PR 4 <sup>a</sup> - Aelton Freitas – PL-MG
---	--

### LIDERANÇAS

<b>MAIORIA (PMDB) – 20</b> <b>LÍDER EM EXERCÍCIO</b> Wellington Salgado de Oliveira <sup>(2)</sup>  <b>VICE-LÍDERES</b> Wellington Salgado de Oliveira Garibaldi Alves Filho Gilberto Mestrinho Geovani Borges Amir Lando Ramez Tebet  <b>LÍDER EM EXERCÍCIO</b> DO PMDB – 20 Wellington Salgado de Oliveira <sup>(2)</sup>  <b>VICE-LÍDERES DO PMDB</b> Wellington Salgado de Oliveira Luiz Otávio Valdir Raupp Alberto Silva	<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO</b> (PT/PL/PSB/PRB) - 19  <b>LÍDER</b> Ideli Salvatti – PT  <b>VICE-LÍDERES</b> Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB  <b>LÍDER DO PT – 12</b> Ideli Salvatti  <b>VICE-LÍDERES DO PT</b> Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino  <b>LÍDER DO PL – 3</b> João Ribeiro  <b>VICE-LÍDER DO PL</b> Aelton Freitas  <b>LÍDER DO PSB – 2</b> Antônio Carlos Valadares  <b>VICE-LÍDER DO PSB</b> (vago)  <b>LÍDER DO PRB – 2</b> Marcelo Crivella	<b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</b>  <b>LÍDER</b> Alvaro Dias – PSDB  <b>VICE-LÍDERES</b> Juvêncio da Fonseca - PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres - PFL  <b>LÍDER DO PFL – 16</b> José Agripino  <b>VICE-LÍDERES DO PFL</b> Demóstenes Torres - PFL César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) <sup>(1)</sup>  <b>LÍDER DO PSDB – 16</b> Arthur Virgílio  <b>VICE-LÍDERES DO PSDB</b> Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
<b>LÍDER DO PDT – 4</b> Jefferson Peres <sup>(3)</sup>  <b>VICE-LÍDER DO PDT</b> (vago)	<b>LÍDER DO PTB – 4</b> Mozarildo Cavalcanti  <b>VICE-LÍDER DO PTB</b> Sérgio Zambiasi  <b>LÍDER DO P-SOL – 1</b> Heloísa Helena	<b>LÍDER DO GOVERNO</b> Romero Jucá – PMDB  <b>VICE-LÍDERES DO GOVERNO</b> (vago) Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
<b>EXPEDIENTE</b>		
Agaciel da Silva Maia <b>Diretor-Geral do Senado Federal</b> Júlio Werner Pedrosa <b>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</b> José Farias Maranhão <b>Diretor da Subsecretaria Industrial</b>		Raimundo Carreiro Silva <b>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</b> Ronald Cavalcante Gonçalves <b>Diretor da Subsecretaria de Ata</b> Denise Ortega de Baere <b>Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</b>

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---

### 1 – ATA DA 185ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 2006

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 492/2006, 9 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei nº 5.505, de 2005, naquela Casa (Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2004), que institui o Dia Nacional de Combate à Psoríase e o envio à sanção naquela data. ....

34526

##### 1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 1.125, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, comunicando que se ausentará do país, no período de 16 de novembro a 1º de dezembro próximo, para participar, como observador parlamentar, da Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque. **Deferido**. ....

34526

Nº 1.126, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando inserção em ata de voto de congratulações para o atleta Marilson Gomes do Santos, ganhador da São Silvestre por duas vezes, 2003 e 2005, e da 37ª Maratona de Nova Iorque, em 5 do corrente.....

34526

Nº 1.127, de 2006, de autoria do Senador Mão Santa, comunicando que se ausentará do país no período de 24 de novembro a 4 de dezembro próximo, para participar da 4ª Sessão da Conferência Interparlamentar sobre Direitos Humanos e Liberdade Religiosa, em Roma. **Deferido**. ....

34527

Nº 1.128, de 2006, de autoria do Senador Marcelo Crivella, comunicando que se ausentará do país no período de 18 a 21 de novembro próximo, para participar da V Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), a realizar-se em Bogotá, Colômbia. **Deferido**. ....

34527

Nº 1.129, de 2006, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Isaac Ainhorn, ocorrida na manhã de hoje, em Porto Alegre. ....

34527

##### 1.2.3 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 1.875, de 2006, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia

do Acórdão nº 2.007, de 2006-TCU-Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de reforma e ampliação do Aeroporto Internacional Luiz Eduardo Magalhães, na cidade de Salvador/BA (TC 009.627/2000-8). ....

34528

Recebimento do Aviso nº 1.894, de 2006, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.015, de 2006-TCU-Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (TC 001.838/2006-5). ....

34528

Recebimento do Aviso nº 87, de 2006, na origem, de 31 de outubro último, do Banco Central do Brasil, informando as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, analisadas e registradas por aquela Autarquia, no trimestre de julho a setembro de 2006. ....

34528

##### 1.2.4 – Parecer

Nº 1.201, de 2006, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza o Poder Executivo Federal a implantar o Gasoduto Urucu-Porto Velho, no Estado de Rondônia. ....

34528

##### 1.2.5 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2005, cujo parecer foi lido anteriormente.....

34531

##### 1.2.6 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que inclui as doações aos Fundos controlados pelos Conselhos de Assistência Social na permissão para dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas. ....

34531

Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta art. 48-A à Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, para permitir refinanciamento de saldo de financiamen-

to imobiliário com interveniência de novo agente financeiro credor. ....	34536
Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, que institui o Dia da Guarda Municipal, a ser comemorado no dia 10 de outubro. ....	34536
<b>1.2.7 – Ofícios</b>	
Nº 775/2006, de 14 do corrente, da Liderança do PL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. ....	34537
Nº 803/2006, de 14 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. ....	34538
<b>1.2.8 – Ofício da Secretaria Executiva de Fazenda do Estado de Alagoas</b>	
S/Nº/2006, de 20 de setembro último, encaminhando esclarecimento a respeito do cumprimento do objetivo proposto pela Resolução nº 32, de 2000, do Senado Federal. ....	34538
<b>1.2.9 – Discursos do Expediente</b>	
SENADOR PAULO PAIM – Registro de participação na 1ª Conferência de Educação Profissional e Tecnológica, realizada em Brasília, e no 13º Seminário Internacional de Educação Tecnológica, em Novo Hamburgo/RS. Defesa do ensino profissionalizante e apelo em favor da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 274/03, que cria o Fundep. ..	34539
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Críticas ao Ministro Antonio de Pádua Ribeiro, do Superior Tribunal de Justiça, por arquivar denúncias no Conselho Nacional de Justiça. ....	34542
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Críticas à falta de critérios na distribuição dos recursos do Orçamento. Citação de matéria publicada no jornal <b>Correio Braziliense</b> sobre a questão. ....	34543
SENADOR MÃO SANTA – Apelo ao governo no sentido de que atenda às reivindicações dos médicos residentes, que se encontram em greve. ....	34551
SENADOR ALVARO DIAS – Questionamento sobre o grande mote adotado pelo presidente Lula em seu segundo governo: o crescimento econômico. ....	34555
SENADORA IDELI SALVATTI – Cumprimentos aos servidores da CEF que estão participando de um Fórum Internacional em Cingapura, onde apresentarão a tecnologia desenvolvida para operar seu sistema lotérico, o que possibilita a independência em relação à empresa norte-americana Gtech. ....	34556
SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI, como Líder – Considerações sobre a questão dos médicos residentes em greve em todo o país, pelo reajuste da bolsa de residência médica. ....	34558
SENADOR CÉSAR BORGES, como Líder – Protesto pelo excesso de edição de medidas provisórias. Traição do eleitor pelo governo, que confiou	

na promessa do gás natural e será contemplado com aumento de preços. ....	34560
SENADOR EDUARDO SUPILCY – Reflexões sobre a política econômica e o crescimento da economia no atual governo. ....	34563
SENADOR EDUARDO AZEREDO – Justificação a requerimento de voto de pesar pelo falecimento de João Domingos Fassarella, ex-Prefeito de Governador Valadares. ....	34569
<b>1.2.10 – Leitura de requerimento</b>	
Nº 1.130, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Vereador, ex-Deputado Federal e ex-Prefeito de Governador Valadares, João Domingos Fassarella, ocorrido em 12 do corrente. ....	34569
<b>1.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)</b>	
SENADOR GEOVANI BORGES – Homenagem ao Tribunal de Justiça do Estado do Amapá e aos seus integrantes pelo trabalho que vem desenvolvendo em prol da Justiça. ....	34569
SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Considerações sobre projeto de autoria de S. Exª que trata da pedofilia. ....	34572
SENADOR RODOLPHO TOURINHO – A questão dos agentes comunitários de saúde .....	34573
SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – O descaso do governo com a situação dos controladores de vôo. Comentários a declarações do IPEA a respeito do crescimento econômico. ....	34579
SENADOR EDUARDO AZEREDO, como Líder – Comentários sobre resultados preliminares dos levantamentos aerogeofísicos que indicam a existência de estruturas geológicas com grande potencial para a existência de gás natural na Bacia do São Francisco. ....	34584
<b>1.2.12 – Discursos encaminhados à publicação</b>	
SENADOR ALMEIDA LIMA – Registro do artigo intitulado “Involução?”, de autoria do economista Gustavo Ioschpe, publicado no jornal <b>Folha de S. Paulo</b> , edição de 24 de outubro último. ....	34591
SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários à matéria intitulada “País pode perder US\$ 11 bi em exportações”, publicada no jornal <b>Folha de S. Paulo</b> , edição de 25 de setembro último. ....	34593
SENADOR PAPALÉO PAES – Registro do artigo intitulado “Impugnação moral e jurídica”, de autoria do ex-ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, publicado no jornal <b>Folha de S. Paulo</b> , edição de 21 de setembro último. ....	34594
SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “Privatização aumentou oferta de linhas fixas e tornou celular acessível”, publicada no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , edição de 13 de outubro último. ....	34595

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “ <i>Lorenzetti articulou compra do dossiê Vedoin, diz relatório da PF</i> ”, publicada no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , edição de 21 de outubro último. ....	34596	Deputados, da Justiça Federal, da Justiça Eleitoral e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$ 5.834.330,00 (cinco milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, trezentos e trinta reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.....	34608
SENADOR LEONEL PAVAN – Registro da matéria intitulada “ <i>Serra: ‘Foi tiro no pé’</i> ”, publicada no jornal <b>Correio Braziliense</b> , edição de 23 de setembro último. ....	34599	Nº 35, de 2006-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 6, de 2006-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 97.472.929,00 (noventa e sete milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, novecentos e vinte e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.....	34610
SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Comentários ao artigo intitulado “ <i>Sem Lula, o mundo é melhor</i> ”, de autoria do jornalista Diogo Mainardi, publicado na revista <b>Veja</b> , edição de 20 de setembro último. ....	34600	6 – TERMOS DE REUNIÃO	
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Considerações sobre os hospitais faltosos no sentido das adaptações para o acesso de deficientes. Registro do recebimento de e-mail de um empresário que enfrenta problemas com a Previdência, por ter criado programa de ajuda aos seus empregados que desejam estudar. ....	34601	Referentes às Medidas Provisórias nºs 327 a 329, de 2006.....	34612
SENADOR MARCOS GUERRA – Apelo aos seus pares no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 273, de 2006, da autoria de S. Exa., que inclui o empreendedorismo como componente curricular dos ensinos fundamental e médio no Brasil, dando prazo de dois anos para que a inovação entre em vigor. ....	34602	<b>SENADO FEDERAL</b>	
SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários ao Relatório de Administração do Banco Central – Bacen – para o ano de 2005, que mostra a evolução bastante significativa dos fundamentos macroeconômicos do Brasil. ....	34603	7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
<b>1.3 – ENCERRAMENTO</b>		– 52ª LEGISLATURA	
<b>2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 14-11-2006</b>		8 – SECRETARIA DE COMISSÕES	
<b>3 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL</b>		9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
Nºs 251 e 252, de 2006. ....	34604	10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
<b>346044 – ATOS DO DIRETOR-GERAL</b>		11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Nºs 2.228 a 2.233, de 2006. ....	34605	12 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
<b>5 – PARECER</b>		13 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
Nº 34, de 2006-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 5, de 2006-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos		14 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
		<b>CONGRESSO NACIONAL</b>	
		15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
		16 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		17 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
		18 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

## Ata da 185<sup>a</sup> Sessão Não Deliberativa, em 14 de novembro de 2006

### 4<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 52<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência do Sr. Alvaro Dias, da Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena  
e dos Srs. Augusto Botelho e Romeu Tuma*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 492/06/PS-GSE

Brasília, 9 de novembro de 2006

Assunto: comunica envio de PL à sanção

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 5.505, de 2005, do Senado Federal (PLS nº 282/04), o qual “Institui o Dia Nacional de Combate à Psoríase”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 1.125, DE 2006

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Requerimento nº 1.039, de 2006, comunico a V. Ex<sup>a</sup>, que em virtude de compromissos parlamentares inadiáveis estarei participando, como observador parlamentar, da Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, no período de 17 a 30 de novembro de 2006.

Assim, a minha ausência do País se dará no período de 16 de novembro a 1 de dezembro de 2006.

Senado Federal, 14 de novembro de 2006. – Senador **Romeu Tuma**.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com referência ao expediente que acaba de ser lido, de autoria do Senador Romeu Tuma, a Presidência, com base no disposto no art. 41 do Regimento Interno, defere o requerimento, considerando que a próxima sessão deliberativa somente se realizará no dia 21 de novembro.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 1.126, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações para o atleta Marilson Gomes dos Santos, ganhador da São Silvestre por duas vezes, 2003 e 2005; e da 37<sup>a</sup> Maratona de NY em cinco do corrente.

### Justificação

Ele nasceu aqui perto, em Ceilândia, teve uma infância pobre e muita gente de Brasília acostumou-se a vê-lo correr descalço pelas avenidas planas da capital federal quando era adolescente. Marilson Gomes dos Santos corria desde menino e tinha um fôlego fora do comum.

Aos 14 anos mudou-se para Santo André, na Grande São Paulo. Era franzino. Ganhou peso, mas ainda hoje, aos 29 anos, é magro, com 1 metro e 75 de altura e 58 quilos. Físico ideal para um bom fundista – e melhor ainda para o campeão da maratona de Nova Iorque, a prova mais concorrida do mundo, com 42 quilômetros 195 metros, que reuniu neste ano 38.368 atletas de vários países. Foi a primeira vez que um sul-americano, um brasileiro, chegou ao primeiro lugar.

A prova, a vitória de Marilson aconteceu no dia 5, domingo retrasado, mas a notícia continua “quente”. Marilson representa o brasileiro que supera os obstáculos, acredita na sua capacidade e sabe o que quer.

O Brasil todo conhece Marilson. Ganhou a São Silvestre em 2003 e 2005, o que não é pouca coisa. Eu mesmo já disputei a prova em São Paulo por duas vezes e sei o que é fazer aquele percurso.

Marilson deixou para trás grandes corredores, como os quenianos – os favoritos de sempre, por liderarem a maior parte das maratonas nos últimos anos. O Quênia tem 35 milhões de habitantes e chama atenção pela qualidade dos seus atletas. Grande deles vem do Vale do Rift, que fica a 1.500 metros de altitude. A revista **Veja**, desta semana, fala de pesquisas feitas com a população desse local, para verificar se havia algo específico no DNA dos atletas, que os fazia correr tão bem. Nada foi encontrado.

São como Marilson e todos os atletas do mundo. Ou seja, têm mesmo é bom treino, disciplina, preparo físico e uma enorme força de vontade.

Marilson deixou para trás grandes campeões como Stephen Kiogora e Paul Tergat, que subiram ao pódio com ele como segundo e terceiro colocados. Os dois quenianos favoritos dizem reconhecer que Marilson fez uma prova espetacular, e que merecia vencê-los. "Estou feliz por ele", disse Paul Tergat às emissoras de TV de todo o mundo, que cobriam a maratona.

O treinador Adauto Dominguez conta que tudo melhorou na vida dos dois quando decidiram mudar das provas de 5 mil e 10 mil metros para as maratonas de longa distância. Está dando certo desde 2003. Depois da vitória em São Paulo em 2003, a imprensa esportiva mundial passou a prestar atenção no seu estilo, muito citado nas maratonas de Paris em 2004 e de Chicago, um ano depois, quando chegou em 6º e em 10º lugar, respectivamente. Nessas duas provas ele não chegou ao pódio, mas foi considerado um atleta "fora de série".

Para essa maratona de Nova Iorque, Marilson treinou em Campos do Jordão, a cidade alta, linda e fria da Serra da Mantiqueira em São Paulo. Mas passa temporadas treinando em Paipas, a cidade colombiana que fica a 2.600 metros de altitude. A gente pensa que ele está acostumado com o frio. Mas seus 4% de gordura o deixam muito friorento. Enfrentou os 9 graus de Nova Iorque com gorro, luvas e protetores para os braços. Deixa ele se esquentar. Deixa ele ganhar mais.

Corre mais, Marilson, e alegra a gente aqui no Brasil.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2006.  
– Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– A Presidência encaminhará o voto de congratulações solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.127, DE 2006**

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para participar, da 4ª Sessão da Conferência Interpalamentar sobre Direitos Humanos e Liberdade Religiosa, a realizar-se em Roma, Itália, requeiro, nos termos do inciso II, **a**, do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão de 28 a 30 de novembro de 2006.

Comunico, por oportunidade, que estarei ausente do País no período de 24-11 a 4-12-2006.

Sala das Sessões, 14 de Novembro de 2006.  
– Senador **Mão Santa**.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com referência ao expediente que acaba de ser lido, de autoria do Senador Mão Santa, a Presidência, com base no disposto no art. 41 do Regimento Interno, defere o requerimento, considerando que a próxima sessão somente se realizará no dia 21 de novembro.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.128, DE 2006**

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para participar, da V Assembléia Plenária do Fórum Interpalamentar das Américas – FIPA, a realizar-se em Bogotá, Colômbia, requeiro, nos termos do inciso II, **a**, do Artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão de 19 a 21 de novembro de 2006.

Comunico, por oportunidade, que estarei ausente do País no período de 18 a 21 de Novembro de 2006.

Sala das Sessões, 14 de Novembro de 2006,  
– Senador **Marcelo Bezerra Crivella**.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com referência ao expediente que acaba de ser lido, de autoria do Senador Marcelo Crivella, a Presidência, com base no disposto no art. 41 do Regimento Interno, defere o requerimento, considerando que a próxima sessão somente se realizará no dia 21 de novembro.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.129, DE 2006**

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno, que seja inserido em ata, voto de

pesar pelo falecimento de Isaac Ainhorn, ocorrido no dia de hoje, pela manhã.

Isaac Ainhorn, advogado e professor da Universidade Ritter dos Reis, estava em seu sexto mandato na Câmara Municipal de Porto Alegre – CMPA. Sua primeira eleição, como suplente do PDT, foi em 1982. Ele presidiu o Legislativo em 1996. Atualmente era Secretário do Planejamento Municipal – SPM, mas estava licenciado em função da doença. Isaac era casado com Landa Almeida Ainhorn, com quem teve três filhos.

O corpo do vereador será velado a partir das 15h no Plenário Otávio Rocha da Câmara (Avenida Loureiro da Silva, 255 – 2º piso). O sepultamento está previsto para a manhã desta quarta-feira, às 10h, no Cemitério Israelita de Porto Alegre.

Este voto de pesar deve ser enviado para Landa Maria Lopes de Almeida Ainhorn, esposa de Isaac Ainhorn, residindo em Rua Comendador Caminha, 180, apartamento 104 – Bairro Moinhos de Vento – Porto Alegre/RS – CEP. 90430-030.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2006.

– Senador **Paulo Paim**.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União, os seguintes **Avisos**:

– **nº 1.875, de 2006**, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.007/2006 – TCU – Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de reforma e ampliação do Aeroporto Internacional Luiz Eduardo Magalhães, na cidade de Salvador/BA (TC 009.627/2000-8); e

– **nº 1.894, de 2006**, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.015/2006 – TCU – Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (TC 001.838/2006-5).

Os expedientes lidos, anexados respectivamente aos processados dos **Avisos nºs 201, de 2001; e 10, de 2003**, vão à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o **Aviso nº 87, de 2006**, na origem, de 31 de outubro último, informando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 23, de 1996, do Senado Federal, as operações

de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, analisadas e registradas por aquela Autarquia, no trimestre de julho a setembro de 2006.

O expediente, juntado ao processado da referida Resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PARECER Nº 1.201, DE 2006**

**Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza o Poder Executivo Federal a implantar o Gasoduto Urucu – Porto Velho, no Estado de Rondônia.**

Relatora: Senadora **Fátima Cleide**

Relator *ad hoc*: Senadora **Serys Slhessarenko**

#### **I – Relatório**

Submete-se ao exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 388, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza o Poder Executivo Federal a implantar o gasoduto Urucu – Porto Velho, após a realização dos estudos de viabilidade técnica, econômica, de impacto ambiental (EIA/RIMA), de natureza antropológica e outros que estejam previstos em lei.

De acordo com o PDS, as comunidades indígenas afetadas pelo empreendimento serão ouvidas, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal.

O autor do projeto argumenta que o empreendimento, a ser desenvolvido pela Petrobras, levará o gás natural de Urucu pará a capital rondoniense, sendo de vital importância para o desenvolvimento da Amazônia.

O requerimento de urgência, subscrito por líderes partidários e anexado a este processo, não foi apreciado, em virtude do término da 3ª sessão legislativa ordinária. Em janeiro de 2006, o projeto retomou à CI para continuar sua tramitação.

#### **II – Análise**

De acordo com o art. 104, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura opinar, entre outros, sobre temas referentes a obras públicas em geral.

A construção de um gasoduto para transportar gás natural (GN), da província petrolífera de Urucu, localizada no Estado do Amazonas, até Porto Velho, no Estado de

Rondônia, é um dos principais projetos do Governo Federal e insere-se na estratégia de ampliação da malha de gasodutos e massificação do uso do gás natural no País.

O empreendimento da TNG Participações, consórcio liderado pela Petrobras, com 520 Km de extensão, passará pelos municípios amazonenses de Coari, Tapauá e Canutama, até chegar a Porto Velho, e visa a resolver definitivamente o problema de escassez de energia elétrica da região Norte.

A produção média de gás natural em Urucu é da ordem de 9,7 milhões de metros cúbicos por dia, volume que faz do Amazonas o terceiro produtor nacional de GN. Esses números indicam que as reservas de Urucu serão suficientes para abastecer todo o Norte do País, além de outras regiões, como uma das principais fontes de energia elétrica.

São inúmeras as vantagens do emprego do gás natural – como, por exemplo, geração de eletricidade com maior segurança operacional e redução de custos nas tarifas, aplicação automotiva, com baixo custo para o usuário, uso direto no setor industrial, menor potencial poluidor –, o que justifica a crescente inserção desse combustível na matriz energética nacional.

Assim, a implantação de um projeto como o gasoduto Urucu – Porto Velho é indispensável para assegurar à população da Amazônia as condições necessárias para seu desenvolvimento econômico e social.

Enfatize-se, porém, que a importância estratégica do empreendimento não autoriza relegar, a segundo plano, a proteção ao meio ambiente e à biodiversidade da área sob influência do gasoduto. Nesse sentido, é imperativo que a empresa responsável por sua instalação observe, na íntegra, todas as condicionantes estabelecidas na Licença nº 322, de 2005, concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e anexada a este parecer.

Além do mérito, a CI examinará também a constitucionalidade da matéria, uma vez que a proposição não será submetida à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sob esse aspecto, o PDS atende ao disposto no art. 49, XVI, da Constituição Federal, que atribui competência exclusiva ao Congresso Nacional para “autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais”. Além disso, encontra amparo no art. 231, § 3º, da Lei Maior, pelo qual “o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades [indígenas] afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei”.

A propósito, o item 2.10 da licença publicada pelo Ibama explicita que a implantação do gasoduto Urucu-Porto Velho vincula-se ao cumprimento das determinações impostas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que, por intermédio da Coordenadoria-Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente (CGPIMA), assim se manifesta:

(1) formação de uma equipe composta por sertanistas para coordenar e acompanhar todo o processo de instalação do empreendimento, que inclui todas as suas fases de atividades (topografia, acampamentos, instalações etc.), monitorando as interações destas atividades com as comunidades das Terras Indígenas envolvidas no contexto do empreendimento, principalmente no caso de constatação de indício de índios isolados;

(2) promover os trabalhos de localização dos grupos indígenas isolados na região do rio Mucuim e igarapé Jacareúba, a serem realizados pela Coordenação-Geral de Índios Isolados;

(3) melhoria das condições de operação da unidade administrativa da Funai em Lábrea – AM, quanto aos recursos humanos e à infra-estrutura de equipamento.

Como condicionante para a emissão da Licença de Operação pelo órgão licenciador, o empreendedor deve atender os itens seguintes:

(1) promover a formação de equipes multidisciplinares distribuídas para a execução dos Estudos Etnoecológicos conforme o Termo de Referência a ser apresentado pela CGPIMA, oportunamente, para cada Terra Indígena envolvida. Cada equipe será composta de um indigenista experiente e dois especialistas em etnoecologia (sendo um deles antropólogo);

(2) promover os programas e projetos apresentados pelas equipes dos Estudos Etnoecológicos para cada Terra Indígena envolvida, (...) voltados para o ordenamento etnoterritorial, com vista ao etnodesenvolvimento e à proteção das Terras Indígenas envolvidas.

A proposição sob exame respeita os limites constitucionais e atende os pressupostos ambientais. Merece, portanto, apoio irrestrito desta Casa para a sua aprovação.

### III – Voto

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2005, que autoriza o Poder Executivo Federal a implantar o Gasoduto Urucu-Porto Velho, no Estado de Rondônia.

Sala da Comissão, 8 de novembro de 2006.

**SENADO FEDERAL**  
**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**

*Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2005*

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 08/11/2006, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

**PRESIDENTE:** *Senador Heráclito Fortes*

**RELATOR:** *Senadora Fátima Cleide* *Senadora Serys Shessarenko* *Senador Ad. Hoc*

**BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)**

**BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) SUPLENTES**

HERÁCLITO FORTES - PFL	1- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES - PFL
DEMÓSTENES TORRES - PFL	2- CÉSAR BORGES - PFL
JOSÉ JORGE - PFL	3- JONAS PINHEIRO - PFL
MARCO MACIEL - PFL	4- JORGE BORNHAUSEN - PFL
JDOLPHO TOURINHO - PFL	5- MARIA DO CARMO ALVES - PFL
LEONEL PAVAN - PSDB	6- FLEXA RIBEIRO - PSDB
SÉRGIO GUERRA - PSDB	7- EDUARDO AZEREDO - PSDB
JUVÉNCIO DA FONSECA - PSDB	8- MARCOS GUERRA - PSDB
(vago)	9- ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL, PRB)</b>	<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL, PRB)</b>
DELcíDIO AMARAL - PT	1- (vago)
MAGNO MALTA - PL	2- PAULO PAIM - PT
ROBERTO SATURNINO - PT	3- FERNANDO BEZERRA - PTB
SÉRGIO ZAMBIA - PTB	4- FÁTIMA CLEIDE - PT
SERYS SHESSARENKO - PT	5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB
SIBÁ MACHADO - PT	6- FLÁVIO ARNS - PT
AELTON FREITAS - PL	7- JOÃO RIBEIRO - PL

**PMDB**

**PMDB SUPLENTES**

(vago)	1- ROMERO JUCÁ
ALBERTO SILVA	2- LUIZ OTÁVIO
VALDIR RAUPP	3- PEDRO SIMON
NEY SUASSUNA	4- MAGUITO VILELA
GILBERTO MESTRINHO	5- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	6- VALMIR AMARAL
<b>PDT</b>	<b>PDT</b>
CRSTOVAM BUARQUE	1- AUGUSTO BOTELHO

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA  
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XVI – autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.201, de 2006**, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o **Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2005**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que *autoriza o Poder Executivo Federal a implantar o Gasoduto Urucu-Porto Velho, no Estado de Rondônia*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 297, DE 2006**

**Inclui as doações aos Fundos controlados pelos Conselhos de Assistência Social na permissão para dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. Do imposto apurado na forma do artigo anterior, poderão ser deduzidos:

I – as contribuições feitas aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Idoso, da Pessoa Portadora de Deficiência, da Igualdade Racial, do Índio e pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Assistência Social;

..... (NR)”

Art. 2º Aplica-se o disposto no art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com a redação dada pela Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, às doações efetuadas por pessoa jurídica tributada com base no lucro real ao Fundo Nacional de Assistência Social e aos fundos de assistência social instituídos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, nos termos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Art. 3º Esta lei entra em vigor no primeiro dia do ano seguinte ao de sua publicação.

**Justificação**

O art. 204 da Constituição Federal prescreve que as ações na área da assistência social serão organizadas com base na descentralização político-administrativa, reservando-se a execução às esferas estadual e municipal e às entidades beneméritas e de assistência social. O mesmo artigo prevê a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

A intenção evidente do legislador constituinte foi a de estimular ao máximo a interação da sociedade com os organismos de governo, em busca de seus objetivos. Almeja canalizar a energia social, que tradicionalmente se manifesta por meio de entidades de assistência e de benemerência ou de doações em dinheiro, para complementar e, de certa forma, dar maior racionalidade e utilidade às ações oficiais.

As diretrizes constitucionais concretizaram-se, no nível legal, pela institucionalização de conselhos, como forma de assegurar a participação da cidadania na formulação das políticas e no controle das ações,

e de fundos especiais, como instrumento de operacionalização mais ágil e eficiente.

Assim, atualmente, coexistem o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, com seus correspondentes conselhos estaduais e municipais.

Seguindo a mesma arquitetura, tanto os conselhos dos direitos da criança e do adolescente quanto os de assistência social, nos três níveis de governo, têm como instrumento operativo financeiro o respectivo fundo (Fundos da Criança e do Adolescente e Fundos de Assistência Social).

Os fundos estaduais e municipais, assim como os conselhos, são criados mediante legislação própria e constituídos de recursos decorrentes de fontes governamentais e de contribuições de pessoas físicas e jurídicas.

Embora o arcabouço institucional e operativo seja idêntico para as áreas de assistência específica à criança e ao adolescente e de assistência em geral, há uma inexplicável distinção entre ambos. Sucede que, pela legislação própria, as contribuições de pessoas físicas e jurídicas, que podem ser feitas para qualquer um dos fundos, somente proporcionam dedução no imposto de renda devido quando o destino da doação é um dos fundos da criança e do adolescente.

Esse benefício fiscal, (art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, combinado com o art. 22 da Lei nº 9.532, de 1997) permite que as pessoas físicas destinem até 6% do imposto de renda devido (em concorrência com as contribuições culturais e da área audiovisual). As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real podem deduzir até 1% do imposto devido.

Verdade que apenas uma porcentagem muito pequena (0,6%) das empresas com imposto devido, entre

as quase 190.000 que apresentam declaração pelo lucro real, tem feito doações aos fundos da criança.

Potencialmente, a doação das empresas poderia ultrapassar o montante de R\$100 milhões em todo o Brasil, se todas as empresas que declaram pelo lucro real e que têm imposto devido optassem pela dedução. Entretanto, os valores doados costumam ficar no limite de R\$6,5 milhões, representando apenas 6% do potencial.

De todo o exposto, verifica-se, por um lado, não haver qualquer justificativa para tratamento tributário diferenciado entre as doações aos fundos da criança e do adolescente e as doações aos fundos de assistência social, visto que ambos cumprem basicamente funções da mesma natureza e, em tudo mais, estão inseridos em sistema legal e operativo idêntico.

Por outro lado, é mais que evidente a existência de largo espaço de concorrência entre os dois sistemas. Como o sistema da criança e do adolescente atrai a doação de apenas quinhentas das quase oitenta mil empresas potencialmente doadoras, ele não será prejudicado ao se permitir também aos fundos de assistência social angariar doações incentivadas.

Importante assinalar que, por não se estar instituindo renúncia de receita nova, não se aplicam ao projeto ora submetido à apreciação das Casas do Congresso Nacional os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal. Trata-se, apenas, de abrir aos potenciais doadores opção para destinação de recursos a partir de instituto de renúncia tributária previamente existente.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2006.  
– Senador **Paulo Paim**.

## LEI SLAÇÃO CITADA

### LEI N° 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.

#### Mensagem de veto

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 12. Do imposto apurado na forma do artigo anterior, poderão ser deduzidos:

I - as contribuições feitas aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - as contribuições efetivamente realizadas em favor de projetos culturais, aprovados na forma da regulamentação do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, instituído pelo art. 1º da Lei n° 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

III - os investimentos feitos a título de incentivo às atividades audiovisuais, na forma e condições previstas nos arts. 1º e 4º da Lei n° 8.685, de 20 de julho de 1993;

#### IV - (VETADO)

V - o imposto retido na fonte ou o pago, inclusive a título de recolhimento complementar, correspondente aos rendimentos incluídos na base de cálculo;

VI - o imposto pago no exterior de acordo com o previsto no art. 5º da Lei n° 4.862, de 29 de novembro de 1965.

VII - até o exercício de 2012, ano-calendário de 2011, a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado. (Incluído pela Lei n° 11.324, de 2006) (Vide Medida provisória n° 284, de 2006)

§ 1º A soma das deduções a que se referem os incisos I a IV não poderá reduzir o imposto devido em mais de doze por cento.

#### § 2º (VETADO)

§ 3º - A dedução de que trata o inciso VII do caput deste artigo: (Incluído pela Lei n° 11.324, de 2006) (Vide Medida provisória n° 284, de 2006)

I - está limitada: (Incluído pela Lei n° 11.324, de 2006) (Vide Medida provisória n° 284, de 2006)

a) a 1 (um) empregado doméstico por declaração, inclusive no caso da declaração em conjunto; (Incluído pela Lei n° 11.324, de 2006) (Vide Medida provisória n° 284, de 2006)

b) ao valor recolhido no ano-calendário a que se referir a declaração; (Incluído pela Lei n° 11.324, de 2006) (Vide Medida provisória n° 284, de 2006)

II - aplica-se somente ao modelo completo de Declaração de Ajuste Anual; (Incluído pela Lei n° 11.324, de 2006) (Vide Medida provisória n° 284, de 2006)

III - não poderá exceder: (Incluído pela Lei n° 11.324, de 2006) (Vide Medida provisória n° 284, de 2006)

a) ao valor da contribuição patronal calculada sobre 1 (um) salário mínimo mensal, sobre o 13º (décimo terceiro) salário e sobre a remuneração adicional de férias, referidos também a 1 (um) salário mínimo; (Incluído pela Lei n° 11.324, de 2006) (Vide Medida provisória n° 284, de 2006)

b) ao valor do imposto apurado na forma do art. 11 desta Lei, deduzidos os valores de que tratam os incisos I a III do caput deste artigo; (Incluído pela Lei nº 11.324, de 2006) (Vide Medida provisória nº 284, de 2006)

IV - fica condicionada à comprovação da regularidade do empregador doméstico perante o regime geral de previdência social quando se tratar de contribuinte individual. (Incluído pela Lei nº 11.324, de 2006) (Vide Medida provisória nº 284, de 2006)

#### LEI N° 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Vide texto compilado

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 260. Os contribuintes poderão deduzir do imposto devido, na declaração do Imposto sobre a Renda, o total das doações feitas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente - nacional, estaduais ou municipais - devidamente comprovadas, obedecidos os limites estabelecidos em Decreto do Presidente da República. (Redação dada pela Lei nº 8.242, de 12.10.1991)

I - limite de 10% (dez por cento) da renda bruta para pessoa física;

II - limite de 5% (cinco por cento) da renda bruta para pessoa jurídica.

~~§ 1º As deduções a que se refere este artigo não estão sujeitas a outros limites estabelecidos na legislação do imposto de renda, nem excluem ou reduzem outros benefícios ou abatimentos e deduções em vigor, de maneira especial as doações a entidades de utilidade pública. (Revogado pela Lei nº 9.532, de 10.12.1997)~~

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal.

§ 3º O Departamento da Receita Federal, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, regulamentará a comprovação das doações feitas aos fundos, nos termos deste artigo. (Incluído pela Lei nº 8.242, de 12.10.1991)

§ 4º O Ministério Público determinará em cada comarca a forma de fiscalização da aplicação, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos incentivos fiscais referidos neste artigo. (Incluído pela Lei nº 8.242, de 12.10.1991)

#### LEI N° 8.242, DE 12 DE OUTUBRO DE 1991.

Mensagem de veto

Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

#### LEI N° 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993.

Mensagem de veto

Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE**  
**1988**

Emendas Constitucionais

Emendas Constitucionais de Revisão

**Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**

**ÍNDICE TEMÁTICO**

Vide texto compilado

**PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades benfeitoras e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

**LEI N° 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.**

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 22. A soma das deduções a que se referem os incisos I a III do art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, fica limitada a seis por cento do valor do imposto devido, não sendo aplicáveis limites específicos a quaisquer dessas deduções.

*(Às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 298, DE 2006**

**Acrescenta art. 48-A à Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, para permitir refinanciamento de saldo de financiamento imobiliário com interveniência de novo agente financeiro credor.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 48-A:

“Art. 48-A. Instituição financeira poderá quitar, em nome do mutuário, saldo devedor de contrato de financiamento imobiliário de qualquer espécie, com simultânea celebração de novo contrato de financiamento imobiliário em que o mutuário e a instituição pagadora sejam devedor e credor respectivamente.

Parágrafo único. O saldo da operação de crédito relativo ao refinanciamento concedido pela nova instituição credora, quando esta for integrante do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), desde que o contrato satisfaça as condições previstas na legislação específica, inclusive a regulamentação do Conselho Monetário Nacional, será considerado para efeito de direcionamento obrigatório dos recursos de depósitos de poupança.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

Desde 2004, com a Lei nº 10.931, foram tomadas várias medidas para reduzir os riscos envolvidos nas operações de crédito imobiliário, caracterizadas por longos prazos de duração. Estão entre essas medidas o patrimônio de afetação, a alienação fiduciária para imóveis e o pagamento do incontroverso. Mais recentemente, possibilitou-se o financiamento imobiliário com taxas de juros fixas e o desconto das prestações em folha de pagamento.

Essas medidas foram importantes para garantir a expansão do crédito imobiliário. Para complementá-las, sugerimos alteração na Lei nº 10.931, de 2004, para que o tomador de um financiamento imobiliário possa trocá-lo por outro que tenha menores custos. Para alcançar esse objetivo, cria-se a possibilidade de um financiamento imobiliário ser pago diretamente por outra instituição financeira, que se tornará a nova credora do tomador do financiamento.

Essa alteração torna-se importante em um cenário de queda das taxas de juros, pois permitirá ao tomador de um empréstimo imobiliário refinanciá-lo com taxas de juros mais baixas. Para estimular a concorrência, será permitido que a nova instituição credora compute

o saldo credor assumido para efeito de cumprimento de exigibilidade de aplicação dos recursos captados em depósitos de poupança.

Contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto que visa beneficiar os tomadores de crédito imobiliário.

Sala das Sessões, 14 de Novembro de 2006.  
– Senador **Paulo Paim**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

**LEI Nº 10.931, DE 2 DE AGOSTO DE 2004**

**Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

*(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 299, DE 2006**

**Institui o Dia da Guarda Municipal, a ser comemorado no dia 10 de outubro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o “Dia da Guarda Municipal”, a ser comemorado, anualmente, no dia 10 de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

Diversos municípios brasileiros, com efetiva concentração no Estado de São Paulo, constituíram suas guardas municipais, destinadas, nos termos do que estabeleceu o art. 144, § 8º, da Constituição da República, à proteção de seus bens, serviços e instalações.

No entanto, em face de uma questão mais ampla, a insegurança pública, em sentido geral, tais corporações passaram a agir também como coadjuvantes nas ações das polícias estaduais e federal, no controle da atividade marginal, às vezes apenas por sua presença ostensiva nos logradouros onde se edificam propriedades do município.

Louve-se, portanto, não apenas sua criação, mas a efetivação de seus serviços, por meio do concurso de profissionais qualificados, treinados tanto para a guarda dos bens municipais quanto para coadjuvar a força policial no zelo pela segurança da sociedade, muito embora não lhes seja facultado o poder de polícia.

Criadas as guardas municipais, impõe-se, neste momento, a adoção de medidas legislativas destinadas ao efetivo reconhecimento do valor dessas corporações no cenário da vida pública. Entre tais medidas, destaca-se a necessidade de instituir um dia comemorativo em seu louvor.

Nessa direção, aliás, já avançaram alguns entes federativos. O Estado de São Paulo, por exemplo, mediante a Lei nº 11.252, de 4 de novembro de 2002, estabeleceu, no âmbito de sua esfera de competência, a data de 28 de outubro como o Dia do Guarda Municipal. A capital daquele Estado, entretanto, bem antes da promulgação da atual Carta Política já havia criado sua Guarda Municipal Metropolitana, por força de Lei Municipal de 1986. Esse dia passou a ser reverenciado como o marco comemorativo daquela instituição. O município paulista de Ubatuba, por sua vez, elegeu o dia 17 de julho; já em Fortaleza, capital cearense, a comemoração é feita no dia 10 de julho.

A falta de padronização quanto à data comemorativa torna inviável a divulgação da referida força como instituição amplamente reconhecida. Faz-se necessário, assim, firmar um critério definitivo, de alcance nacional, para o estabelecimento do dia simbólico.

O Congresso Nacional de Guardas Municipais, realizado na cidade de Curitiba, identificou o dia 10 de outubro como o mais hábil para a realização das referidas comemorações, por razões históricas indiscutíveis, pois foi naquela data, no ano de 1831, que o Regente Feijó editou um decreto que autorizava as Províncias a criar seus corpos de Guardas Municipais.

Tal é o fundamento desta proposição, que reproduz o próprio interesse da corporação homenageada.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2006.  
– Senador **Romeu Tuma**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

#### CAPÍTULO III Da Segurança Pública

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para

a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I – polícia federal;
- II – polícia rodoviária federal;
- III – polícia ferroviária federal;
- IV – polícias civis;

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

.....  
§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

LEI Nº 11.252, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2002  
(Projeto de Lei nº 500/2001, do Deputado  
Carlão Camargo – PFL)

O Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o “Dia do Guarda Municipal”, a ser comemorado, anualmente, no dia 28 de outubro.

Artigo 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 4 de novembro de 2002. – **GERALDO ALCKMIN – Saulo de Castro Abreu Filho**, Secretário da Segurança Pública – **Rubens Lara**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of nº 775-06 – LPL

Brasília, 14 de novembro de 2006

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que o Partido Liberal indica, como titular, o Deputado Almir Sá (PL/RR), em substituição ao Deputado José Carlos Araújo (PL/BA) e, indica, ainda, o Deputado José Carlos Araújo (PL/BA), como suplente, em substituição ao Deputado Almir Sá (PL/RR), para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado

apreço e distinta consideração, – Deputado **Luciano Castro**, Líder do Partido Liberal.

OF/GAB/I/Nº 803

Brasília, 14 de Novembro de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Mauro Lopes para participar, na qualidade de Titular, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Marcello Siqueira.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelênda protestos de estima e elevada consideração, – Deputado **Wilson Santiago**, Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Maceió, 20 de setembro de 2006

Ao Senado Federal

Praça dos Três Poderes

Brasília – DF

AT.: Exmº Sr. Presidente Senador José Renan Vasconcelos Calheiros

Ref.: Banco do Estado de Alagoas S.A. – Em Liquidação Ordinária

Prezados Senhores,

Fazemos referência à Resolução nº 32, de 4 de maio de 2000, deste D. Senado Federal, cujo objeto foi a aprovação da realização de operação de crédito entre a União Federal e o Estado de Alagoas, nos termos do Contrato de Abertura de Crédito, datado de 29 de junho de 1998 e aditado em 9 de agosto de 2002, no valor de R\$427.250.000,00 (quatrocentos e vinte e sete milhões, duzentos e cinqüenta mil reais), destinado à extinção do Banco do Estado de Alagoas S.A. – PRODUBAN (doravante denominado simplesmente “Produban”), em Liquidação Ordinária, e à criação de Agência de Fomento no Estado de Alagoas.

Em conformidade com o parágrafo único do artigo 1º de referida Resolução, o crédito aberto pela União Federal ao Estado de Alagoas, que foi incluído no Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 017/98-STN/COAFI, celebrado em 11 de setembro de 1997, destinava-se à extinção do Produban e à criação de agência de fomento no Estado de Alagoas, devendo os recursos liberados serem aplicados na exata forma prevista no artigo 2º da mesma resolução, o que foi integralmente realizado pelo Estado de Alagoas.

A razão pela qual a União concedeu o sobredito crédito foi para implementar, definitivamente, a retirada do Estado de Alagoas do sistema financeiro nacional, a ser efetivada com a extinção do Produban. Buscava-se, assim, prover meios ao Estado de Alagoas para que tal finalidade fosse alcançada. O esteio legal para o acordo entre União Federal e o Estado de Alagoas com vistas à redução da participação deste no sistema financeiro nacional foi a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, cuja eficácia foi postergada indefinidamente pela Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001.(1)

Em razão de norma expressa no artigo 1º de tal Medida Provisória, a retirada do Estado de Alagoas do sistema financeiro nacional poderá se dar não apenas com a efetiva extinção do Produban, mas, igualmente, com a realização de processos de incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária legalmente admitida (§ 1º do artigo 1º da mesma Medida Provisória), tal como a alienação do controle de tal instituição financeira.

Nesta senda, verificou o Estado de Alagoas, no curso do processo de liquidação ordinária do Produban, a existência de determinados ativos que poderiam tornar viável a alienação das ações representativas do capital social do Produban detidas pelo Estado à iniciativa privada, que poderia interessar-se em adquirir tais ações para, após a obtenção das devidas aprovações do Banco Central do Brasil, nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, constituir nova instituição financeira no Estado de Alagoas e aproveitar os ativos existentes na massa do Produban.

Ademais, verificou-se que a alienação trará relevantes e inquestionáveis vantagens ao Estado de Alagoas e ao interesse público, tais como (i) a obtenção de recursos com a alienação das ações representativas do capital social do Produban, (ii) o crescimento da oferta de emprego no Estado de Alagoas, em razão da reabertura de uma nova instituição financeira revigorada e fortalecida, e (iii) o crescimento da oferta de crédito e, consequentemente, da economia alagoana com o funcionamento de uma nova instituição financeira no Estado.

1 Dispõe o artigo 1º de referida Medida Provisória (*in verbis*): “Art. 1º A redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária será incentivada pelos mecanismos estabelecidos nesta Medida Provisória, e por normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional, no âmbito de sua competência, preferencialmente mediante a privatização, extinção, ou transformação de instituições financeiras sob controle acionário de Unidade da Federação em instituições financeiras dedicadas ao financiamento de capital fixo e de giro associado a projetos no País, denominadas agências de fomento. § 1º A extinção das instituições financeiras a que se refere o caput deste artigo poderá dar-se por intermédio de processos de incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária legalmente admitida.” (grifos nossos)

Em razão das vantagens que podem ser auferidas pelo Estado de Alagoas com a alienação do Produban à iniciativa privada e da enorme relevância ao interesse público que tal alienação terá, bem como à vista do fato de que tal operação é, inquestionavelmente, uma forma de retirada do Estado de Alagoas do sistema financeiro nacional, em perfeito cumprimento ao disposto na Medida Provisória nº 2.192-70/2001 e na Resolução nº 32/2000, deste D. Senado Federal, foi editada a Lei Estadual nº 6.622, de 15 de setembro de 2005, que autorizou o Poder Executivo do Estado de Alagoas a alienar as ações representativas do capital social do Produban de sua titularidade, por meio de licitação pública.

Destarte, em consideração aos benefícios decorrentes da alienação do Produban à iniciativa privada, o Governo do Estado de Alagoas vem, pela presente, comunicar a este D. Senado Federal que iniciará processo de licitação pública, de acordo com o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na modalidade de concorrência, com vistas à seleção de pessoa jurídica de direito privado para adquirir as ações representativas do capital social do Produban de titularidade do Estado e que ficará incumbida de obter todas as aprovações necessárias ao seu funcionamento como instituição financeira.

Com a realização de tal alienação, o Estado de Alagoas retirar-se-á definitivamente do sistema financeiro nacional, em conformidade com a finalidade do crédito aberto pela União Federal ao Estado e em estrito cumprimento à determinação da Resolução nº 32/2000, deste D. Senado Federal, ao mesmo tempo em que propiciará a realização do interesse público de forma extremamente eficiente, visto que promoverá a movimentação e o crescimento da economia alagoana com o aumento da oferta de empregos e de crédito.

Sendo o que havia para o momento, colocamo-nos à disposição de V. Ex<sup>a</sup> para quaisquer esclarecimentos que possam ser necessários, bem como aproveitamos para manifestar nossos mais elevados votos de estima e consideração a esta D. Instituição.

Cordialmente, **Sérgio Roberto de Uchôa Dória**, Secretário Coordenador de Planejamento, Gestão e Finanças do Estado de Alagoas – **Eduardo Henrique Araújo Ferreira**, Secretário Executivo de Fazenda do Estado de Alagoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O expediente lido juntado ao processado da Resolução nº 32, de 2000, do Senado Federal, retorna ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Há oradores inscritos.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, que preside a sessão, hoje venho à tribuna para falar um pouco sobre a minha participação na 1<sup>a</sup> Conferência de Educação Profissional e Tecnológica, realizada em Brasília no dia 6 de novembro, e também no 13º Seminário Internacional de Educação Tecnológica – 13º Siet e 19º Mostratec, Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia, realizada em Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, no dia 9 de novembro, na Escola Técnica Liberato.

Nesses eventos, apresentei o Projeto Fundep, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, do qual V. Ex<sup>a</sup>, Senador Alvaro Dias – fiz referência a esse fato nas conferências –, atualmente é o Relator. Tenho certeza de que o parecer de V. Ex<sup>a</sup> será favorável não somente ao projeto, mas também à emenda constitucional.

É claro que ainda teremos algumas audiências públicas, mas provavelmente aprovaremos o projeto no ano que vem, e ele entrará em pleno vigor dali a um ano. De acordo com a projeção feita por um dos especialistas que me ajudou a construir o projeto, o assessor do Senado João Valadares, nós teremos em torno de seis a sete bilhões de reais para investimento no ensino técnico.

Sr. Presidente, no papel de autor do projeto do Fundep e representando a Frente Parlamentar de Educação Profissional e Tecnológica, falei sobre a importância da aprovação desse projeto, pelos recursos que serão destinados aos investimentos na área de educação profissional já existente, à construção de centros de educação profissional, à capacitação de docentes e do pessoal administrativo, e à implantação de cursos de qualificação profissional voltados para os trabalhadores desempregados, jovens, homens e mulheres com mais de 40 anos e até mesmo aqueles que estão empregados mas querem investir num novo curso.

A aprovação do Fundep, a gratuidade da educação profissional e tecnológica, a forma como têm sido distribuídos recursos para a educação profissional e o importante papel do FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, foram alguns dos assuntos em destaque nos dois eventos.

A minha participação na conferência motivou, para alegria nossa, uma avaliação, por parte do próprio MEC, favorável a esse projeto.

Participaram do debate sobre o financiamento da educação profissional em Brasília o Secretário Adjunto da Setec, Getúlio Marques Ferreira; o professor universitário do Centro Universitário Feevale e do IPA, Gabriel Gabrowski; e o Secretário de Políticas Públicas

do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Remígio Todeschini.

Acredito que o Brasil, Sr. Presidente, não pode desprezar a relevância do ensino técnico para o mercado de trabalho e para o desenvolvimento e o crescimento econômico do nosso País.

Quero registrar que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou do encerramento dessa conferência sobre o ensino técnico, demonstrando a responsabilidade que o Governo Federal tem com a valorização do ensino técnico profissionalizante.

Faço também aqui os meus agradecimentos ao **Correio do Povo**, um dos principais jornais de meu Estado, que, na edição do dia 9 de novembro, dedicou o espaço de seu editorial à valorização do tema e ao apelo no sentido da aprovação rápida do Fundep.

Quero também, Sr. Presidente, cumprimentar todos aqueles que organizaram o 13º Seminário Internacional de Educação Tecnológica, pela excelência do evento, e também ressaltar a participação de alunos de 17 países, que levaram os seus projetos de pesquisa científica e tecnológica nas diversas áreas do conhecimento humano.

Estou convicto de que a responsabilidade da educação profissional deve ser compartilhada entre as múltiplas instâncias do Poder Público e da sociedade civil. Tenho certeza de que só iremos conquistar uma sociedade verdadeiramente democrática, ética, promotora da identidade cultural e competitiva na economia por intermédio do conhecimento e da constante qualificação profissional da nossa gente. Estou, também, convencido de que o ensino técnico é um instrumento de combate aos preconceitos, de diminuição da violência e, com certeza, será fundamental na construção de uma sociedade mais justa, solidária e que seja, efetivamente, um espaço onde a renda seja melhor distribuída.

Não podemos sonhar com um País desenvolvido se desvincularmos as políticas humanitárias do avanço tecnológico. A escola profissional é vertente de novos conhecimentos, de inovação, de pesquisas de capacitação para o trabalho, de combate ao desemprego, enfim, de inúmeras ações que objetivam o desenvolvimento do nosso País como um todo.

Tudo isso deve estar vinculado a uma visão de total desprendimento, onde ninguém seja discriminado, quer seja pela origem, pela procedência, pela cor da pele, pelo gênero, pela idade, pela deficiência ou pela opção sexual.

Acredito realmente que o Fundep construirá um novo perfil da classe trabalhadora, capaz de contribuir para um inovador projeto de desenvolvimento nacio-

nal, ajudando a fazer do Brasil um País cada vez mais justo, democrático e soberano.

Além do Fundep, Sr. Presidente, apresentamos também, no Fórum do Rio Grande do Sul, em Novo Hamburgo, o projeto que lá leva o nome de “Cantando as Diferenças”, um projeto que foi idealizado não somente por nós, mas por todos aqueles que querem um mundo melhor e que tem por objetivo a inclusão política das diferenças, articulando Municípios e comunidade para a adoção de medidas práticas para uma verdadeira inclusão social onde o corte se dará por meio do Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência e da Criança e Adolescente – ECA, dos Povos Indígenas e do Meio Ambiente e, agora, do Fundep.

Esse é um projeto que, no meu entendimento, inicia uma bela caminhada, contando com parceiros importantes que têm desenvolvido e difundido essa idéia. Inclusive, o referido projeto já recebeu prêmio de destaque pelos Deputados do Rio Grande do Sul. Recebeu também um prêmio do Fórum Internacional da Educação, na França, e, recentemente, recebeu um prêmio na Argentina.

O “Cantando as Diferenças” pretende, de forma ampla e gradual, provocar uma mudança no modo de enxergar as mais variadas diferenças – repito – de gênero, raça, idade ou condição física e social, uma verdadeira mudança de consciência e atitude.

Idealizamos o “Cantando as Diferenças” com o objetivo de juntos – sociedade, empresários, universidades e Poder Público –, por intermédio do reconhecimento da diversidade de toda a nossa gente e num resgate histórico, darmos voz e voz à inclusão social.

Apresentamos aqui, no Senado Federal, estes projetos: um deles, o PL nº 286, de 2006, que institui o Dia Nacional de Reflexão do “Cantando as Diferenças”, que seria celebrado – uma vez aprovado – no dia 10 de agosto, numa homenagem à data da morte do inesquecível professor Florestan Fernandes, com quem tive a alegria de conviver como constituinte; e o PL nº 285, de 2005, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa “Cantando as Diferenças”, destinado a promover a inclusão social de grupos discriminados.

O projeto gira em dois eixos: acessibilidade/diferenças e direitos humanos/cidadania. Propõe também garantir palco para quem não tem palco, e também podemos dizer que é um projeto sócio-ecológico, pois deve ser como a terra, a chuva, o sol, o ar, os ventos, as flores, ou mesmo como as abelhas, voando de flor em flor para levar o pólen das plantas e, com isso, abrir os caminhos como diz a canção: caminhando, cantando, exaltando, enxergando, pensando e conversando

com todas as diversidades para buscar a verdadeira inclusão social tão esperada.

Pela empolgação de todos aqueles que participaram desses dois eventos, tanto os convidados de outros países como aqueles que representavam entidades, setores, enfim, aqui do Brasil, digo que saí empolgado com o debate.

Parabéns a todos que organizaram esses dois eventos! Com certeza, teremos outros momentos como esses, talvez até em audiências públicas nesta Casa, para debater o tema.

Sr. Presidente, informo ainda que, ontem, participei, na cidade de Esteio, com o Vice-Presidente Gilmar Rinaldi, de uma belíssima sessão na Câmara de Vereadores, lembrando a Semana da Consciência Negra, que iniciou ontem e termina no próximo dia 20, quando haverá, neste plenário, a lembrança da data de Zumbi dos Palmares.

V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Heloísa Helena, lançou a sua candidatura à Presidência da República na Serra da Barriga, numa homenagem a todos os que são discriminados, na figura de Zumbi, do lendário Quilombo dos Palmares. E V. Ex<sup>a</sup> lembra as mulheres lutadoras que representaram essa bela caminhada, que tem como essa simbologia o dia 20 de novembro, quando, em todo o País, lembraremos os lutadores.

Sempre digo que 20 de novembro é a data em que temos a figura de Zumbi. Mas, para mim, é o momento de homenagear todos aqueles homens e mulheres que lutaram, tombaram e morreram na busca da liberdade, da igualdade e da justiça. Mas também há aqueles que não tombaram e, graças a Deus, estão vivos e permanecem conosco nesta longa caminhada que, no Senado, nós – não eu – representamos. Na figura da mulher Heloísa Helena, faço essa simbologia.

É um bom momento para a reflexão, razão pela qual demonstro a minha alegria de poder fazer este breve relato aqui e dizer que participou comigo o Professor Ubirajara, lá em São Leopoldo, que proferiu belíssima palestra fazendo uma retrospectiva desde o momento em que os escravos chegaram ao Brasil até este momento. E o chamamento final foi pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

Inclusive, Senador Antonio Carlos Magalhães, eu me dirijo a V. Ex<sup>a</sup> e à nossa querida Bahia, porque é exatamente de lá que vem um movimento de coleta de assinaturas para a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que teve como Relator principal o Senador Rodolpho Tourinho. Grupos da Bahia estão fazendo a coleta e vão recolher, segundo eles, quatro milhões de assinaturas. Estão começando. O Ilê Aiyê é um outro muito famoso lá...

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)**  
– O Olodum.

**O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS)** – Exatamente, o Olodum e o Ilê Aiyê estão começando a fazer esse movimento de recolher assinaturas em todo o País para que a Câmara aprove o que o Senado já aprovou. O Senado aprovou por unanimidade, não houve um voto contrário.

E é claro que dia 20 faremos também a reflexão sobre a importância da aprovação desse Estatuto, do qual, Senadora Heloísa Helena, todos os pontos polêmicos foram tirados. Ele virou mais uma carta de intenção de todo o povo brasileiro, de brancos e negros, para o combate ao racismo e ao preconceito. Alguns batem no Estatuto, sempre comentam isso, mas o Senador Rodolpho Tourinho foi muito habilidoso. Dizem que estamos colocando lá tantos por cento de cotas nas universidades somente para negros. Não é verdade. O Senador Rodolpho Tourinho foi tão habilidoso que colocou o princípio no Estatuto e uma lei vai regulamentá-lo. É no PL nº 73, que vem da Câmara, de autoria da esposa do Senador Edison Lobão, Deputada Nice Lobão – houve na Câmara um grande entendimento em relação ao projeto –, que estão os cortes racial e social. Há, portanto, um acordo para que a regulamentação de cotas com corte social e racial fique no PL nº 73.

Então, não está no Estatuto, se é isso que está levando à grande polêmica. É claro que estamos trabalhando – sei que V. Ex<sup>a</sup> também – para apoiar tanto o Estatuto quanto o PL nº 73, porque ali também tem o corte social. Era o apelo que a sociedade fazia. E entendo que de forma correta mesmo, pois temos de pensar em todos – negros, brancos, índios, pobres – que precisam efetivamente do acesso à educação gratuita.

É um grande movimento feito por parte da sociedade organizada, inclusive com uma recente denúncia do Ministro da Saúde de que há racismo e preconceito contra as mulheres negras no SUS. Ele fará até uma cartilha educativa. Foi uma fala muito forte e houve, é claro, a contestação – para mim, legítima – de setores de saúde que disseram que não é bem assim. Toma-rá que não seja, mas o Ministro fez o alerta mediante uma pesquisa.

Sempre digo que temos esse problema em todas as áreas: no movimento sindical, de onde venho, no Parlamento, com os empresários, na imprensa e também entre médicos. Perfeito, para mim, só Deus! Em todos os setores há pessoas com uma postura elogiável, que seguem uma linha do bem, que são propositivas, mas há também aquelas que são preconceituosas, que são racistas. Temos de combater o mal.

Em nome do bem, o Ministro da Saúde fez um alerta. É bom que os médicos tenham respondido que não é bem assim e que, se isso existir efetivamente, eles serão os primeiros a combater. Por isso que o debate é o melhor caminho.

Esta semana, haverá debate em todo o País sobre igualdade, liberdade e combate aos preconceitos em todos os sentidos. Isso é muito bom. Na semana que vem, será realizada a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, organizada principalmente pelo Senador Flávio Arns e pelo Senador Eduardo Azeredo. São os dois grandes mentores, mas é claro que todos estamos ajudando. Haverá apresentações durante toda a semana, e virá uma delegação do Rio Grande do Sul, representada pelo Santos Fagundes e pela Secretaria de Educação de Gravataí.

Com isso, encerro, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– Obrigado, Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há poucos dias, fiz críticas ao Conselho Nacional de Justiça. Não bem ao Conselho. Apenas salientei, com a responsabilidade de Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que o Conselho não estava dando as respostas que a sociedade exigia em relação à magistratura brasileira e, em particular, aos Tribunais de Justiça. Procurei saber das causas. O Conselho em si tem até trabalhado; ainda hoje está reunido, trabalhando.

Mas vou fazer uma confissão. É extremamente desagradável citar nomes, mas vou citá-los porque não vou me acovardar: o Conselho não funciona com relação às múltiplas denúncias que recebe. Nenhuma foi até hoje examinada pelo Corregedor da Justiça, Dr. Pádua Ribeiro, que manda arquivá-las, não cumprindo a sua obrigação como indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para essa função tão relevante quanto à da própria Presidente do Conselho, a notável Ministra Ellen Gracie.

A Presidente Ellen Gracie nem sempre preside as sessões pelos afazeres múltiplos que possui e pela sua atuação excepcional como Presidente do Supremo Tribunal Federal. Preside, aliás, sem que a lei mande, o Corregedor. E o pior é que o Corregedor recebe as denúncias e engaveta-as ou arquiva-as.

Faço questão de dizer isso, salientando que um Presidente de Conselho de Tribunais de Justiça, até

um Desembargador aposentado de Minas Gerais, talvez cumpra a sua missão em relação aos Tribunais de Justiça, mas não a cumpre em relação à sociedade brasileira, ao defender os maiores absurdos cometidos nos Tribunais de Justiça do Brasil.

É a segunda advertência que faço. A terceira, Sr. Presidente, será a convocação do Corregedor para prestar esclarecimentos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que aprovou o seu nome, se não me engano, quase por unanimidade. Portanto, a Comissão é digna de receber as satisfações que bem merece do Conselho Nacional de Justiça.

O Conselho não foi criado apenas para agradar a determinados setores; foi criado como uma necessidade. É composto na sua quase totalidade de figuras relevantes da Magistratura, do Ministério Público e da OAB, bem como do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Faço essa advertência. Digo mesmo advertência porque temos o direito de fazê-la, porque temos até o direito de excluir membros do Conselho – e apenas o Senado Federal pode fazê-lo. Digo isso também pedindo à Presidente Ellen Gracie, a quem rendo mais uma vez as minhas homenagens e com quem estive recentemente tratando desses assuntos, que tome a si a tarefa de presidir o Conselho e de exigir que a Corregedoria aja como bem pede o povo brasileiro. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto diz respeito a Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, que fazia ontem campanha na Venezuela. Já deixou o Brasil – o País é um território muito pequeno para ele – e foi para a Venezuela, onde não seria possível deixar de cometer uma gafe – e tome-lhe gafe! Dirigi-se ao povo da Venezuela – eu vi, e muitos viram, porque a cena foi repetida em todas as emissoras – como “meus amigos e amigas bolivianas”. Tal fato aconteceu com o Presidente Reagan, mas no auge da sua idade, repetido agora pelo brasileiro Lula, na terra do seu chefe Chávez.

Se o Chávez, que chefia o Lula, é tão esquecido por ele, avalie o povo brasileiro.

O Presidente ainda foi pedir votos para o seu colega Hugo Chávez. Reclamou da imprensa brasileira. É um ingrato! A imprensa brasileira não fez um décimo do que poderia ter feito em relação ao Presidente Lula, porque, se fizesse, ele certamente não estaria nesse posto. Quando os escândalos pulularam neste País, a imprensa foi até bondosa com o Presidente. E repetia sempre que ele não sabia de nada, que eram os seus auxiliares que faziam, que roubavam, mas ele não, ele era o bonzinho que demitia os ladrões. De fato, muitos foram demitidos, mas o principal continua lá.

Para Lula, quem não vota com ele, evidentemente, faz parte de uma elite preconceituosa. É uma pena. Esse homem, afinal de contas, já vai para o segundo mandato e ainda tem complexo de inferioridade?!

Deveria estar feliz, escolhendo pessoas boas para compor o Ministério. Mas, não, continua o mesmo e cometendo os mesmos pecados.

Sr. Presidente, não posso deixar de falar sobre outro ponto: o Ministro da Defesa disse desconhecer nova operação padrão. Aqui está **O Globo**. Nova operação-padrão. “Não houve nada. – diz o Ministro da Defesa. Quantas vezes temos atrasos de duas, três horas? São atrasos de vôos, de empresas.”

Ora, Sr̄as e Srs. Senadores, quem vê a população sofrendo por toda parte, vê o Incor fechando, vê a Varig desaparecendo, vê as Santas Casas de Misericórdia falindo, vê ainda este quadro: a operação dos controladores de vôo exclusivamente por culpa do Ministério da Defesa. **O Globo** traz uma página inteira:

Operação no padrão. Controladores tiram licenças e cumprem normas à risca, e vôos voltam a atrasar.

De manhã, no Rio, o Ministro da Defesa, Waldir Pires disse que desconhecia uma nova operação-padrão.

– Não houve nada. Quantas vezes não temos atrasos de duas, três horas. São atrasos de vôo de empresa”, afirmou o Ministro.

Vejam como anda este Governo. É noticiado:

Ontem, 42.3% dos 1.487 vôos programados no País até às 19h atrasaram: 629 aeronaves demoraram, em média, duas horas a mais do que o normal para decolar. Houve, no mínimo, treze vôos cancelados.

Isso não é nada, mas **O Globo** achou que era, e é. Isso é uma vergonha para o Brasil. Em nenhum país do mundo aconteceu isso. Quando aconteceu nos Estados Unidos, durou apenas 24 horas. Em um país daquela imensidão e com tantos aeroportos voltou a funcionar normalmente em menos de 24 horas.

É uma tristeza isso estar acontecendo em nosso País. Daí **O Globo** pedir: Com a aproximação dos feriados, das férias escolares e do fim do ano, teme-se o caos se o problema não for enfrentado com urgência e responsabilidade. Dispensam-se declarações vazias e precipitadas.

É o Ministro da Defesa quem faz declaração vazia e precipitada. Os aeroportos aí estão, demonstrando o quanto o povo brasileiro está sofrendo, o quanto tem sofrido. E a aproximação dos feriados, do Natal e das férias escolares criará um verdadeiro caos no País.

Presidente Lula, dirijo-me a Vossa Excelência: tenha pena do Brasil. Nem todos têm Aerolula para sair na hora que querem. São poucos, talvez Vossa Excelência, quando vai para as praias e leva sua co-

mitiva e até a bandeira do PT. Veja que os brasileiros de toda parte têm direito de se locomover, de ir e vir para todos os lugares, mas não podem voar, porque a incompetência do seu Governo está fazendo com que os aeroportos não funcionem, que os aviões não saiam de seus lugares e que o povo se amontoa nos aeroportos, sofrendo os horrores que tem sofrido.

Não há quem não tenha visto um caso em aeroporto do Brasil. Daí por que chamo a atenção deste Governo e do próprio Presidente Lula, e não o faço reclamando, apesar de ter o direito de reclamar como brasileiro e como Senador, mas o faço pedindo, pedindo que olhe para o Brasil, que não fique tão indiferente ao Ministério da Defesa, que não fique indiferente aos vôos que não saem no horário e aos milhares de enfermos que não podem se locomover por via aérea.

Pense no Brasil e não pense que apenas Vossa Excelência, com o seu Aerolula, tem o direito de trafejar nos ares do nosso País e do estrangeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, por 20 minutos. Se desejar ceder a sua vez ao Senador Mozarildo Cavalcanti esteja à vontade. (Pausa.)

Então, com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, por permuta com o Senador Mão Santa.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr̄as e Srs. Senadores, Sr̄a Senadora Heloísa Helena, hoje quero abordar um tema que é recorrente. Vários oradores neste período pós-eleitoral já o abordaram. Ao longo deste mandato, lembro-me de inúmeros Senadores que vieram aqui tratar deste assunto. Eu mesmo, por curiosidade, peguei um pronunciamento que fiz em 19 de novembro de 2003, a respeito do Orçamento; esse orçamento que é tão falado, tão analisado sob várias vertentes.

Por um lado o que temos na ponta são as nossas universidades, os nossos Cefets, as nossas prefeituras, as nossas comunidades indígenas, as associações, enfim, demandando, buscando os Parlamentares para que incluam no Orçamento recursos para sua instituição, para seu Município.

E, na verdade, o que podemos alterar no Orçamento? Algo em torno de 10% a 15% do seu valor. E esses mesmos 10% a 15% que alteramos na Comissão do Orçamento na verdade são contingenciados de maneira brutal pelo Governo; são tão contingenciados, que, recentemente, em levantamento realizado, descobriu-se que apenas algo em torno de 25% do Orçamento bruto da União é de fato executado. Ora, Orçamento bruto – leia-se: o peso pesado do Orça-

mento – é aquele que o Executivo de fato manda para cá e o que ele quer executar. O resto, e o que é pior, que são as emendas, sejam individuais, de bancada ou de comissão, é administrado como uma verdadeira caixa-preta.

Naquele ano, em 1993, alertei para essa questão – é pena que o Senador Antonio Carlos não esteja mais aqui. Naquela ocasião aprovamos o Orçamento impositivo. O que quer dizer isso? O que é “impositivo”? Significa que o Orçamento que for aprovado aqui, no Congresso, que, na verdade, é elaborado pelos ministérios – portanto, leia-se: pelo Presidente da República –, depois de aprovado seja realmente executado.

Aliás, esta foi a grande razão da criação do Parlamento no mundo: colocar ordem nas despesas dos reis. Naquela época, os reis arrecadavam os impostos de todos e aplicavam-no como bem queriam: construindo palácios, fazendo festas; e o povo ficava a ver navios. Até os barões e os condes, que eram proprietários das terras e que também pagavam impostos, não tinham controle sobre os gastos. Então, criou-se o Parlamento, para que se pudesse discutir o que se iria arrecadar e como se iria gastar.

Pois bem, no Brasil, talvez por várias razões desde o Império, mas principalmente depois do regime militar, transferiu-se para um grupo de tecnocratas a responsabilidade, a exclusividade de se fazer o Orçamento da União.

Onde a União arrecada dinheiro? Nos Municípios, nos Estados. A União não arrecada dinheiro em outro lugar, não! O Governo Federal não fabrica dinheiro, não. Ele arrecada dinheiro lá, por meio do Imposto de renda, do IPI; arrecada dinheiro de cada um dos moradores dos Municípios. Depois, concentra todos esses recursos nas suas mãos, e os distribui como o Presidente quer, essa é que é a verdade – o Presidente e seus Ministros.

Há uma matéria muito importante, no meu entender, que merece uma reflexão. Foi publicada no **Correio Braziliense** e assinada pela jornalista Fernanda Odilla. Diz o seguinte: “Governo privilegia base aliada com 84% dos recursos reservados para atender aos congressistas. PT lidera o ranking dos partidos beneficiados e PMDB recebe melhor tratamento no atendimento individual dos parlamentares”. E, para minha alegria, finalmente o Tribunal de Contas da União está por trás disso. Está fiscalizando, finalmente!

Ora, o dinheiro é do Presidente? O dinheiro é dos Ministros? Sabemos da necessidade de um Município,

da necessidade de uma escola técnica, da necessidade de um hospital, da necessidade de um setor qualquer do nosso Estado ou do nosso Município. Depois, vemos a emenda que suamos para ver aprovada na Comissão de Orçamento simplesmente ser trancada pelo gosto do Presidente da República ou dos seus Ministros – ou de ambos!

Aqui, Sr. Presidente, apelo ao Tribunal de Contas da União para que faça uma devassa nessa história, porque, no fim, somos nós, Parlamentares, de um modo geral, acusados de negociar favores com o Poder Executivo para ter emenda liberada. E o que é pior: conheço alguns fatos – não os quero revelar hoje. Por exemplo, não se libera emenda que beneficiará uma escola que está em construção. A escola fica parada porque o parlamentar adotou uma postura de votar algo contra o Governo. Isso é uma vergonha!

Espero que o Tribunal de Contas da União tome essa providência.

É lógico que o Poder Executivo não vai abrir mão desse poder maligno de apanhar a atividade parlamentar com um fato como esse.

Portanto, faço esse chamamento.

Sou membro da Comissão do Orçamento, e este ano vou-me aprofundar nessas questões.

É interessante: há pessoas por aí que são membros da Comissão do Orçamento desde aquele tempo, Senador Mão Santa, do escândalo da construção do TRT de São Paulo. Há aqueles que são Relator, Sub-Relator e técnicos da Comissão desde aquele tempo.

Ora, será que foi o Juiz Nicolau quem inventou essa história? Será que outras pessoas que participaram do episódio inventaram sozinhas? Não! Inclusive, há um fato interessante para revelar: um dos empresários envolvidos naquele episódio foi misteriosamente candidato a suplente de Senador no meu Estado, o Sr. Fábio Monteiro de Barros.

Portanto, espero que o Tribunal de Contas realmente aprofunde o assunto. Espero inclusive que este ano, na Comissão de Orçamento, não prevaleça mais essa história de que meia dúzia de Parlamentares que sabem das manhas e das artimanhas do Orçamento e, mancomunados com alguns técnicos que já estão lá há muito tempo, continuem brincando de faz-de-conta: faz-de-conta que o Orçamento é realmente discutido, faz-de-conta que o Orçamento é realmente melhorado, e devolve-se para o Poder Executivo um Orçamento autorizativo. O que isso significa? Que o Poder Executivo está autorizado a arrecadar e a gastar como

quierer. No fundo, é isso! Portanto, temos efetivamente de mudar essa realidade.

Sr<sup>a</sup> Presidente, quero pedir que este artigo do **Correio Braziliense** seja publicado na íntegra e faça parte do meu pronunciamento.

Desde antes de 2003, na verdade, eu já vinha alertando para esse fato. Aliás, não só eu. O Senador Antonio Carlos Magalhães teve muita razão quando apresentou o projeto que torna impositivo o Orçamento. Enquanto isso não ocorrer, o problema vai continuar.

Vamos tornar impositivo, então, pelo menos o que tange às emendas parlamentares. Com isso, acaba essa história – como disse a Senadora Heloísa Helena, “esse balcão de negócios”.

Se, em uma emenda, eu destinar tantos milhões para a Universidade Federal de Roraima, vou ficar tranquilo em saber que aqueles tantos milhões irão para a Universidade Federal de Roraima; se eu destinar “x” para o Centro Federal Tecnológico de Roraima, tenho certeza de que a quantia vai para lá; se eu destinar recursos para a construção de um hospital em um Município no meu Estado, esse dinheiro vai para lá sem eu precisar negociar nada com o Governo Federal – ou será que foi o Governo Federal que nos elegeu para esta Casa? A mim não foi! Nem no primeiro mandato de Senador, nem nesse segundo e tampouco nos dois primeiros mandatos de Deputado Federal. Portanto, não posso aceitar que eu, assim como a maioria dos Parlamentares, seja igualado a eles por causa de uma meia dúzia que conduz essa história. Vamos dar nome aos bois, aliás, assim procedeu o jornal. Espero que o Tribunal de Contas, que está, segundo a própria manchete do jornal, intitulada “Tribunal de Contas atrás de provas” as encontre, porque elas estão bastante evidentes.

Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> tem o aparte, com muito prazer.

**O Sr. Mão Santa (PMDB – PI)** – Senador Moacir Cavalcanti, V. Ex<sup>a</sup> – graças à sabedoria e ao discernimento do povo do seu Estado, Roraima – garante sua presença aqui por mais oito anos. Sem dúvida, isso é uma esperança de ética, de decência, de crescimento e de grandeza do Poder Legislativo, hoje tão desgastado, tão desmoralizado. V. Ex<sup>a</sup> foi o primeiro. Aliás, para onde vai V. Ex<sup>a</sup> leva sua formação profissional, a ter o olho clínico ao detectar uma das grandes fontes de corrupção deste País: as ONGs. Ontem, o Tribunal de Contas, detectou que quase 60% das ações das ONGs espalhadas no Brasil enveredam pela porta

larga das facilidades da corrupção, muito comum no momento que vivemos sob o reinado do PT, e V. Ex<sup>a</sup> agora traz esse assunto. Ontem, referia-me a uma revista cujo nome é o grandioso Piauí, de intelectuais, e, em um de suas edições, há uma reportagem sobre o ex-Deputado Roberto Jefferson, do PTB. Realmente – não tenho motivo –, inclusive ele foi à minha cidade, em seu apogeu, para fazer campanha contra a minha estrutura política; mas ele já pagou tudo isso quando confessou a verdade. Então, o ex-Deputado é um dos primeiros entrevistados. Hoje, ele está desprovido; mas tem uma genética muito boa, oriunda dos seus pais e avós, que são homens intelectuais. Ele, que teve o seu apogeu, ali registrou três conselhos para o Parlamentar. O primeiro, é ter relacionamentos, amizades – que funciona em qualquer instituição; o outro, é ser um homem de palavra, de compromissos, como está na Bíblia: O “sim” será sim e o “não” será não; e o terceiro, não se apequenar. Indagaram-lhe, Senador Marcos Guerra, o que significava “não se apequenar”. E ele disse: “Infeliz daquele Deputado ou Senador que troca suas emendas para defender e votar de acordo com essas necessidades. Esse daí foi encaminhado para ser do baixo clero. Esses, que V. Ex<sup>a</sup> está denunciando; esses, com os quais o Orçamento impositivo acabaria. Segundo ele, esse seria o primeiro passo para fazer parte do baixo clero. E estar no baixo clero é um inferno, o sujeito não sai, o sujeito se queima e fica desmoralizado. Então, isso daí evitaria que este Poder Executivo contrariasse todas as perspectivas de entendimento da democracia. Infeliz! O Lula devia vir aqui se aconselhar. Nós estamos aqui para ensiná-lo. Eu sei que ele teve mais votos. Ter mais votos não é democracia; ganhar eleição não é democracia. É ter, numericamente, mais votos do que o seu concorrente. Democracia é um complexo, que V. Ex<sup>a</sup> está salvaguardando e representando. A democracia nasceu quando o povo – o poder é o povo – acabou com o absolutismo dos reis, da monarquia, e dividiu o poder, fazendo nascer este para formar leis boas e justas, o Judiciário para julgar e o Executivo, e eles têm de ser harmônicos. E Mitterrand, que perdeu muitas vezes, como Lula, foi presidente 14 anos e, no final da vida, disse uma mensagem: se ele voltasse a ser, ele iria fortalecer os outros contra-poderes. Fortalecer, não é desmoralizar, tornando os Parlamentares pequenos, negociando as emendas puras, que nasceram da representatividade das necessidades da sua gente que o trouxe para cá. Então, é muito oportuno. É lamentável. Um quadro

vale por dez mil palavras. Que as câmeras focalizem este plenário, não vão esconder e colocar só a minha figura não. Aqui está vazio, como vazio é o amor do PT pela Pátria, pela democracia e pelo Parlamento. Somos exaltados com a presença de uma mulher na Presidência desta Casa, quis Deus. V. Ex<sup>a</sup>, que tem a lamentar, hoje, apenas 5% da população brasileira acreditam nos políticos, os 95% restantes nos acham corruptos e ladrões. E mais grave: apenas 30% acreditam na Justiça. Infeliz do País que não relembra Cristo nas montanhas, gritando: "Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça". Então, não temos nada a comemorar. Está aí o Poder Legislativo, engrandecido pela presença de V. Ex<sup>a</sup>, mas desmoralizado por tantos que falavam em caçá-los. Senador Mozarildo Cavalcanti, penso que esses Deputados e Senadores que procederam mal não devem ser caçados, não, S. Ex<sup>a</sup>s deveriam ser enforcados. Está no livro de Deus: "A quem muito tem, muito lhe será cobrado". E nós já temos muito, e muito prestígio. Essa é a verdade. Parabéns pelo esforço de V. Ex<sup>a</sup>. Por isso a capital do Estado de V. Ex<sup>a</sup> ter o nome de Boa Vista porque V. Ex<sup>a</sup> é o homem da boa visão, das perspectivas, do fortalecimento e da democracia no Brasil.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)**  
– Obrigado, Senador Mão Santa.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, que eu, como V. Ex<sup>a</sup>, sou médico, por isso, o meu primeiro mandato para Deputado Federal se deu exatamente por causa do meu trabalho médico. A minha reeleição para Deputado Federal se deu pelo meu trabalho Parlamentar. Depois fiquei dois mandatos fora. Candidatei-me para o Senado e fui eleito Senador simplesmente porque o povo de Roraima viu o trabalho que eu havia realizado como Deputado e o vácuo que ficou depois de mim. Tive o apoio de muitos amigos e de muitas pessoas e fui eleito Senador gastando quase nada, Senador Mão Santa. Agora, de novo, fui reeleito contra um poder de dinheiro muito grande. É verdade que tive o apoio do Governador do meu Estado, mas fiz campanha de pé no chão. Por todo esse histórico, não pretendo mudar minha postura, adotando esse tipo de comportamento para ter minhas emendas liberadas. Caso minhas emendas não sejam liberadas senão por que a finalidade a que elas se propõem merecem – nunca apresentei uma emenda que não fosse útil ao Município, como por exemplo, a construção de uma escola, de um posto de saúde, ou mesmo na melhoria da infraestrutura, uma emenda destinada à universidade, como

o Cefet, lá no meu Estado –, prefiro não ser atendido, e quero, realmente, estar fora desse esquema que já em 2003 alertava, inclusive quando exercia o mandato de Deputado também.

Sr. Presidente, tanto é assim que pretendo encerrar este meu pronunciamento, exatamente com os mesmos dois tópicos que encerrei o pronunciamento feito por mim em 2003.

Antes, porém, ouço o Senador Marcos Guerra, com muito prazer.

**O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES)** – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex<sup>a</sup> traz à baila um assunto importante, que merece a crítica de muitos Parlamentares, inclusive a de Deputados. Associo-me a V. Ex<sup>a</sup> e ao aparte do Senador Mão Santa. Realmente, essas emendas são obra de ficção, em que várias reuniões acontecem para se discutir onde colocar os valores. Como disse V. Ex<sup>a</sup>, nós, Parlamentares, eleitos pelo povo, aqui estamos para representá-lo, trazendo as carências de todas as regiões onde atua, para fazer a distribuição, e o Governo Federal não atende. Quando o faz, atende ali meia-dúzia de afilhados e quando não há corrupção no negócio. A pessoa, hoje, coloca uma emenda, cheia de esperança de atender à sua região e, quando não estão abertos – como foi mostrado aqui no passado, casos de "sanguessugas", de "mensalões" da vida – as emendas ficam lá, praticamente caducam e ninguém dá a mínima. E nós somos cobrados em nossos Estados. Recentemente, fizemos uma reunião com a bancada do Estado, e estamos até pensando em mudar a forma. Em vez de ficar desdobrando por Parlamentar, colocarmos numa obra só, para que todos possam se unir em prol do Estado de origem. Porque, infelizmente, para o meu Estado, Senador Mozarildo Cavalcanti, não foram liberados nem 10% das emendas. Então, eu digo aqui que são emendas de ficção. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento. Este assunto tem de ser trazido para ser discutido, porque, se continuar assim, é melhor que nem haja mais emendas. É a minha opinião.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)**  
– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte. Concordo. Realmente, se é para ficar nesse faz-de-conta, é melhor que, então, se encontre um mecanismo para que o Poder Executivo elabore o Orçamento, execute-o e pronto. Mas, infelizmente, aí estaríamos voltando ao tempo do Império, bem mais atrasado ainda, ou ao de uma ditadura mais ferrenha.

Mas o que nós queremos mesmo é que o Tribunal de Contas exerça o seu papel. Porque o Presidente da República e os Ministros não estão lidando com o dinheiro deles, não. Estão lidando com dinheiro público e, para isso, como diz o Tribunal de Contas, exige-se impensoalidade e transparência completa na aplicação desses recursos. Então, não pode ser porque fulano é mais leal ou porque fulano vota mais a favor ou fulano é mais isso ou mais aquilo, mais esperto, mais articulado que se vai levar mais dinheiro público por causa disso. Não há de ser assim. Tem de haver um critério isonômico, igual, justo, e, portanto, que tenha a ver com o critério da impensoalidade. Porque, senão, fica sempre, como disse o Senador Mão Santa, esta situação: parlamentares do alto clero, parlamentares do baixo clero, e essa situação não muda nunca.

Vou encerrar com o que eu disse em 2003:

Sr. Presidente, esse é um momento de profunda reflexão. O Congresso deve realmente trabalhar. Presenciei a reunião na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em que foi feito um acordo para que votássemos o projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães. Trata-se de uma emenda constitucional que visa estabelecer o Orçamento impositivo. Mesmo que seja gradual, deve haver, efetivamente, imposição à aplicação do que for aprovado no Congresso. Com isso se acabaria, portanto, teoricamente, ou se dificultaria muito esse jogo de interesses e negociações que se faz.

E disse mais, naquele ano de 2003:

Temos de evoluir nesse caminho, porque o que temos feito é um papel de faz-de-conta. Participamos de reuniões da Bancada... – e teremos uma reunião às 17 horas, da Bancada de Roraima para discutir com prefeitos e outras instituições o que eles vêm pedir. Depois, teremos um prazo até o dia 28 para apresentar as emendas. Posteriormente, vamos brigar para essas emendas serem aprovadas aqui na Comissão, depois no Plenário. E por que depois, Senadora Heloísa Helena? Para colocar na mão do Governo um mecanismo para que seja usado como barganha com um grupinho que é seletivo, como está dito aqui no jornal **Correio Braziliense**? Então, isso não é possível.

Participamos de reuniões de bancada, de comissões, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; às vezes, atravessamos a madrugada para aprovar o Orçamento e, no final das

contas, vemos que nada ou quase nada do que foi aprovado – seja por meio de emendas parlamentares, de bancada ou de região – é liberado e que, portanto, todo trabalho foi inútil.

Sr. Presidente, deixo o apelo para que o Orçamento deste ano – era o de 2003, Senadora Heloísa Helena – seja um orçamento para valer e para que, no ano que vem, tenhamos um Orçamento impositivo.

Ora, estou atualizando um discurso que cabe perfeitamente agora, no final de 2006. E mais, Senadora Heloísa Helena, o que me deixa estarrecido e triste é porque na primeira metade deste meu mandato, que está terminando, era Presidente Fernando Henrique Cardoso, e eu assistia a isso tudo, a mesma coisa, com algumas mudanças de jogada. Aí votei no Presidente Lula no segundo turno. No primeiro turno, votei no Ciro Gomes e, no segundo turno, votei no Presidente Lula, porque acreditava que iria haver mudanças, que iria mudar pelo menos isso, porque a matriz, a mãe da corrupção está aqui, começa aqui. E o que mudou? Nada. Está aqui o jornal **Correio Braziliense** dizendo que não mudou; ao contrário... E o Tribunal de Contas está farejando, finalmente, isso.

Não votei no Presidente Lula agora; votei no Alckmin. O Lula foi eleito e está com um discurso de que vai fazer um governo diferente. Está aqui o primeiro passo para ele fazer diferente. Ele é tão rápido para editar medidas provisórias que procure imediatamente aprovar aqui uma medida parlamentar qualquer, para que acabe com essa pouca vergonha e possamos ter, de fato, um orçamento que seja real, que atenda com justeza a todas as regiões, a todos os municípios, a todas as instituições, principalmente aquelas que mais precisam. E que não fiquemos aqui à mercê de pessoas que tenham melhor trânsito ou que sempre estejam submissas ao governo de plantão.

Espero, é sempre bom ter esperança, que realmente isso mude. E agora tenho um pouquinho mais de esperança, Senadora Heloísa Helena, porque o Tribunal de Contas já farejou que isso aqui tem de ser mudado.

Peço a V. Ex<sup>a</sup> que faça parte do meu pronunciamento a matéria publicada no jornal **Correio Braziliense**.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS - RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, hoje termina o prazo para apresentação de emendas ao Orçamento da União, trabalho que, aliás, a cada ano, movimenta as comissões desta Casa, as Bancadas regionais e as Bancadas estaduais. Cada Parlamentar, individualmente, apresenta as suas emendas.

No total, essas emendas não chegam a alterar de 10 a 15% do Orçamento encaminhado pelo Poder Executivo ao Legislativo. Portanto, o Legislativo praticamente faz um trabalho de faz-de-conta nessa questão do Orçamento. Espero que, efetivamente, o Orçamento - motivo, inclusive, da criação do Parlamento - possa começar a mudar, a partir de agora, já que esse é o primeiro Orçamento do Governo Lula.

Ao mesmo tempo, teve início uma discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para a implantação do Orçamento impositivo, pelo menos parcialmente. Desse modo, o que for aprovado no Congresso Nacional, pela Câmara e pelo Senado, poderá efetivamente ter garantida a sua aplicação, salvo, evidentemente, motivos superiores que possam levar, de fato, o Poder Executivo a contingenciar esse ou aquele tipo de recurso

No entanto, o contingenciamento também deve estar subordinado à apreciação do Congresso Nacional. Do contrário, além de ser uma lei autorizativa, fica, na verdade, ao bel-prazer das análises dos técnicos que, muitas vezes, se julgam acima do conhecimento daqueles que são eleitos lá nos seus diversos Estados para virem aqui trazer justamente a defesa dos interesses daquelas regiões. Nisso, somos colocados como se estivéssemos defendendo questões paroquiais, interesses menores, pessoais, politiqueiros. E isso diminui até o trabalho que considero primordial do Parlamento: a elaboração do Orçamento.

Portanto, deixo aqui um pedido ao Relator do Orçamento, ao Relator do PPA, à Comissão Mista do Orçamento e ao Congresso Nacional, para que possamos aprovar um Orçamento que objetive, de fato, cumprir o que manda a Constituição, que é a eliminação das desigualdades regionais. Já estou cansado não só de falar, mas também de ouvir outros companheiros falarem sobre a necessidade de eliminação dessas desigualdades. Isso é tão batido que já está na Constituição. É um dos objetivos da República exatamente a eliminação das desigualdades regionais. Entretanto, observando como é aplicado o Orçamento, percebemos que as regiões mais ricas são as que mais recebem recursos; são as regiões mais ricas que recebem, inclusive, recursos do BNDES e de outros órgãos de desenvolvimento.

Sr. Presidente, esse é um momento de profunda reflexão. O Congresso deve realmente trabalhar. Presenciei a reunião na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em que foi feito um acordo para que votássemos o projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães. Trata-se de uma emenda constitucional que visa estabelecer o Orçamento impositivo. Mesmo que seja gradual, deve haver, efetivamente, imposição à aplicação do que for aprovado no Congresso.

Temos de evoluir nesse caminho, porque o que temos feito é um papel de faz-de-conta. Participamos de reuniões de Bancada, de Comissões, da Comissão de Orçamento, às vezes atravessamos a madrugada para aprovar o Orçamento e, no final das contas, vemos que nada ou quase nada do que foi aprovado - seja por meio de emendas parlamentares, de Bancada ou de Região - é liberado e que, portanto, todo o trabalho foi inútil.

Sr. Presidente, deixo o apelo para que o Orçamento deste ano seja um Orçamento para valer e para que, no ano que vem, tenhamos um Orçamento impositivo. Muito obrigado.

**Fontes:** Secretaria-Geral da Mesa - Subsecretaria de Taquigrafia  
Secretaria de Informação e Documentação - Subsecretaria de Informações  
Dúvidas, reclamações e informações: [SSINF](http://ssinf.senado.gov.br) - Subsecretaria de Informações  
(311-3325, 311-3572)

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Brasília DF - CEP 70165-900 - Fone: (61)3311-4141

W3CWAI A.A

## ORÇAMENTO

Governo privilegia base aliada com 84% dos recursos reservados para atender congressistas. PT lidera ranking dos partidos beneficiados e PMDB recebe melhor tratamento no atendimento individual dos parlamentares

# PRIMEIRO, OS AMIGOS

FERNANDA ODILLA

DA EQUIPE DO CORREIO

**E**m troca de apoio no plenário do Congresso, emendas empenhadas pelo governo federal. A base aliada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu assegurar 84,8% da reserva de recursos no Orçamento da União. Dos R\$ 349,1 milhões referentes a emendas individuais empenhadas até o dia 30 de outubro, PFL, PSDB, PV, PDT, PSol e PPS somaram R\$ 52,8 milhões. O restante ficou com os amigos, em especial o PT, o partido campeão de emendas individuais empenhadas de acordo com o levantamento feito pela Organização Não-Governamental Contas Abertas, especializada em fiscalização do Orçamento.

Emenda empenhada significa dizer que a União fica obrigada a realizar o pagamento do valor estabelecido. Sem empenho não há recursos assegurados. Depois, a emenda passa ainda pelo estágio de liquidação, que consiste na verificação da regularidade da ação (obra, compra de equipamento etc.), antes de chegar na etapa final, a do pagamento.

No ranking das legendas, PT, PMDB, PL, PP e PSB aparecem na frente. Foram analisadas apenas as emendas individuais de deputados e senadores, desconsiderando as indicadas por mais de um parlamentar ou até mesmo que ganharam dotação orçamentária do Executivo. Os parlamentares do partido do presidente Lula, por exemplo, apresentaram propostas

no valor de R\$ 194,1 milhões e conseguiram empenhar mais da metade desse valor. Um feito que chama atenção, considerando que a média de execução das emendas da oposição é de 15%.

### Repasses

Em junho, também foi assim, com a base parlamentar do governo sendo privilegiada na hora dos repasses de recursos. Na ocasião, a liberação de repasses foi acelerada. Em três semanas, R\$ 240 milhões foram empenhados para cumprir a Legislação Eleitoral, que limita esse tipo de ação a três meses antes das eleições. O líder do governo na Câmara, o deputado Arlindo Chinaglia (PMDB-SP), ao comentar a partilha orçamentária em junho deste ano, admitiu ao Correio que houve favorecimento aos partidos governistas. "Há uma

lógica no parlamento, uma ética entre aspas, que faz com que os partidos da base aliada não suportem que a oposição tenha um atendimento igual ou maior do que os governistas. Isso é cultural, não tem saída", afirmou.

Em 2006, no entanto, não foram parlamentares do PT que se destacaram no ranking individual. Saíram do cofre de Lula mais verbas para deputados e senadores do PMDB. Entre os 10 parlamentares que mais tiveram emendas empenhadas, cinco são peemedebistas. O primeiro colocado é o senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator do Orçamento aprovado no ano passado, ex-ministro de Lula e atual líder do governo no Senado. Jucá conseguiu empenhar 98% dos R\$ 5 milhões referentes às duas únicas emendas apresentadas por ele.

### Municípios

Foram R\$ 3,4 milhões para infraestrutura em municípios carentes e R\$ 1,35 milhão para combater a malária em Roraima. Nenhum centavo desses valores foi pelo governo federal ainda. "Como senador há 12 anos por um estado pobre, que precisa mais das verbas federais que outros da federação, aprendi e consegui, junto com a bancada estadual no Congresso, a

RANKING DAS LEGENDAS			
Partido	Emenda	Empenhado	Saldo Liquidado
PT	194.172.111	97.892.162	4.638.827
PMDB	162.770.060	64.053.271	1.453.054
PL	71.054.000	31.856.679	2.407.139
PP	75.395.000	27.297.321	2.220.961
PSB	56.250.000	24.517.306	1.368.102
PFL	145.340.000	24.250.652	195.887
PTB	59.050.000	22.783.655	3.349.339
PSDB	143.500.000	19.146.433	245.224
PC DO B	34.390.000	18.725.098	2.317.860
PSC	12.560.000	5.999.238	1.500.000
PV	11.325.000	3.512.748	200.000
PDT	43.429.000	3.505.539	723.300
PMR	9.900.000	3.187.000	0
PSOL	27.326.000	1.492.121	117.121
PPS	23.300.000	970.000	0
PRONA	1.950.000	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.071.711.171</b>	<b>349.189.221</b>	<b>20.736.813</b>

sensibilizar tanto este governo quanto o anterior, sobre as necessidades do povo de Roraima", afirmou Jucá, que fracassou na tentativa de eleger a mulher, Tereza Jucá (PPS-RR), para o Senado.

O segundo colocado é uma exceção. O deputado federal oposicionista Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) aparece como um estranho no ninho que conseguiu a façanha de empenhar 90% de suas 20 emendas. E todas elas se resumem a duas palavras: "saneamento básico". O valor varia entre R\$ 150 mil e R\$ 250 mil, para dife-

rentes cidades de Minas Gerais. Apesar de Barbacena ganhou uma emenda maior, de R\$ 1 milhão. O próprio deputado mineiro admite que não é comum um tucano estar entre os maiores beneficiados. "Sou 100% oposição, sempre votei contra o governo. Faço oposição ao PT tanto em Brasília quanto em Minas. Não vinha acompanhando esse negócio das minhas emendas. Eles liberaram muito? É uma coisa curiosa, não é?"

COLABOROU UGO BRAGA

## OS CAMPEÕES DE 2006

### BONIFÁCIO DE ANDRADA

(PSDB-MG) DEPUTADO

Emenda: R\$ 5 milhões

Empenhado: R\$ 4,5 milhões

### ODÍLIO BALBINOTTI (PMDB-PR)

DEPUTADO

Emenda: R\$ 4,9 milhões

Empenhado: R\$ 3,82 milhões

### ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) SEN

Emenda: R\$ 5 milhões

Empenhado: R\$ 4,84 milhões

### JOÃO CALDAS (PL-AL)

DEPUTADO

Emenda: R\$ 4,7 milhões

Empenhado: R\$ 3,86 milhões

### CHICÃO BRÍGIDO (PMDB-AC)

DEPUTADO

Emenda: R\$ 3,3 milhões

Empenhado: R\$ 3,12 milhões

### JOÃO CARLOS BACELAR (PL-BA)

DEPUTADO SUPLENTE

Emenda: R\$ 5 milhões

Empenhado: R\$ 3,46 milhões

### JOSÉ SARNEY (PMDB-AP)

SENADOR

Emenda: R\$ 4,6 milhões

Empenhado: R\$ 4,09 milhões

### ZEQUINHA MARINHO (PSC-PA)

DEPUTADO

Emenda: R\$ 4,1 milhões

Empenhado: R\$ 3,17 milhões

### ANN PONTES (PMDB-PA)

DEPUTADA

Emenda: R\$ 4,9 milhões

Empenhado: R\$ 3,47 milhões

### JAMIL MURAD (PCdoB-SP)

DEPUTADO

Emenda: R\$ 3,9 milhões

Empenhado: R\$ 3,21 milhões

# TCU atrás de provas

O Tribunal de Contas da União (TCU) está à procura de provas de que o governo federal beneficia parlamentares aliados, por meio da liberação de recursos para executar emendas. O procurador do TCU, Lucas Furtado, explica que o levantamento se estenderá à gestão de outros presidentes e, apesar de não ter data para ser concluído, certamente vai indicar

irregularidades e propor mudanças. "Ou se corrige as falhas do sistema orçamentário brasileiro ou vamos assistir uma novela que se repete todo ano, com personagens diferentes", diz Furtado.

Ele assegura que o sistema de elaboração e execução orçamentária é feito para que se haja fraude. "Esse escândalo dos sangueus é uma refilmagem do que aconteceu no caso dos anões do orçamento", afirma Lucas Furtado, referindo-se ao esquema flagrado no início da década de 90. Na ocasião, descobriu-se que o orçamento era manipulado por

um esquema de corrupção do qual faziam parte governadores, ministros, senadores e deputados. Depois dos escândalos, o Brasil conseguiu incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) um alerta: "a execução da lei orçamentária e seus créditos adicionais obedecerá ao princípio constitucional da impessoalidade na Administração Pública...". As liberações discricionárias que contemplam parlamentares "fiéis" ao governo federal afrontam os princípios da impessoalidade, imparcialidade e legalidade. Assim, pode ser classificada como ato de improbidade administrativa. (FO)

*Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Álvaro Dias, suplente de secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Srª Heloísa Helena.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, na forma do Regimento, além de compartilhar a denúncia desse "propinódromo" sofisticado, embora muito safado, da relação promíscua Palácio do Planalto/Congresso Nacional na liberação das emendas.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, como orador inscrito. Depois, falará o Senador Alvaro Dias.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão da véspera da Proclamação da República, Senadoras e Senadores presentes aqui no plenário e na Casa, brasileiras e brasileiros que assistem e acompanham esta sessão pelo sistema de comunicação do Senado, a rádio AM e FM e a televisão e, a posteriori, pelo **Jornal do Senado**, Deus é muito bom para mim. Ele já me deu muito mais do que eu merecia. Estamos aqui, Suplicy, e quis Deus V. Ex<sup>a</sup> estar aí. Está ali o Augusto Botelho, que é médico, e o Mozarildo. Venho falar de um problema que disse grave. E o Suplicy, que é a melhor alma do PT – o PT tinha de ter gente boa –, um homem cheio de virtudes...

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Tem almas tão boas aqui.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Ah, tem o Paim. O Paim é mais do que o Zumbi. É uma..

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Uma alma excepcional.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Tem de ter para compensar as que vão arder nas chamas do inferno.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – É o Martin Luther King do Brasil. O PT tem de ter para compensar...

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Também tem almas femininas boas, pertinho de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Está aqui também a Líder, que acho devia ser do Governo. Não é possível que o Presidente Lula não reconheça o apoio do seu próprio Partido.

Mas quero falar sobre saúde. Suplicy, eu fui médico e acho que o fui por influência dos médicos da minha cidade; cresci vendo-os e admirando-os. Quase todos já estão no céu. Dr. Mirocles Campos Veras foi Prefeito da minha cidade e médico no tempo da ditadura Vargas, mas foi uma benção de Deus, pois era um homem bom, primo de Humberto de Campos. Dr. Cândido Almeida Athayde, João Silva e Mariano de Souza, conheci todas essas pessoas e quis ser médico. Acho que isso me influenciou. São figuras que simbolizam o Cristo: "Eu não vim ao mundo para ser servido, e sim para servir."

Assim, nasceu em mim esse ideal de ser médico. Fui, sou e estou falando aqui para ensinar ao Presidente da República, que tem uma longa história. Primeiro, mentem muito para ele. Ele é uma pessoa

humana e boa. Votei somente uma vez nele; Heloísa Helena, mais.

Quero dizer que o enganam. Ele começa com aquele “não sei” e “não vi”, e a turma aproveita. Ele não é cercado só de gente boa como o Suplicy. Este deveria estar lá, ao lado dele, e ser o seu bom anjo da guarda. Aliás, ele tem muito a ver com essa sua vitória, porque foi quem defendeu a Renda Mínima, o Bolsa-Escola. Reconhecemos que o Bolsa-Família foi um tiro certeiro. Ele teve a visão de perceber que este País, Alvaro Dias, é muito injusto: 10% dos mais ricos têm a metade da riqueza; 10% dos mais pobres só têm 1%. Então, ele dividiu. Agora, entendo que isso não é o ideal. Tem de haver um debate qualificado.

E já vai o Suplicy ali. Ele é muito apressado, muito cabeça-dura: já brigou muito em boxe, acho que foram uns nocautes que teve. Mas nós não divergimos, não; nós nos aproximamos. Minhas palavras foram de reconhecimento à virtude de V. Ex<sup>a</sup>, e sempre disse isso. Agora, sou de uma sinceridade, porque vim do Piauí. V. Ex<sup>a</sup> se lembra de que, quando comecei aqui, disse: “Ô, Suplicy, a tua mulher perde em São Paulo”. Eu afirmei logo cedo: “Você ganha. Besteira, rapaz, ela vai perder a eleição”. Disse, com um mês como Senador nesta Casa, porque ando: nordestino, no táxi, auscultava. É o que Ulysses disse: “Ouça a voz rouca das ruas”. Eu dizia: olha a votação dele. Ele é um dos seis homens que mais voto já tiveram neste Brasil. Só tiveram mais voto do que ele esses candidatos a Presidente – alguns. Justiça seja feita: V. Ex<sup>a</sup> também teve uma votação esplendorosa.

Mas, Suplicy, não vamos buscar o que nos separa. Eu lhe disse que sou muito Deus, com todo respeito que tenho a V. Ex<sup>a</sup>, a sua bondade, a sua defesa pela renda mínima. Mas não me sai da cabeça o que Deus disse: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. É uma mensagem de Deus de que o caminho é o trabalho.

O apóstolo Paulo, mais severo, Mozarildo, diz: que quem não trabalha não merece ganhar para comer. Então, fico com eles, antes de V. Ex<sup>a</sup>. Mais ainda, Deus escreve por linhas tortas, Heloísa Helena. E não sei onde está isso, nunca vi; fica para o Crivella discutir com o Magno Malta se está na Bíblia. Mas, Heloísa Helena, como o Suplicy já está levantando-se para um aparte, eu me antecedo, porque levo para onde vai a minha formação médica, a profilaxia.

Mas vamos mais: já que V. Ex<sup>a</sup> não está crendo em Deus, no apóstolo Paulo, creia em Rui Barbosa. E por acaso estou com um livro velhinho, e ninguém do PT escreveu um que andasse tanto tempo. Está aqui por acaso, e vou ler para V. Ex<sup>a</sup>. Realmente, isso ajudou os pobres. Dar esmola ajuda, mas não vai tirar a população da pobreza. Não vai, não, Suplicy. Não

venha com essa conversa, porque não vai; isso não tem fundamento.

Eu fico com Luiz Gonzaga, já que V. Ex<sup>a</sup> não crê nas palavras de Deus, do apóstolo Paulo ou de Rui. Luiz Gonzaga, lá do nosso Nordeste, Mozarildo, diz: quem dá uma esmola a um homem santo mata esse homem de vergonha ou de humilhação. O Fagner, que é um cantor do Ceará, gravou uma música do Gonzaguinha, que diz: Homem guerreiro! Menino guerreiro! Ele tem um sonho. Se castram esse sonho – esse seu sonho é o trabalho –, ele mata, morre e não pode ser feliz.

Então, acredito no trabalho.

Mas me permita V. Ex<sup>a</sup>, que usou o nome “Partido dos Trabalhadores”, enquadrá-lo. Está aqui um livrinho de Rui Barbosa, que depois vou ceder, para que V. Ex<sup>a</sup> tire uma fotocópia só de uma parte: o trabalho.

Rui Barbosa disse:

Há na vossa grandeza um condão para atrair os que se não rendem a outras: é que é a grandeza do trabalho. O trabalho não é o castigo: é a santificação das criaturas. Tudo o que nasce do trabalho, é bom. Tudo o que se amontoa pelo trabalho, é justo. Tudo o que se assenta no trabalho, é útil. Por isso, a riqueza, por isso, o capital, que emanam do trabalho, são, como élle, providenciais; como élle, necessários, benfazejos como élle. Mas, já que do capital e da riqueza é manancial o trabalho, ao trabalho cabe a primazia incontestável sôbre a riqueza e o capital.

Lincoln não era um demagogo, não era um revolucionário, não era um agitador popular. Era o presidente da grande república norte-americana [grande presidente!] durante a mais tremenda crise da sua história; e o consenso geral da posteridade o sagra, hoje, como o maior gênio de estadista que a tem governado. Pois Lincoln, senhores, não duvidava reivindicar, numa das suas mensagens ao Congresso Nacional, em dezembro de 1861 [atentai bem, Suplicy, 1861!], a preeminência do trabalho aos outros fatôres sociais.

“O trabalho – dizia ele [citado por Rui Barbosa, nosso patrono] – precede ao capital, e dêste não depende. O capital não é senão um fruto do trabalho, e não chegaria nunca a existir, se primeiro não existisse o trabalho. O trabalho é, pois, superior ao capital, e merece consideração muito mais elevada”.

Eu venho falar daquilo em que acredito, Senadora Heloísa Helena: o trabalho. E me dediquei a ele. Faço, Senador Suplicy, no dia 16 de dezembro, 40 anos de médico e cirurgião. Não há mão santa e nenhum santo;

são mãos humanas iguais às da enfermeira Heloísa Helena. É título mais acima do que o de Senador. À enfermeira não se prestam homenagens, solenidades e festas, mas, no momento da dor, do sofrimento, todos recorremos a elas. V. Ex<sup>a</sup> e eu somos irmãos. Médico e enfermeira, somos soldados da saúde, do evangelista Lucas.

Senador Eduardo Suplicy, quero a ajuda de V. Ex<sup>a</sup>, do Senador Paulo Paim e da Líder Senadora Ideli. Ô, Ideli! Como é fácil. No meu voto, pedirei tão pouco pelo País; diferente do PMDB, que quer negociar, fazer balcão de negócios. O meu, não. O meu é puro. Acho que V. Ex<sup>a</sup> pode levá-lo.

Está acontecendo neste País uma greve que é fundamental e que precisamos entender: de médico residente. Eu sou médico.

Heloísa Helena, eu sei que tive um grande aprendizado aqui, Senador Alvaro Dias, com homens de inteligência e experiência. Mas, Senador Augusto Botelho, entendo que, dos meus 64 anos, os mais importantes da minha vida foram como médico residente. Aí, sim, um reitor me orientou, e eu fui; e fui aprender.

Eu sou oficial da reserva e fiz o CPOR. Há uma hierarquia no Exército, mas a hierarquia em um hospital organizado, Heloísa Helena, é muito maior do que a hierarquia militar, Alvaro Dias, porque é a hierarquia do saber; não é a hierarquia de capitão ser mais do que tenente; major.... É a hierarquia do saber: aquele que é seu chefe de clínica, de cirurgia, que é diretor, tem a estrela do saber.

Aprendi muito na minha residência médica no Hospital dos Servidores do Estado, e pasmem: era o único, um hospital federal, onde vi ser atendido João Baptista Figueiredo quando teve o enfarte. Lá, havia um apartamento presidencial. Fui médico residente, que é o profissional da Medicina jovem, idealista, puro no sentimento de saber, que entrega os melhores anos de sua juventude para buscar ciência, para, com ciência e com consciência, servir ao povo do Brasil. Esses são médicos residentes, Ideli. Mozarildo, nós dávamos 13 plantões por mês. Treze! E, no dia seguinte, estávamos a auxiliar as cirurgias.

Senadora Heloísa Helena, convivemos com os maiores nomes da Medicina do mundo. Christiaan Barnard.... Ô, Mozarildo, convivi com Christiaan Barnard, o pioneiro do transplante cardíaco, que deu um curso no meu hospital; Lileray, o pai do microcirculação; Zerbini, Jatene – eu auxiliiei Jatene em cirurgias –, esse extraordinário homem da Medicina.

E a dedicação era tão grande, que, realmente, depois, eu quis voltar para o Piauí.

Quero dizer, Augusto Botelho e Alvaro Dias, que Deus foi tão bom que eu só soube o que era desem-

prego quando entrei na política para arrumar para os outros. Eu não. Eu saí bem formado; quando me formei no Ceará e fui para o Rio, era primo da mulher do Governador, da mulher de Virgílio Távora; era monitor da faculdade e podia ficar como professor; tinha tirado primeiro lugar em concurso para o pronto-socorro municipal, assistência municipal, hoje José Frota. Poderia ter continuado, e fui fazer a residência.

Senador Botelho, ao sair, tinha convite de todo o Brasil, porque era uma das residências mais sérias e importantes de Medicina. Fui discípulo do Professor Mariano de Andrade. E com ele convivi e aprendi.

Senador Mozarildo, a formação era tão séria e importante na nossa vida, que, de repente, o hospital nos colocava como diretor daquela instituição. Fazia parte da formação médica. Lembro-me de um chamado da telefonista para eu resolver um problema: “Você é o diretor de plantão” – o lado administrativo fazia parte da formação do médico-residente. Perguntei qual era o problema. “Ah, tem um engenheiro que tomou ‘umas’ e está quebrando tudo aí embaixo, mas é você quem vai resolver”. Perguntei por quê. “Porque você é o diretor, e esse engenheiro é o engenheiro do hospital”. E eu perguntei: “Ah! E aqui tem engenheiro?” E ela disse: “Tem dois engenheiros.” Mas, naquele meu jeito, fui e acabei tomando uma cervejinha com o engenheiro – para ser flexível – e falei: “Meu amigo, vamos fazer um negócio. Não vou chamar a polícia; vou chamar a ambulância e vou deixá-lo lá no seu apartamento”.

Mas quero dizer o que é uma residência médica. Foi muito importante. Nos anos em que fizemos – e hoje ainda é assim – eram quatro anos, dois e um terceiro optativo para quem fizesse a Cirurgia Especializada. Quer dizer, nos formava mesmo e nos dava independência, auto-estima, formação. Eu cheguei no Piauí e tive essas condições, que o povo reconheceu. Os pobres colocaram-me até o apelido de Mão Santa e me deram muitos votos – estou aqui, fui prefeito da minha cidade e governei o Estado. É importante o exemplo dos mais velhos, como o de um pai, e dos mais novos, como de irmão.

Mozarildo, sou metido a durão e até sou, porque sou um homem do Piauí, mas me lembro, Augusto Botelho, de Fischmann, um cirurgião que se casou com a filha do Lutz Fernando; ele tinha deixado, mas eu não me despedi, Alvaro Dias, porque ia embora do Rio, iria me emocionar e, talvez, tivesse uma crise de choro, porque aquele pegava na minha mão e me ensinava a operar: gastrectomia, tireoidectomia e abrir tórax, tal é a formação dos médicos residentes! Olha, antes de sair, fui chamado na direção do hospital. Sabe o que era? Olha como é importante: era o diretor do hospital acompanhado de Tufik Simão, médico que instalou a

primeira UTI neste País. Tinham um convite para eu ser diretor de um hospital em Anápolis. Um médico, que era deputado federal, tinha acabado de ser eleito e tinha de buscar lá essa pessoa. Eu, Botelho, tinha sido indicado pela formação no Hospital do Servidor. Aí, eu disse que não, pois queria ir para o Piauí. Quer dizer, antes de sair da residência, porque eles iam buscar.

Era um médico, dono de um hospital. Quase fui para Anápolis, mas creio que já estava apaixonado pelo Piauí e pela Adalgisa.

Mas quem faz funcionar um hospital são os médicos-residentes.

Senador Mozarildo Cavalcanti, todos estão vendendo os aeroportos. É aquele rapazinho, o que faz a programação do vôo. É um problema no País todo, porque está centralizado. Ô Suplicy, atentai bem. Muito mais grave é o que se vê nos aeroportos: os programadores de vôo estão parados, e não saem 600 vôos.

Todos os hospitais deste País estão sofrendo o mesmo problema. Os médicos-residentes estão em greve há mais de 15 dias, Suplicy. Por que só eu estou falando? Mas está tomando eco. Está na **Folha de S. Paulo** o protesto dos residentes, que têm uma bolsa que vale pouco mais de mil reais, ô Paim! Senadora Ideli, essa bolsa não é reajustada há quase cinco anos. E ninguém trabalha mais do que médico-residente. Ele é quem faz funcionar o plantão. Numa maternidade, ele é quem recebe a gestante, vê a bolsa romper e o feto bater. Ele acompanha e espera. Se o caso complica, e o bebê não nasce, ele vai ao médico, que está dormindo nas caladas da madrugada, buscá-lo. Mas é o residente quem passa a noite no banco de sangue, classificando o sangue para que haja aquela operação, para auxiliar. Ele trabalha muito, são noites e noites indormidas. Mozarildo, sabe a ponte Rio–Niterói? Eu a vi ser construída, pilar por pilar, lá do décimo-quarto andar, onde eu fazia plantão na UTI, Augusto Botelho. Vi a construção pilar por pilar, Alvaro Dias. Assim é a vida de um médico residente.

Mas o que eles querem mais, Mozarildo, é responsabilidade. Senadora Ideli, V. Ex<sup>a</sup>, que é professora: é só isso. Os residentes não estão lá pelo dinheiro, eles ganham pouco mais de mil reais. Se V. Ex<sup>a</sup> considera trinta dias, o que eles recebem por hora é muito pouco, especialmente quando se leva em consideração que o médico residente trabalha dia e noite, praticamente mora no hospital. Sofre o doente, ele está lá com a família. E ele tem de se vestir, tem de comer, tem de comprar livros para se atualizar, livros que são caros.

Eu me lembro, Mozarildo, que comprei o *Atlas de Técnicas Cirúrgicas*, de Madden: custou duzentos cruzeiros. Como pela residência eu recebia vinte e quatro cruzeiros e pagava dez por mês, levei quase

dois anos pagando o Madden. Essa é a vida do residente. E eles estão aí.

Agora, quem sofre? Presidente Lula, já chegou? Suplicy, é o pobre. Os hospitais privados não estão nem aí: são doentes tratados por médicos ricos. Mas onde tem médico residente é nos hospitais públicos, no Hospital das Clínicas por exemplo.

Ontem, chorou-se pelo Incor, que está sofrendo um drama. Discursaram muito pelo Incor. É justo, mas são muitos outros nesse situação. Todas as santas casas, todos os hospitais universitários estão parados. Estão parados porque eles atendem os pobres, e os pobres não gritam, os pobres voltam sem nem saber por que estão voltando às vezes. É essa a bolsa que está faltando.

Mas sabem o que eles querem mesmo? Eles não querem ficar como mão-de-obra barata. É a mão-de-obra mais barata: mil e poucos reais para trabalhar as vinte e quatro horas do dia – é quase como aquelas domésticas escravas do passado. Eles querem que o Governo assuma a responsabilidade de colocar docentes, instrutores, para que eles não sejam só mão-de-obra barata. Não tendo o ganhar, o que seria o seu maior pagamento? O saber, mas também não serem responsáveis por tratamentos para os quais eles ainda não têm qualificação.

Com a palavra o médico que está antes, muito antes da força do Senador: Mozarildo. Em pesquisa recente, verificou-se que, entre os brasileiros e as brasileiras, só 5% acreditam nos políticos e 30%, nos homens da Justiça. Em relação ao médico, o percentual é bem diferente, temos a primazia, estamos em situação de igualdade com os pastores, os padres, no conceito da população.

Com a palavra Mozarildo.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR)** – Senador Mão Santa, estava aqui ao meu lado o Deputado Rodolfo Pereira, de Roraima, que também é médico, e estava presidindo a sessão na altura em que eu estava me preparando para pedir o aparte o Senador Augusto Botelho, que também é médico. Sendo médico, também me causa muita preocupação o tema que V. Ex.<sup>a</sup> está abordando. V. Ex<sup>a</sup> fez um paralelo entre os residentes e os controladores de vôo. Nós, que viajamos para lá e para cá, não percebemos a presença dos controladores. De forma semelhante, o paciente, ou melhor, o povo de modo geral não sabe da existência do médico-residente.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI)** – Sr. Presidente, conceda mais tempo para esse debate qualitativo e necessário à melhoria da saúde neste País.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu sinto muita segurança, porque os médicos cuidam bem de mim aqui.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR)

– Como eu estava dizendo, Senador Mão Santa, ninguém, quando está no aeroporto, percebe a presença do controlador de vôo. Vê lá a mocinha ou quem está fazendo o *check in*, vê o funcionário da Infraero que está controlando os raios X, mas não sabe da importância do controlador de vôo. Da mesma forma, muita gente não sabe da importância do médico-residente, que é responsável, dizem os jornais de hoje, por 70% do atendimento. Eu creio que seja muito mais do que 70% do trabalho que se faz nos hospitais públicos e em alguns hospitais que são fundações, que são públicos e privados ao mesmo tempo. Então, é importante que realmente essas coisas estejam acontecendo para que o Brasil acorde e veja a existência de pessoas como os controladores e como os médicos-residentes. Quem são os médicos-residentes? São médicos já formados que estão ali se especializando, que estão aprendendo mais e que estão, portanto, prestando um serviço e aprendendo. Lá, os chefes de serviço, os catedráticos, na verdade, ficam fazendo um trabalho de ensinamento, mas não fazem o trabalho mais corpo a corpo, digamos assim, do residente. Eu espero que o discurso de V. Ex<sup>a</sup> sirva como alerta para a necessidade de mudar essa realidade. É inaceitável que um médico nessa situação ganhe pouco mais de mil reais. Como é que ele pode se manter? Se ele não pode sequer comprar um livro, como V. Ex<sup>a</sup> deu bem o exemplo aqui, como ele poderá se aperfeiçoar? O Brasil vem relaxando há muito tempo diante de situações como essa, e isso não pode continuar sob pena de nós não mudarmos a realidade da saúde no País, de não garantirmos a existência nos hospitais e no mercado de modo geral, amanhã, de bons profissionais, qualificados e capazes de exercer a profissão em benefício do povo. Além disso, como eu coloquei há bem pouco tempo aqui, precisamos também da presença do médico em todos os municípios do País.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Nós agradecemos, incorporamos e queremos dizer que, além dessa atualização salarial que eles dizem que há cinco anos não é feita nesse salário de pouco mais de mil reais, o que eles exigem são melhores condições para trabalhar e aprender. No meu tempo, nos anos sessenta, havia uma associação de médicos-residentes que qualificava os hospitais que podiam dar assistência a esse compromisso de formação. Os jovens residentes de hoje não querem passar aquele período que dedicam de sua mocidade em busca do saber como

apenas uma mão-de-obra barata para servir e fazer funcionar os hospitais.

Então, Senadora Ideli Salvatti, é essa a minha preocupação. Confiamos que V. Ex<sup>a</sup>, com sua sensibilidade de professora, fará chegar esses reclamos que nós, que temos quarenta anos de Medicina, sentimos e percebemos como graves; confiamos que V. Ex<sup>a</sup> os levará ao Ministro da Saúde e ao Ministro da Educação para que tenhamos uma solução satisfatória.

A V. Ex<sup>a</sup>, Senador Suplicy, que tem feito tantas coisas boas por São Paulo e pelo País, o nosso apelo para também se incorporar nessa campanha pela melhoria das condições de trabalho do residente. Precisamos promover um debate qualificado para buscar soluções para melhorar a situação de mais de vinte mil médicos-residentes.

Ontem, o debate qualificado foi pelo Incor, que reconhecemos ser um centro de excelência, um centro que nos enche de orgulho e chama a atenção não só do Brasil: ele é um centro de médicos-residentes tão forte, que vêm até estrangeiros de países de Primeiro Mundo, como o Canadá, fazer estágios. Mas não é só o Incor que precisa de ajuda, são centenas de hospitais que abrigam os médicos-residentes e que estão com o seu funcionamento prejudicado. Essa situação desfavorece sobretudo os mais pobres que necessitam de assistência e vão buscá-la no hospital público.

Essas são as nossas palavras. Agradecemos ao Senador que presidiu e que, pacientemente, alargou o tamanho do tempo, que, embora tenha sido grande, não é tão grande como o coração de V. Ex<sup>a</sup> Senador Romeu Tuma.

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, a Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Augusto Botelho e Romeu Tuma.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Muito obrigado.

Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

*(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti.

Em seguida, terão a palavra os Senadores Sérgio Zambiasi, César Borges e Eduardo Suplicy.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Romeu Tuma, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Senador Sérgio Zambiasi, que, gentilmente, tendo pedido o tempo pela Liderança, permitiu-me fazer o pronunciamento na sua frente.

Hoje, pela manhã, fiz uma visita à Presidente da Caixa Econômica Federal, a nossa querida Maria Fernanda Ramos Coelho, que me deu uma notícia que eu não poderia deixar de trazer a esta tribuna. Quero, inclusive, usar o caso concreto dessa notícia que me deu a Maria Fernanda para mostrar como determinados temas foram apresentados ao longo do debate eleitoral, principalmente no segundo turno, sobre o papel do Estado: para que serve o Estado, onde e como devemos nos colocar na disputa da tecnologia, da soberania nacional e da competitividade que o nosso País tem e que, infelizmente, não é muitas vezes valorizada. A Maria Fernanda, Presidente da Caixa, deu-me a seguinte notícia: entre os dias 12 e 17 de novembro – nesta semana, portanto –, está sendo realizado em Cingapura um fórum internacional, a convenção da World Lottery Association, da qual participarão 700 representantes de loterias estaduais de 74 países. Exatamente nesse evento, o Brasil, por intermédio da Caixa Econômica Federal, apresentará a tecnologia que desenvolveu para operar, Senador Romeu Tuma, o sistema lotérico da referida instituição.

Veja que interessante, porque essa questão do sistema lotérico da Caixa Econômica Federal foi, ao longo desses quatro anos do Governo Lula, um dos temas recorrentes nesta Casa, que recebeu, exaustivamente, ilações, insinuações e acusações relacionadas ao contrato com a famosa GTech. Essa empresa norte-americana entrou no Brasil para operar o sistema lotérico da Caixa Econômica em 1997, depois de uma licitação ganha por uma empresa nacional, brasileira, a Racimec, após 36 anos de uma longa licitação, que, aliás, proibia a participação de empresa internacional; dez meses depois, a GTech, essa empresa norte-americana, comprou a Racimec e ganhou por tabela a licitação que essa havia ganho na Caixa. Desde 1997, a Gtech, que se apropriou, vinha controlando e impedindo, com todas as forças que ela tinha ou não, que a Caixa Econômica desenvolvesse a sua tecnologia.

Houve, já no fim do Governo Fernando Henrique, Senador Romeu Tuma, a bem da verdade – é importante aqui registrar, até pela briga entre o PSDB e o PFL, quando a candidatura do PFL acabou sendo

detonada na briga interna –, houve uma posição da Caixa Econômica, que, desde aquela época, foi para a Justiça tentando se livrar da GTech. A Caixa tentava abrir as operações para poder desenvolver a sua tecnologia e nos livrar da dependência tecnológica operacional de uma empresa multinacional que cobrava horrores pela operação.

No atual Governo, nós demos continuidade e aprofundamos isso. Mas foi uma briga, uma briga imensa, porque havia decisões judiciais, liminares, para respaldar a GTech. Chegamos até o ponto de ter aqui, na CPI dos Bingos, o convite a uma das juízas, a que deu mais liminares favoráveis à GTech, para prestar depoimento e dizer por que ela via tanto benefício e mantinha o privilégio e, digamos assim, o monopólio da GTech de continuar operando. Mas a juíza acabou não vindo. Ela recorreu ao Supremo e foi beneficiada, não precisando vir prestar esclarecimentos na CPI dos Bingos.

Mas é interessante, porque, depois de toda a briga, de toda a luta jurídica para podermos nos livrar, finalmente nós estamos independentes da GTech. E isso é muito importante, porque a independência nos permite, hoje, estar em uma das principais convenções internacionais apresentando tecnologia desenvolvida pela capacidade e pela inteligência brasileira, disputando o mercado e concorrendo com quem? Com empresas do tipo da GTech.

É muito interessante trazer esse assunto, porque esta foi uma questão também trazida no segundo turno: que Brasil queremos? O Brasil submisso, o Brasil dependente, o Brasil que não se valoriza, o Brasil que não respeita a capacidade e a inteligência do nosso povo, da nossa intelectualidade, dos nossos cientistas, dos nossos técnicos, das nossas instituições? Esse é o Brasil que nós queremos ou é outro Brasil? Esse Brasil que se libera, esse Brasil que entra a partir do desenvolvimento da sua própria tecnologia na disputa internacional em pé de igualdade? É disso que estamos falando.

Não posso, portanto, deixar de fazer este registro no caso GTech/Caixa Econômica Federal, Senador Romeu Tuma, V. Ex<sup>a</sup> que acompanhou o bombardeio que foi feito, todas as acusações, todas as ilações, todos os questionamentos. Mas aí está o resultado. Nós conseguimos, finalmente, dizer que não precisamos de uma GTech. Não temos de pagar milhões anualmente para uma empresa multinacional operar no nosso País, porque temos capacidade de desenvolver a tecnologia.

Gostaria de parabenizar, de público, toda a equipe da Caixa Econômica Federal que teve a capacidade de fazer o enfrentamento, de fazer a superação, de

desenvolver a tecnologia e estar, nesta semana, nos representando nesse fórum internacional em Cingapura, levando para a comunidade internacional uma tecnologia desenvolvida no Brasil e que se apresenta como bastante conveniente.

Faço este registro porque essa tecnologia de informação que a Caixa desenvolveu para a operação das loterias não vai servir só para isso. Poderá ser aplicada também na questão dos cartões de crédito e em uma série de outras operações que a Caixa Econômica desenvolve no atendimento à população brasileira, e que vai se aproveitar também dessa tecnologia.

Além disso, quero aproveitar para dizer que não é de hoje que a Caixa repassa conhecimentos a outros países, como é o caso da Namíbia, Marrocos, República Dominicana e Líbano, em outras áreas, como na área da habitação, saneamento, infra-estrutura, transferência de benefícios sociais e bancarização da população de baixa renda. Tivemos a oportunidade de servir de exemplo de matriz e de tecnologia nessas áreas para outros países e, agora, também estamos entrando neste outro terreno que é o das loterias.

Gostaria ainda de dizer que essa tecnologia totalmente desenvolvida no Brasil teve a participação de 400 profissionais da Caixa Econômica Federal. Foram quatro anos de pesquisa, de muita pesquisa, que acompanhamos atentamente.

Queríamos, de público, parabenizar toda a equipe, inclusive a da gestão que antecedeu a da atual Presidente, Maria Fernanda, presidida por Jorge Mattoso. Foi exatamente essa Direção da Caixa que deu continuidade, aprofundou e concretizou o sonho de soberania e de independência com relação à tecnologia nessa área.

É importante explicar o que estamos falando em termos de recursos, porque a mudança desse sistema, ou seja, deixar de depender da GTech, traduz-se em mudança significativa nos custos, nos gastos. A GTech, no ano passado, ainda absorveu – porque uma parte dos procedimentos foram sendo descartados – R\$238 milhões. Iniciou-se um processo de descarte, de se desvincilar de parcelas de execução. Antes de se iniciar o processo de desligamento da GTech, o gasto era de R\$400 milhões/ano, Senador Romeu Tuma.

Portanto, é esse o tipo de economia que a Caixa Econômica está fazendo hoje. Além da economia, ainda está disputando e pode passar a ter, pela tecnologia desenvolvida, lucro no sentido de absorver mercados internacionais que estão em disputa.

É bom também lembrar que metade do que é arrecadado pelo serviço lotérico da Caixa Econômica Federal vai para a área social. É bom termos a dimensão dos valores. Nos primeiros nove meses de

2006, as loterias operadas pela Caixa arrecadaram R\$3,13 bilhões, dos quais R\$1,5 bilhão foi destinado a repasses sociais. Ao esporte brasileiro foram destinados R\$199 milhões; o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fiees) recebeu R\$283 milhões; o Fundo Nacional de Cultura, R\$89 milhões; o Fundo Penitenciário, Senador Romeu Tuma – para a segurança – e a Seguridade Social receberam R\$94 milhões e R\$531 milhões, respectivamente; R\$343 milhões foram repassados a convênios com Apaes de todo o País e também à Cruz Vermelha.

Portanto, é um recurso muito importante. Ele é essencial para o desenvolvimento social do nosso País.

Gostaríamos, mais uma vez, de dar os parabéns à Caixa Econômica, à sua equipe técnica e aos 400 funcionários que se dedicaram ao desenvolvimento dessa tecnologia.

Eu não poderia deixar de registrar o seguinte – porque foram quatro anos, Senador Romeu Tuma, durante os quais, semana sim, semana não, fazíamos debate neste plenário e ouvíamos acusações a respeito dos procedimentos da direção atual da Caixa com relação à GTech: volto a dizer que a GTech está controlando o jogo, as loterias da Caixa Econômica, desde 1997, autorizada por uma licitação da qual não participou – ela ganhou por tabela ao comprar uma empresa nacional, a Racimec –, e, de 1997 até o ano passado, ela agiu, de todas as formas possíveis e imagináveis – e até inimagináveis – para continuar explorando essa fatia, essa parcela de execução de um serviço que a Caixa Econômica, por delegação, inclusive legal, constitucional, executa em nome do Governo Federal.

Portanto, se há algo que simboliza enfrentamento, respeito, valorização à inteligência e à tecnologia brasileira, o caso em questão é um bom exemplo, é uma boa demonstração, é uma demonstração inequívoca do que é a determinação política em favor do Brasil, em favor do povo brasileiro, em respeito à nossa soberania, à valorização dos nossos profissionais e em favor daquilo que o Brasil tem de melhor, que é o povo brasileiro. Essa notícia é uma das que melhor simbolizam isso.

Portanto, a capa do Caderno Especial da Caixa “Independência Tecnológica” orgulha-nos, orgulha o Brasil, orgulha aqueles que acreditam no Brasil, que acreditam no povo brasileiro.

Por isso que esse exemplo, bastante concreto e bastante significativo, cabe bem, cabe muito bem nesse rescaldo eleitoral, em que tivemos a oportunidade de, durante as eleições, discutir projetos, discutir o que se quer para o nosso País, o que se quer para o desen-

volvimento do nosso País, o que se quer em termos de relações do nosso País com os demais, com as demais comunidades, com os demais povos.

Em uma situação como essa de superação de um processo de dependência, de submissão – e submissão que trouxe profundos prejuízos, financeiros inclusive, ao povo brasileiro –, sentimo-nos muito orgulhosos em saber que, felizmente, o Brasil está no rumo que interessa ao Brasil, e não no rumo que interessa àqueles que, vira e mexe, acham que qualquer outro governo, qualquer outro país faz melhor do que nós. Não pensamos assim. Acreditamos que o Brasil tem muito a oferecer, compartilhar e valorizar, em termos do que temos capacidade de produzir e de realizar.

Muito obrigada, Senador Romeu Tuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senadora Ideli, ainda hoje falávamos sobre isso, sobre a importância de o Governo acreditar na tecnologia, na pesquisa e investir nessa competência e na capacidade dos técnicos brasileiros.

Portanto, cumprimento também a Caixa por esses valores que desenvolveram essa tecnologia, da qual já ouvimos falar na época da CPMI.

Eu também não poderia deixar de lembrar que, ainda esta semana, estive no Prodasen. Eles têm um plano já em desenvolvimento e nos trouxeram essa oportunidade – está aqui, na Mesa.

Deve-se acreditar no jovem que diz: "Posso fazer". E investir. Foi o que aconteceu na Caixa.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, pela Liderança do PTB, Partido de todos os brasileiros.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna, com certeza, sensibiliza V. Exª também, até porque, Senador Romeu Tuma, sei que V. Exª é pai de um médico, assim como o Senador Mão Santa também é médico, mas um dia foram residentes.

São 17 mil profissionais em todo o Brasil, são milhões de brasileiros que encontram nos hospitais das redes pública e privada, também nas clínicas, nos ambulatórios e nos consultórios o amparo e a atenção de que necessitam para sua saúde. Esses profissionais, em fase de formação, são fundamentais para a atenção à saúde desses cidadãos.

Trata-se da greve nacional dos médicos residentes, iniciada no dia primeiro deste mês e que atinge 18 Estados da Federação. Nos últimos dias, jovens profissionais vestidos de branco trocaram as salas das clínicas e dos hospitais para ganhar as ruas e, com o inequívoco apoio da opinião pública, buscar sensibilizar as autoridades para suas justas reivindicações.

Os residentes não adotaram o caminho mais duro, a greve, em primeira instância. Há longos 14 meses vêm conversando – infelizmente, sem evolução –, com os Ministérios da Saúde e da Educação para chegarem a um consenso sobre sua pauta de reivindicações.

Note-se também que cerca de 30% dos residentes permanecem prestando atendimento para cumprir determinação do Conselho Federal de Medicina.

Os residentes querem a reposição da inflação de 53,7%, desde o último reajuste que tiveram, em 2002. Trata-se de corrigir o valor da bolsa-auxílio paga aos médicos dos atuais R\$1.470,00 para cerca de R\$2.265,00.

Vejam, Sras e Srs. Senadores, que o salário de um médico, em importante etapa de sua formação profissional, não chega, em nosso País, nem a R\$1.500,00. Como pretender, assim, uma saúde pública de qualidade e cuidar da vida dos brasileiros? Além disso, eles reivindicam o direito assegurado pelo regimento de residência médica de que, no mínimo, 10% a 20% da carga horária sejam dedicados à atividade teórica e de que as 60 horas semanais não sejam excedidas. Eles também solicitam melhorias nos laboratórios e capacitação dos professores que monitoram o atendimento.

No Rio Grande do Sul, onde os residentes são cerca de 1.700, além de espalharem suas reivindicações por intermédio de panfletos, os médicos também fizeram doações de sangue no Hospital de Clínicas de Porto Alegre. A intenção foi chamar a atenção da população para as exigências da categoria, que, a propósito, recebeu apoio de todas as Bancadas com assento na Assembléia Legislativa.

Na semana passada, representantes da categoria entregaram um documento à Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado, que deverá realizar uma audiência pública sobre o assunto nesta semana.

Além da pauta nacional, o documento entregue aos Parlamentares inclui reivindicações específicas do Rio Grande do Sul.

A situação é preocupante em meu Estado, caros colegas.

Em Porto Alegre, no Hospital de Clínicas, que emprega 316 médicos recém-formados, mais de 100 consultas ambulatoriais são canceladas por dia. Só ontem, 180 pessoas deixaram de ser atendidas no Hospital de Clínicas. No Grupo Hospitalar Conceição, a diretoria já registrou a suspensão de 25 cirurgias eletivas desde o começo da paralisação. No Hospital Conceição, há 137 residentes, e 85% deles estão em greve.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASSI (PTB – RS)** – Solicito a generosidade de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma, que preside esta sessão, para me conceder um tempo maior para que eu possa concluir esta manifestação. (Pausa.) Muito obrigado.

Desde o primeiro dia de novembro, a Santa Casa de Porto Alegre, onde há 210 médicos residentes, reduziu de 1.000 para 750 o número de consultas com especialistas pelo SUS (Sistema Único de Saúde). Cerca de 15% das consultas foram remarcadas. As novas datas são agendadas, em média, para 20 dias depois da consulta inicial. E, para piorar, nesta segunda-feira, ontem, residentes do Setor de Obstetrícia do Complexo Hospitalar Santa Casa também aderiram à paralisação.

Em alguns Estados, a greve dos médicos residentes reduziu em mais de 50% o número de cirurgias eletivas e suspendeu novas internações. Segundo a direção de vários hospitais atingidos, estão prejudicados os serviços de Clínica Médica, Pediatria, Ginecologia, Obstetrícia, Geriatria, Anestesia Geral e Doenças Infecto-contagiosas.

Além desses setores, algumas UTIs neonatais e UTIs para adultos também não estão recebendo assistência dos médicos residentes. São corredores lotados, rostos desanimados e horas de espera pelo atendimento.

Na área ambulatorial, a espera por atendimentos mais que triplicou em algumas enfermarias. O atendimento foi reforçado com os médicos contratados e docentes. Mesmo assim, o atendimento foi garantido apenas aos casos mais graves e de retorno pós-cirúrgico.

Consultas novas, casos de rotina e várias cirurgias eletivas foram remarcadas. Apesar dos transtornos, a maioria dos usuários, dos pacientes, considera justa a reivindicação dos médicos residentes. Entendem que eles devem receber de acordo com a atividade que exercem.

Através da Associação Nacional dos Médicos Residentes, a categoria tem insistido, junto ao Governo, no atendimento de uma pauta mais do que justa e meritória, qual seja: reajuste da bolsa de residência médica em 30% a partir de primeiro de janeiro para todo o País e complementar o reajuste para 53,7% (inflação do período de 2002 a 2005), escalonado até julho de 2007; e o compromisso de ampliar as vagas de residência médica.

No Brasil, não é novidade, o trabalhador está submetido, via regime da CLT, a uma jornada semanal de 40 horas. Pois os residentes procuram acordo para trabalhar 60 horas semanais, Senador Tuma, em con-

dições muito aquém das ideais, inclusive com regimes de plantões de 24 horas.

Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, não é possível para o médico recém-formado obter uma boa formação com menos de R\$ 4,00 a hora de auxílio.

Por isso, além de nos somarmos a esse justo movimento, queremos fazer um apelo especial não somente aos Ministros da Saúde e da Educação, mas especialmente ao Presidente Lula.

É a oportunidade, Presidente Lula, de pôr em prática seus compromissos com a educação e com a saúde do povo brasileiro. E, note-se, é o mais pobre, o mais humilde, que encontra nos médicos residentes a oportunidade de cuidar de sua saúde.

Além da reivindicação salarial, há outros aspectos importantes que necessitam de atenção, como a contribuição previdenciária dos residentes e a reorganização das vagas ociosas de residências – que hoje chegam a 5 mil em todo o Brasil.

O próprio Ministério da Saúde, por meio de recente depoimento da Assessora Especial Magda Beatriz Silveira, na Câmara dos Deputados, aqui em Brasília, classificou de miserável a remuneração desses profissionais. Conforme registra, os residentes são responsáveis por 75% do atendimento nos hospitais. No entanto, eles recebem muito pouco pelo tamanho da responsabilidade. Há, ainda, a crônica falta de medicamentos e de equipamentos nos hospitais.

Está prevista para a próxima sexta-feira uma reunião dos líderes da categoria com representantes dos Ministérios da Saúde e da Educação. No encontro, será discutida a proposta do Governo de enviar ao Congresso Nacional um projeto de reajuste de 30% no valor da bolsa-residência a partir de janeiro do ano que vem. Esperamos que a reunião possa produzir um acordo que atenda às necessidades da categoria, possibilitando o fim da greve.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. MÃO SANTA (PMDB – PI)** – Senador Sérgio Zambiasi, hoje, fiz pronunciamento semelhante ao de V. Ex<sup>a</sup>. Mas, V. Ex<sup>a</sup>, como repórter, como jornalista, dá um recado bastante enriquecedor. Fui médico residente e, por isso, considero que o Presidente Lula nos enganou o tempo todo. Ele disse que a saúde, no Brasil, estava quase atingindo a perfeição. Não é verdade! A verdade é que o médico residente significa a coluna vertebral, o sustentáculo do corpo médico. Fui médico residente e sei disso. Setenta por cento de um hospital grande – e os grandes hospitais são os do Governo, os hospitais públicos, ou os que vivem indiretamente ligados ao Governo (fundações, hospitais universitários e santas casas) – funciona à base de médicos residentes. É o médico residente que prepara e que mantém

as cirurgias, porque passam a noite toda coletando e classificando sangue para que aconteça a cirurgia. Eles são os auxiliares e trabalham muito. Ninguém trabalha mais do que eles. Atentai bem! Como trabalha um médico residente! No meu tempo, eu dava 13 plantões por mês e, no dia seguinte ao plantão, auxiliava na cirurgia. Senador Marcelo Crivella, vi a Ponte Rio-Niterói ser construída, pilar por pilar, lá de cima do Hospital do Servidor, dando plantão em uma UTI. Então, eu sei. Agora, atentai bem, Senador Zambiasi! V. Ex<sup>a</sup> demonstrou muita sensibilidade. V. Ex<sup>a</sup>, que é do Partido – como o Senador Crivella – coligado, vê como a saúde vai mal, tanto que o próprio Governo colocou cabanas do Exército, ao relento da Guanabara, a cidade capital-mãe deste País, para atender à saúde. Mais: ao se terminar o curso de medicina, que é o mais longo (seis anos), há duas opções: aventura-se pelo PSF, que hoje tem uma remuneração satisfatória, ganham de R\$6 mil a R\$8 mil, ou então, aquele entusiasta, idealista, aquele sonhador, vai buscar a sua especialização, vai avançar. É o médico residente, que ganha pouco mais de R\$1 mil, que vai fazer isso. Com esse dinheiro ele tem que viver, deslocar-se, comer e comprar livros. E livro de medicina é caro. Eu me lembro, Crivella, que, no ano de 1967, comprei o maior atlas de cirurgia. Ele custava mais ou menos Cr\$200,00 e eu pagava Cr\$20,00 por mês, para adquirir um livro. É assim que vive o residente. Ele abdica de ganhar dinheiro, com pouca formação no interior, para buscar o avanço da ciência. É isso que engrandece o Brasil. Assim, V. Ex<sup>a</sup> está se somando a nós ao despertar o Presidente da República para essa realidade. Esse é um problema não só da saúde, mas também da educação, porque quem é atendido nesses hospitais públicos são os pobres. Do jeito que V. Ex<sup>a</sup>, Crivella, vê os aeroportos tumultuados, porque os controladores de vôos não estão lá, os hospitais estão do mesmo jeito. Os pobres é que estão sofrendo. Os ricos não têm problema, porque têm plano de saúde e hospitais particulares, mas os pobres estão na fila, esperando aquele tratamento necessário que não estão a receber.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIAZI (PTB – RS)** – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Ainda me restam trinta segundos, Senador Crivella, que são seus.

**O Sr. Marcelo Crivella (PRB – RJ)** – Senador Zambiasi, apenas quero parabenizá-lo pela sua preocupação e, em respeito ao seu pronunciamento, dizer que acompanhei isso bem de perto. Em junho do ano passado, juntamente com o Vice-Presidente da República, fizemos um apelo ao Ministro da Educação para que conduzisse as negociações. Foram feitas diversas reuniões. A boa notícia que quero dar a V. Ex<sup>a</sup> é que

a medida provisória reajustando em 30% a bolsa dos médicos residentes já está na Mesa da Câmara, onde esperamos que o Presidente Aldo Rebelo dê-lhe a tramitação urgente que requer. Se V. Ex<sup>a</sup> examinar a medida provisória que acabo de citar, vai ver que é verdade o que estou dizendo aqui. Ela foi fruto de uma reunião com o Senador Crivella, com o Vice-Presidente, com os diretores da associação dos residentes. O pleito já foi atendido. Então, V. Ex<sup>a</sup> pode ter certeza de que, agora dependendo do Legislativo, essa greve deve ser suspensa em breve, acabando com o sofrimento do povo pobre, humilde, que é quem precisa de serviço público, como bem ressaltou o Senador Mão Santa. Mas V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns por toda essa preocupação. Eu só queria dar essa boa notícia de que a medida provisória já está na Mesa da Câmara.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIAZI (PTB – RS)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. É uma bela informação, importante, que traz tranqüilidade não apenas para nós que estamos acompanhando, como para aqueles que vivem o problema cotidianamente e, principalmente, para os milhares de brasileiros que dependem da atenção e do atendimento desses profissionais.

Obrigado, Presidente Tuma, pela sua compreensão e por sua generosidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Eu sei da grande dificuldade de ingresso na residência médica. Às vezes, a prova é muito mais difícil do que ingressar na faculdade e o sacrifício é grande, porque aqueles que querem aprender às vezes não têm dinheiro sequer para comprar um sanduíche.

Penso que V. Ex<sup>a</sup> está correto na sua reivindicação.

Com a palavra o Senador César Borges, pela Minoria.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>a</sup> Senadora Heloísa Helena, antes de iniciar propriamente o assunto que me traz à esta tribuna, eu gostaria de fazer, mais uma vez, um veemente protesto pela forma como o Governo Federal vem se utilizando das medidas provisórias para legislar, usurpando o papel do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado, editando enxurradas de medidas provisórias, muitas vezes lavradas em cima de projetos de lei apresentados pelos Parlamentares, seja no Senado, seja na Câmara dos Deputados.

O Governo é reincidente nesses casos. Já foram aqui, diversas vezes, relatados, por vários Senadores, casos em que o Governo se apóia num projeto da lava de um Senador ou de um Deputado para editar uma medida provisória, invalidando um projeto muitas

vezes já aprovado por uma das Casas ou em tramitação, inclusive antecipando-se à nossa prerrogativa de apresentar o nosso projeto de lei.

Sr. Presidente, estou me referindo especificamente ao Projeto de Lei nº 173, de 2005, que apresentei nesta Casa e que prorroga até 2009 o prazo previsto na Lei nº 8.213, de 1991, para o requerimento de aposentadoria dos trabalhadores rurais. Esse projeto me foi sugerido por um amigo, um Deputado Estadual baiano, que se encontra, inclusive, presente aqui, nas galerias, o Deputado Estadual Gilberto Brito, um homem do interior da Bahia, com uma convivência larga e de muitos anos com todos os trabalhadores rurais de sua região, que ele tão bem representa.

Nós o apresentamos, ele foi aprovado em 2005 e remetido à Câmara dos Deputados no dia 14 de dezembro de 2005. V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, sabe como é a tramitação que, regimentalmente, tem que ser feita no sistema bicameral: foi aprovado no Senado, vai à Câmara. Lá ele está há 11 meses, quase um ano. A Câmara não pode votar os seus projetos porque sempre tem o seu trabalho procrastinado por conta do excesso de medidas provisórias do Governo Federal.

Aí vem o Governo, agora, já, em 2006, e edita a Medida Provisória nº 312 apenas com uma diferença em relação ao nosso Projeto: nós prevíamos uma prorrogação de três anos e o Governo propôs uma prorrogação de dois anos. Claro que tinha que ser aprovado, não deixaríamos de aprovar essa medida provisória, porque, em primeiro lugar, queremos atender aos trabalhadores rurais, que têm todo o merecimento de ter garantida a sua aposentadoria sem precisar comprovar, o que é difícil, muitas vezes impossível, sua contribuição à Previdência.

A Medida foi aprovada e está prorrogado por dois anos o prazo, que acredito não ser suficiente. Penso que daqui a dois anos teremos de tratar deste assunto novamente. Mas fica lavrado este protesto, porque o Governo nada mais faz... Acho que deve ter aqui um olheiro observando os projetos editados pelos Senadores e pelos Deputados, no Diário Oficial. O olheiro não aprova, edita uma medida provisória e faz cartaz com o chapéu dos outros. Lamentavelmente, essa é a realidade que enfrentamos.

Dito isto, Sr. Presidente, entro num assunto que me traz hoje aqui.

Saímos de uma eleição em que promessas foram feitas e este assunto que trago hoje é mais uma promessa do Governo que, não cumprida, virá, sem sombra de dúvida, afetar a vida do cidadão brasileiro, a vida de pequenas, médias e grandes empresas e a vida do consumidor brasileiro, como, por exemplo, a dos taxistas. Todos eles, todos esses setores acredita-

taram numa campanha de que era preciso modificar a matriz energética do País, que o gás natural seria uma energia limpa, moderna, nova, que todos deveriam caminhar nessa direção. E o que esperava o consumidor brasileiro, o taxista, a pequena e média empresa que fez sua conversão de matriz energética? Esperava que estivesse assegurado o suprimento desse gás, esperava que o preço apresentado como aquele que seria mantido de forma a permitir uma economia no uso dessa nova matriz econômica fosse também uma realidade.

Lamentavelmente, o que nós assistimos foi, diante da crise com a Bolívia, o Governo brasileiro, em uma situação lamentável de subordinação a um país vizinho, dentro de uma política regional adotada pelo Presidente Lula, que faz com que ele vá à Venezuela fazer propaganda para o seu ídolo inspirador, o Presidente venezuelano Hugo Chávez, inaugurar uma ponte financiada pelo Banco do Brasil – US\$1 bilhão – enquanto nossa infra-estrutura não recebe o apoio necessário.

Da mesma forma com Evo Morales. O Sr. Evo Morales encaminha para cá um emissário que dá um ultimato à Petrobras: até o dia 27 de outubro, se não assinar o contrato, não terá o País gás, e o preço será aumentado. Resultado: aceita o Brasil as condições impostas pela Bolívia, que levam a Petrobras a anunciar que o gás natural vai ser aumentado de preço.

Isso não passa de um estelionato, pois tenho declarações tanto do Presidente da Petrobras quanto do Presidente da República em sentido contrário. No mês de maio deste ano, quando o Governo boliviano resolveu confiscar os investimentos da Petrobras, que é um dinheiro do povo brasileiro, e aumentar unilateralmente o preço do gás natural, o Presidente da Petrobras declarou: “Em 2003, nós propusemos a redução dos preços do gás nos contratos de importação, e a Bolívia recusou. Agora, se a Bolívia propuser aumento, nós vamos recusar”.

O Presidente Lula, em discurso na mesma época, afirmou: “Eu não tenho dúvida nenhuma de que o gás não vai aumentar; e, se aumentar, o aumento ficará para a Petrobras, e não para o consumidor.”

Lamentavelmente, faltou com a verdade o Presidente da Petrobras, e também, para não perder o costume, o Presidente Lula.

Concedo o aparte, com muita satisfação, ao Senador Marcelo Crivella.

**O Sr. Marcelo Crivella** (Bloco/PRB – RJ) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, que tem sido nessa tribuna sempre um defensor das causas nacionais. V. Ex<sup>a</sup> me permita apenas relatar um diálogo que tive com Marcelo Emílio Odebrecht, da Odebrecht, companhia que construiu

a ponte. Eu tinha a mesma preocupação de V. Ex<sup>a</sup>, de o financiamento ter sido feito pelo Banco do Brasil ou pelo BNDES. Disse-me ele que não. Foram US\$1,2 bilhão. Não se trata somente de uma ponte, mas de uma beleza de obra da engenharia nacional. V. Ex<sup>a</sup> é engenheiro civil como eu. São quatro pistas, não apenas rodoviárias, mas ferroviária também. São pilares de 60 metros, com 3 metros de diâmetro, em uma falha geologia. Quando fizeram a sondagem, em uma cabeceira, a rocha estava a 60 metros; na outra, a 120 metros, mostrando que ali há um problema sísmico. Portanto, é uma obra de muita engenharia. Segundo Marcelo Emílio Odebrecht, a ponte estava paga, eles não tinham nada a saldar, e toda com recurso venezuelano. Apenas para contribuir com o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Foram as palavras dele ontem, na inauguração, quando, preocupado como V. Ex<sup>a</sup>, eu pedi a ele essa explicação. Muito obrigado pelo aparte.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Agradeço, Senador Marcelo Crivella. Para nós, é um orgulho que uma empresa capacitada como a Norberto Odebrecht tenha realizado essa obra, porque é uma empresa baiana.

Temos de nos orgulhar disso, sem sombra de dúvidas. Não há nenhuma crítica.

Li na imprensa que o financiamento foi do Banco do Brasil. Como isso foi divulgado pela imprensa nacional, o desmentido tem de ser feito pela mesma, aliás tão injustamente criticada ontem pelo Presidente Lula. Ele não a critica aqui, mas o faz na Venezuela, para o eleitorado venezuelano.

O que estamos criticando é que o Governo se disponibiliza, por meio do BNDES, a financiar, por exemplo, o metrô de Caracas, enquanto no Brasil as obras de infra-estrutura estão paralisadas. As estradas não estão sendo construídas, e quando se fala em melhoria das estradas, fala-se em uma parceria público-privada, que não passa de uma privatização disfarçada, tão criticada pelo Governo, que colocou a pecha de privatista no candidato Geraldo Alckmin.

Na Bahia, precisamos melhorar, Senador Marcelo Crivella – e V. Ex<sup>a</sup> conhece – a BR-324, com a necessidade de melhorar aquela via, bem como a BR-116, por onde V. Ex<sup>a</sup> passa, em um curto trecho, saindo de Feira de Santana para Irecê, onde o tráfego é extremamente pesado. Fala-se em uma PPP, com o que será pago pedágio durante sete anos para que, depois, a obra seja executada. São dois pesos e duas medidas: para Peru, Equador, Bolívia e Venezuela, em particular, um tratamento; para o povo brasileiro, outro tratamento.

No caso do gás, estamos prestes a ver uma “tungagem” do consumidor brasileiro. A Petrobras quer

aumentar o preço do gás, prejudicando todos aqueles que investiram na conversão de seus veículos, principalmente os taxistas, e as indústrias que investiram. E quem pagará não são as indústrias. Esse custo terminará sendo transferido ao consumidor, ao cidadão brasileiro que será onerado com a alta dos preços. Para quê? Para, com a elevação do preço, haver o desestímulo do consumo do gás. Mas, se já fiz a conversão do meu carro, como vou reconverter?

Sr<sup>a</sup> Presidente, agradeço a compreensão. Eu tinha de falar mais sobre o assunto, inclusive sobre documentos do setor de distribuição de gás no País.

A Petrobras, como empresa estatal, tem a obrigação de olhar os interesses da empresa, mas, acima de tudo, como monopolista, tem também de obedecer aos ditames legais do País. Certas políticas ela não pode ditar a seu talante. Ela tem de consultar e ouvir o Conselho Nacional de Política Energética.

Senador Marcelo Crivella, recebo informação do jornal **O Globo**, na sua página 8-A, de que quase um terço da obra foi financiado pelo Banco do Brasil, no valor de um bilhão e duzentos milhões. Não sou eu quem diz, mas **O Globo**. A informação está na imprensa nacional.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sr<sup>a</sup> Presidente, o País ouviu o Ipea dizer que só temos infra-estrutura para crescer 5% no ano 2017. Para mim, o Ipea é um órgão insuspeito, um órgão governamental.

O Governo traçou, e aprovamos aqui, uma nova roupagem para o setor elétrico, por inspiração da atual Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, quando era Ministra do setor. Adiantou o quê? Geramos quanto de energia nova para o País? As termelétricas são uma das saídas, com o gás. No entanto, o Sr. Ildo Sauer declara que não vai garantir o fornecimento de gás a usinas térmicas que não tiverem contrato com a Petrobras; ou seja, essa é uma decisão da estatal que vai prejudicar a própria política energética implementada pelo Governo.

Então, é...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – (...) a Petrobras tem de arcar com o ônus de aceitar as decisões do Governo boliviano, e não transferi-las para o consumidor brasileiro, até porque o lucro da Petrobras foi de 20,7 bilhões, de janeiro a setembro deste ano, com uma alta de 33% em relação ao ano passado.

Finalmente, Sr<sup>a</sup> Presidente, segundo notícias publicadas hoje, parece que o Ipea, com sua previsão, alerta a população brasileira em relação ao fato de que não temos efetivas condições de crescer a indi-

ces sequer razoáveis de 5%. Neste ano, por exemplo, o Governo anuncia crescimento em torno de 4% do Produto Interno Bruto. Por que queremos que o Brasil cresça? Por que é bonito ver o País crescer? Porque há geração de emprego, renda, porque se distribui melhor a renda. É necessário o crescimento. Sem crescimento não vamos a lugar nenhum. Lamentavelmente, todas as previsões indicam que não cresceremos sequer a 3% ao ano.

O Governo, durante o ano inteiro, disse que cresceríamos 4%. Depois, reviu a previsão para 3,5%. Agora, fala em 3%. Os institutos de pesquisa econômica, como o Ipea, não imaginam que possamos crescer 3%.

Sra Presidente, nossa necessidade de crescimento econômico não poderá ser assegurada se não tivermos suprimento da matriz energética. Se o gás, agora, começar a ser contingenciado em seu uso com acréscimo de preço, quem vai pagar é a população brasileira, o que constituirá mais uma promessa não cumprida pelo Governo, um estelionato praticado contra o consumidor brasileiro.

Essa denúncia, Sr. Presidente, eu a faço em apoio a todos aqueles que acreditaram no que o Governo propôs, investiram e não amortizaram ainda seus investimentos. Por isso mesmo estão preocupados e se posicionam em todo o País contra essa possibilidade de “tungagem” do consumidor brasileiro, pelo aumento do gás, para beneficiar a Petrobras e a Bolívia.

Muito obrigado, Sra Presidente.

*Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

Em seguida, falará o Senador Marcelo Crivella.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco/PT – SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra Presidenta, Senadora Heloísa Helena, Srs e Srs. Senadores, quero registrar que, na Tribuna de Honra, temos a presença do ex-Secretário da Receita Federal, Ozires Lopes Silva, que tanto tem contribuído com conhecimento, experiência e sugestões aqui no Senado em tantas ocasiões em que temos estudado assuntos sobre política tributária fiscal, sobretudo na Comissão de Assuntos Econômicos. A sua contribuição tem sido sempre muito importante.

Sra Presidenta, hoje o meu tema será política econômica, o crescimento da economia, tal como inúmeros Senadores tiveram a oportunidade de fazê-lo. Ainda há pouco, os Senadores César Borges, Mão

Santa, Romeu Tuma manifestaram-se, e o Senador Rodolfo Tourinho vai tocar no assunto. Ainda na semana passada, o Senador Aloizio Mercadante fez um discurso a respeito e deu uma contribuição importante, aparteado por inúmeros Senadores, inclusive os Senadores Crivella e Romero Jucá.

Quero hoje reiterar a minha disposição de estar sempre cooperando com o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, normalmente expressando a defesa dos princípios e anseios maiores que foram defendidos pelo PT desde o início de nossa história, bem como os que levaram o povo brasileiro a, novamente, eleger o Presidente Lula para mais um mandato.

Tenho por norma desde que ingressei na vida política não fazer indicações de nomes para o Poder Executivo. Quando perguntado a respeito sobre as pessoas que conheço, tenho dado o meu testemunho sobre a sua qualificação. Em nenhum momento, entretanto, aqui me posicionei sobre qualquer votação em função de quem quer que fosse designado para tal ou qual função, assim como também não avalio como certo que qualquer congressista se posicione nas votações em função da liberação ou não de recursos para as suas emendas ou para suas indicações. Minha recomendação ao Presidente é que sempre diga aos Deputados e Senadores que votem e se posicionem no Parlamento em função do que considerem o melhor para a Nação e para o interesse maior do povo brasileiro.

Estranho notícia hoje divulgada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** segundo a qual setores do PT gostariam que houvesse mudanças na Radiobrás para torná-la instrumento mais dócil aos interesses do Governo. A notícia não identifica que pessoas do PT estariam exercendo essa pressão. Quero, entretanto, afirmar que considero positiva a diretriz até agora levada adiante pelo Presidente da Radiobrás, que procurou fazer desta, que é uma das principais senão a mais importante empresa de comunicação oficial, um órgão isento e imparcial com o intuito, sobretudo, de levar a melhor informação, a mais completa possível sobre os atos do Governo e o que se passa no Brasil.

Na última campanha eleitoral o Presidente Eugênio Bucci, da Radiobrás, teve a preocupação de transmitir ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral o seu objetivo de sempre noticiar os fatos mais importantes da disputa eleitoral com a maior isenção. Certamente, o Presidente Eugênio Bucci assim agiu seguindo a diretriz do Presidente Lula, com a compreensão correta de que as instituições públicas como as escolas, os hospitais, o IBGE e a própria Radiobrás devem ser administradas com espírito público, não se tornando aparelhos de quaisquer interesses político-partidários.

Essa também é a posição da Líder Ideli Salvatti, a quem mostrei este meu pronunciamento.

Quero aqui expressar a minha solidariedade ao Presidente da Radiobrás, Eugênio Bucci.

Dentro desse espírito de colaboração, passo agora ao tema central de meu pronunciamento, pois quero refletir sobre a política econômica.

Acirra-se no País e dentro do próprio Governo Federal o debate sobre os rumos que devem tomar as políticas macroeconômicas – a política fiscal, a monetária, a cambial, as reformas estruturais – no segundo mandato do Presidente Lula. Os participantes nessa discussão se dividem, grosso modo, em dois grandes campos: os “desenvolvimentistas”, que se filiam de alguma maneira à tradição estruturalista-cepalina, com raízes na obra de Raúl Prebisch e Celso Furtado, e o campo “ortodoxo”, mais ligado ao pensamento monetarista e à preocupação com a estabilidade monetária e o ajustamento fiscal. Há muitas variações dentro desses dois grandes campos, mas a polarização básica é essa.

A dúvida crucial é: o que fazer para colocar a economia brasileira numa trajetória de crescimento mais expressivo, de pelo menos mais 5% ao ano? Que aspectos devem ser considerados prioritariamente? Ninguém se conformará com a continuação do quadro dos últimos dez ou doze anos, período em que o Brasil tem crescido cerca de 2% a 3% ao ano, menos do que o da economia mundial em seu conjunto e muito menos do que quase todos os países emergentes como a China, a Índia, a Rússia, a Argentina e tantos outros.

De que instrumentos dispõe o Brasil para superar a estagnação e voltar a um ritmo adequado de expansão dos níveis de atividade e de emprego? É possível adotar uma política mais ativa de crescimento ou cabe ao Governo simplesmente garantir a estabilidade da moeda e a responsabilidade fiscal e aguardar que os agentes privados respondam positivamente a esse esforço, aumentando o investimento e ampliando a capacidade produtiva?

Registre-se, em primeiro lugar, que as condições são propícias para a retomada do desenvolvimento brasileiro – tanto as condições domésticas quanto as condições internacionais. A bonança externa que prevaleceu de 2003 a 2006 ainda não deu sinais de esgotamento. Persistem preocupações quanto aos desequilíbrios da economia mundial, em particular da economia dos Estados Unidos. Mas a maior parte das avaliações é de que esses desequilíbrios não desembocarão em grave deterioração do ambiente econômico mundial. O futuro é sempre incerto. Mas o fato é que, por enquanto, não há indicações fortes de mudança para pior das variáveis comerciais e financeiras relevantes para o Brasil. A economia mundial continua em expansão, os preços médios das exportações brasilei-

ras e os termos de troca do País continuam favoráveis, as taxas de juros internacionais subiram, mas não de forma acentuada, e as condições de liquidez internacional e a oferta de capitais para países como o Brasil mostram-se auspiciosas.

As condições econômicas internas também favorecem a aceleração do crescimento a partir de 2007. Em primeiro lugar, a inflação está sob controle. As projeções apontam para uma variação do IPCA, que serve de referência para o Banco Central, de apenas 3% ao ano, em 2006. A inflação ficará, portanto, bem abaixo do centro da meta oficial, que é de 4,5%, e mais próxima do piso da meta, que é de 2,5%. As projeções para 2007 indicam algo em torno de 4%. A inflação brasileira é hoje nitidamente inferior à média da inflação das economias emergentes e deve situar-se abaixo da taxa de inflação dos Estados Unidos em 2006.

Recorde-se, também, que, para efeitos práticos, os principais bancos centrais do mundo consideram uma inflação anual de aproximadamente 2% nos índices de preços ao consumidor como o equivalente à estabilidade monetária. Estamos, portanto, operando com um nível de inflação já muito próximo daquilo que o *Federal Reserve*, o Banco Central Europeu e o Banco Central do Japão consideram preços estáveis para fins da condução da política de juros.

Outra circunstância favorável: a economia brasileira opera com margem de capacidade produtiva ociosa. Para a indústria, os dados disponíveis indicam uma ociosidade média da ordem de 20%. Especialistas em economia industrial, como o professor Antônio Barros de Castro, atualmente Diretor do BNDES, sempre ressaltam que essas estatísticas podem ser enganosas, pois tendem a subestimar a efetiva capacidade de produção da indústria. Com pequenos ajustes do processo produtivo (por exemplo, o aumento do número de horas trabalhadas, do número de turnos de produção, investimentos marginais), as empresas conseguem, quando instigadas por uma pressão de demanda, ampliar os níveis de produção corrente para além dos limites sugeridos pelos dados de capacidade instalada.

Alguns analistas apontam o reduzido nível da taxa agregada de investimento, a chamada formação bruta de capital fixo, como obstáculo à retomada do desenvolvimento no Brasil. É verdade que a taxa de investimento precisa aumentar para que o crescimento possa ser sustentado a longo prazo. Mas, no curto e no médio prazo, o crescimento pode apoiar-se, em larga medida, no maior aproveitamento da capacidade produtiva já instalada. Aliás, dificilmente ocorrerá um processo intenso de investimentos enquanto houver margens elevadas de capacidade ociosa nas empresas. Antes de investir, de ampliar suas plantas, de comprar

máquinas e equipamentos, de instalar novas unidades produtivas, as empresas vão querer observar maior utilização do potencial produtivo de que já dispõem.

No mercado de trabalho, o quadro geral também é de capacidade produtiva não aproveitada ou mal aproveitada. Nos anos recentes, intensificou-se a criação de empregos, inclusive com carteira assinada, mas as taxas de desemprego e subemprego continuam, conforme V. Ex<sup>a</sup> tem assinalado, Senador Marcelo Crivella, muito elevadas no Brasil. É o que mostram os levantamentos mensais do IBGE e da Fundação Seade Dieese, por exemplo. Existe, inegavelmente, expressiva oferta potencial de trabalho que poderia ser mobilizada se a economia conseguisse escapar da estagnação.

No passado, e muito particularmente nos anos 90, os desequilíbrios de balanço de pagamentos constituíram uma restrição poderosa à sustentação de taxas elevadas de expansão da produção no Brasil. Quantas recuperações não foram abortadas por crises cambiais e dificuldades graves de balanço de pagamentos? O quadro atual é muito diferente sob esse aspecto. As contas externas brasileiras apresentam-se bastante fortes, em parte por causa do quadro mundial favorável, em parte, também, porque o baixo crescimento mantém desaquecida a demanda por importações e contribui para gerar excedentes exportáveis.

Mas, mesmo que a economia crescesse mais, não haveria no horizonte visível grandes ameaças de desequilíbrio do balanço de pagamentos. O superávit comercial ultrapassou US\$46 bilhões nos últimos doze meses, até outubro último. Como a razão exportações/importações é muito alta, a taxa de crescimento das importações tem de superar por larga margem a das exportações, para que o saldo comercial se reduza de forma expressiva. Em 2006, o balanço de pagamento em conta corrente será superavitário pelo quarto ano consecutivo. As reservas internacionais do País subiram consideravelmente para quase US\$80 bilhões, segundo a última informação do Banco Central.

As contas fiscais não estão tão fortes, mas também não apresentam dificuldades insuperáveis. Não há crise fiscal, ou seja, uma situação que exija medidas de emergência ou "choques fiscais". O superávit primário continua ligeiramente acima de 4,25% do PIB. O déficit nominal do setor público, no seu conjunto, anda por volta de 3,5% do Produto Interno Bruto, nada de excepcional para padrões internacionais e nada que não possa ser financiado, tudo indica, com razoável tranquilidade. O Governo terá, provavelmente, que tomar providências no curto prazo, para conter a ampliação de despesas e apertar a política fiscal, mas nada

que comprometa as possibilidades de crescimento da economia em seu conjunto.

Em resumo, tanto as condições do Brasil como as condições internacionais afiguram-se favoráveis para que o País consiga, finalmente, registrar um ritmo de expansão mais acelerado. A questão é: como efetivar essas condições favoráveis? Como convertê-las no crescimento que todos desejamos ver acontecer em nosso País, Senador Rodolpho Tourinho?

Evidentemente, essa questão não admite respostas simples e tem sido objeto de intensa controvérsia. De qualquer maneira, gostaria de colocar em discussão algumas diretrizes considerando os principais instrumentos de política econômica. Não sou dos que rejeitam a possibilidade de uma política ativista do Estado diretamente voltada para a promoção do crescimento. Creio que a experiência brasileira internacional mostra que o crescimento não vem por geração espontânea, Senadora Heloísa Helena. O Estado não pode se limitar a garantir a estabilidade monetária e fiscal e esperar, de braços cruzados, que o setor privado lidere o processo de desenvolvimento.

No que diz respeito primeiramente à política fiscal, ou seja, a política de gastos e a política tributária, parece claro que existe um enorme campo para aumentar a racionalidade e a qualidade das despesas e dos tributos no Brasil. A carga tributária brasileira, definida como o total de tributos sobre o PIB, cresceu demais desde o início dos anos 90. Apesar disso, o investimento público, inclusive em áreas prioritárias, tem ficado sempre muito aquém do necessário. A infra-estrutura de transporte talvez seja o exemplo mais gritante. O problema é que os gastos correntes, financeiros e não-financeiros, cresceram rapidamente desde o Governo Fernando Henrique Cardoso até hoje; os financeiros impulsionados pela política de juros do Banco Central, os não-financeiros, em parte, para atender objetivos de distribuição de renda e combate à pobreza. Ora, ninguém deseja cortar despesas correntes não-financeiras prioritárias como as relacionadas com a saúde, com a educação, com o Programa Bolsa-Família, por exemplo. Mas um exame cuidadoso e aprofundado das despesas do Governo certamente identificará desperdícios, sobreposição de programas e gastos de baixa prioridade em boa parte da administração pública.

A redução dessas despesas correntes não-financeiras contribuiria para abrir espaço para diminuir a carga tributária e recuperar o investimento do setor público. É possível caminhar na direção de uma integração maior e racionalização dos programas de transferência de renda, num passo adicional ao que se fez em outubro de 2003, quando o Programa Bolsa-Família unificou o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação,

o Auxílio-Gás e o Cartão-Alimentação. Estudos sobre o Sistema Previdenciário, os Benefícios de Prestação Continuada, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que já começa a ser integrado com o Bolsa-Família, indicam que maior racionalidade pode ser alcançada nessa área. É importante estudar como o melhor desenho de transferência de renda, incluindo a perspectiva de chegarmos à Renda Básica de Cidadania, estará interagindo com a definição do valor do salário mínimo em seus efeitos sobre os objetivos de erradicação da pobreza absoluta, aumento das oportunidades de emprego, competitividade da economia e melhoria da distribuição da renda. Porém, o maior desperdício talvez seja o excesso de despesa de juros provocado pela política monetária, ponto ao qual voltarei mais adiante.

No campo da tributação, especialidade do Dr. Osires, há muito a fazer. Por exemplo: cabe reduzir a tributação sobre a folha de pagamentos, de forma a estimular a formalização das relações de trabalho e a contratação de trabalhadores com carteira assinada. Isso significa substituir, pelo menos em parte, os tributos incidentes sobre a folha pelos tributos incidentes sobre o faturamento ou, preferencialmente, sobre o valor adicionado. Quero lembrar que, no debate final da Rede Globo entre os candidatos Geraldo Alckmin e Luiz Inácio Lula da Silva, esse foi um ponto de consenso. Outro exemplo: caberia realizar um exame aprofundado da estrutura de incentivos fiscais e creditícios existentes no País. Esses incentivos têm peso considerável e uma avaliação criteriosa pode revelar que muitos deles possuem baixa eficácia econômica e pouco valor social.

E quero aqui estimular os estudantes de pós-graduação pela experiência que tive na Comissão de Assuntos Econômicos. É muito difícil passar uma semana sem que, na CAE, haja um novo projeto concedendo um incentivo fiscal ou creditício a algum segmento do setor da economia. Acho que seria importante que fizéssemos um estudo, uma avaliação muito criteriosa sobre o conjunto de todos esses incentivos fiscais e creditícios.

Acredito, porém, que o estímulo ao crescimento depende, na atual conjuntura, mais de uma mudança na política monetária do que na política fiscal. É principalmente no campo da moeda e do crédito que parece estar havendo um excesso de restrição, com prejuízos para o crescimento da economia. A taxa básica de juros, fixada pelo Banco Central, continua elevada, apesar das diminuições recentes. E ressalto que, desde agosto do ano passado, tivemos diminuições que vêm gradualmente fazendo com que a taxa de juros chegue a um nível melhor. Mas ainda estamos longe de

chegar ao nível ideal. Como os *spreads* bancários são muito altos, as taxas cobradas dos tomadores finais, especialmente pequenas empresas e consumidores, chegam a ser exorbitantes. Os depósitos compulsórios sobre passivos bancários são pesados, contribuindo para conter o crédito e manter a taxa de juros em nível elevado. O aperto monetário contribui também para a valorização do real em relação a moedas estrangeiras, o que afeta negativamente o nível de atividade, uma vez que desencoraja as exportações e provoca a substituição de produtos nacionais por importações.

Os instrumentos à disposição do Banco Central poderiam, a meu ver, ser utilizados de forma mais eficiente e mais flexível. O ritmo de diminuição da taxa básica de juros poderia ser acelerado para que, ao longo do próximo ano, a taxa real de curto prazo praticada no Brasil se aproxime daquelas que se observam no resto do mundo. A TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, que vigora nos empréstimos do BNDES, também poderia sofrer diminuição adicional, o que estimularia a retomada dos investimentos. O Banco Central poderia, além disso, iniciar uma redução gradual dos compulsórios bancários para aumentar a oferta de crédito e diminuir as taxas de juros na ponta da aplicação. Os bancos públicos – o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o BNDES – poderiam ser mobilizados mais intensamente para ampliar a oferta de empréstimos, reduzir os juros e aumentar o grau de concorrência entre os bancos.

O BNDES, este ano, tinha um orçamento de aplicações da ordem de R\$60 bilhões, mas parece que só vai aplicar cerca de R\$50 bilhões; em parte porque muitas das unidades do setor público, sejam os governos estaduais, sejam os governos municipais, não tiveram condição de, ao apresentar projetos de investimentos, fazê-lo sem descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, e o Tesouro, então, disse que não poderia.

Quem sabe possamos nós aqui estudar possibilidades para que uma prefeitura municipal de uma capital, de uma região metropolitana, ou um governo estadual que esteja apresentando um investimento que realmente envolva uma expansão da capacidade arrecadadora daquela unidade administrativa, tenha a consideração feita por nós aqui de aprovação dessa operação? Ou, quem sabe, fazermos uma alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal visando isso?

O problema da taxa de câmbio está estreitamente relacionado à condição da política monetária, como se sabe. Não convém fixar a taxa de câmbio nem voltar ao regime de bandas. Para o Brasil, o regime de câmbio flexível ou flutuante é mais eficiente. Com a diminuição mais rápida da taxas de juro e a ampliação da oferta de crédito, é provável que o Real sofra

alguma depreciação, o que contribuiria para estimular o crescimento do PIB e manter as contas externas ajustadas. A flexibilização monetária afetaria a taxa de câmbio por dois canais: pela conta de capitais, na medida em que reduziria o estímulo ao ingresso de capitais decorrente do diferencial de juros; pela conta comercial, na medida em que o crescimento da economia resultante do estímulo monetário provocasse aumento da demanda por importações e diminuição do excedente exportável.

Uma taxa de câmbio mais depreciada aumentaria a competitividade das exportações de bens e serviços e da produção brasileira que disputa o mercado interno com importações. Além disso, as exportações brasileiras devem continuar a ser apoiadas pela política de comércio exterior e pelas negociações comerciais que o Brasil já vem desenvolvendo com algum sucesso. Especialmente a integração da América do Sul deve prosseguir e se intensificar, abrindo espaço para o desenvolvimento conjunto dos países do continente.

Em resumo, há espaço para acionar os instrumentos básicos da política econômica – a política fiscal, a política de moeda e de crédito, a política cambial, a política de comércio exterior – na direção do desenvolvimento.

É possível conciliar esse grande objetivo com a preservação do que foi conquistado no combate à inflação. O Presidente Lula tem todas as condições de conduzir o País a um processo de crescimento compatível com o potencial da economia brasileira e as esperanças da população, fazendo jus à sua promessa de que o nome do seu segundo mandato será desenvolvimento, com grande prioridade para a expansão das oportunidades e boa qualidade da educação e para melhoria da distribuição da renda.

Essas reflexões representam uma contribuição ao Governo do Presidente Lula, aos Ministros da área econômica e social – Guido Mantega, Paulo Bernardo, Patrus Ananias, Luis Marinho e outros – e inclusive ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, todos responsáveis por terem arrumado a casa – inclusive, o Ministro Antonio Palocci –, por terem levado a economia brasileira a uma condição propícia para termos agora uma fase sustentada de crescimento.

Gostaria de concluir sugerindo ao caro Presidente do Banco Central Henrique Meirelles, que ontem observou que “não dá para criticar o goleiro por que não faz gol”, que, quem sabe, será muito bom para todos nós se ele puder se imbuir do exemplo e do espírito do goleiro Rogério Ceni, do São Paulo Futebol Clube – vejam que quem fala isso é um torcedor do Santos –, que, mais uma vez neste ano, além de defender a sua meta muito bem, tem colaborado para que sua

equipe se torne campeã brasileira, com a marcação de inúmeros gols.

Sra Presidente, Senadora Heloísa Helena, encaminhei requerimento à Mesa para inserção em Ata de Voto de Congratulações ao atleta Marilson Gomes dos Santos, ganhador da São Silvestre por duas vezes, em 2003 e 2005, e da 37ª Maratona de Nova Iorque, em cinco do corrente. Ele nasceu aqui perto, em Ceilândia, teve uma infância pobre. Tantas pessoas vêm acompanhando-o com extraordinária admiração.

O Senador Arthur Virgílio apresentou, na semana passada, um requerimento. Mas gostaria também de me somar à homenagem, porque se trata de um extraordinário esportista brasileiro.

Muito obrigado.

**O Sr. Marcelo Crivella** (Bloco/PRB – RJ) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco/PT – SP) – Senador Marcelo Crivella, com muita honra, ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Marcelo Crivella** (Bloco/PRB – RJ) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> fez um discurso irretocável. V. Ex<sup>a</sup> fez mais que um discurso, na verdade, fez uma análise de quem observa com os olhos de economista e com a experiência que V. Ex<sup>a</sup> tem adquirido nesta Casa, em diversos mandatos, o que ocorre hoje em nosso País. Precisamos voltar a crescer. V. Ex<sup>a</sup> fez, na macroeconomia, uma análise irretocável.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

**O Sr. Marcelo Crivella** (Bloco/PRB – RJ) – Ontem, na inauguração da ponte sobre o rio Orinoco, tive a oportunidade de conversar com o Vice-Presidente do BNDES do início do Governo do Presidente Lula, Darc Costa, que disse que, no primeiro ano do Governo Lula, ele apresentou grandes projetos estruturais para o Brasil, tais como hidrelétricas, estradas, pontes etc. Naquela época, isso somava a R\$400 bilhões. O Presidente disse: “Como vamos pagar essas coisas?” Ele disse: “Presidente, se cairmos 1% na taxa de juros...” – naquela ocasião, 26%, que herdamos do governo anterior –, “... vamos economizar sete bilhões por ano. Portanto, o senhor tem quatro anos, se cair 10% e se V. Ex<sup>a</sup> fizer as contas, verá que vai chegar a R\$300 bilhões”. Na ocasião, a equipe econômica previu que a redução de 10 pontos na taxa de juros poderia trazer uma grande inflação. Baixamos a taxa de juros de 26% para 13%, e a inflação baixou também. Mas não fizemos os investimentos. A taxa de juros é um instrumento agressivo. Um sujeito, quando vende algo, pega aquele dinheiro e o reaplica no sistema financeiro, de tal maneira que, no fundo, é uma operação contábil: sai o recurso de uma conta, o recurso entra na outra,

e anota-se no papel. No entanto, o superávit primário - que V. Ex<sup>a</sup> acentuou perfeitamente -, esse, sim, afeta-nos diretamente, porque são recursos do pagamento de impostos das nossas empresas e do nosso povo que não voltam em forma de serviços nem em forma de investimentos, e, caindo a taxa de juros, vai diminuir o nosso déficit, e não vamos precisar fazer um superávit tão alto. Se eu pudesse apenas fazer uma sugestão, à contemplação de V. Ex<sup>a</sup>, quando toca na taxa de câmbio...

*(A Sr<sup>a</sup> Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Marcelo Crivella** (Bloco/PRB – RJ) - Já concluo, Sr<sup>a</sup> Presidente. A sugestão seria que pudéssemos criar um tipo de quarentena para que os grandes exportadores brasileiros não internalizassem esses recursos de imediato. Talvez, se esses recursos ficassem lá fora por certo período, teríamos menos oferta de dólar no mercado interno, e aí poderíamos ter um real mais valorizado, o que facilitaria um pouco a nossa exportação. Essa não é uma idéia minha não. Outros países já adotaram isso em momentos em que precisaram fortalecer o seu câmbio. Eu queria apenas aplaudir, dar os parabéns e dizer-lhe que V. Ex<sup>a</sup> deu uma contribuição extraordinária como economista, como um economista especial. V. Ex<sup>a</sup> tem, diria, no seu projeto de renda mínima e na sua alma, a maior preocupação com o povo brasileiro. Todos nós somos testemunhas; aliás, fato que fez com que V. Ex<sup>a</sup> voltasse a esta Casa com uma consagradora eleição com mais de 8 milhões de votos. Parabéns, Senador Eduardo Suplicy, pelo seu discurso.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/ PT – SP) – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella. Incorporo a sugestão de V. Ex<sup>a</sup> ao meu pronunciamento. Agradeço-lhe muito a avaliação.

Senador Rodolpho Tourinho, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> fosse breve, porque há outros Senadores inscritos para falar.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Serei muito breve. Quero parabenizá-lo por sua brilhante posição sobre economia. Não quero discordar ou concordar, mas apenas levantar alguns pontos, Senador Eduardo Suplicy, para futura discussão, já que estamos avançados na hora. A primeira é a questão dos incentivos fiscais, que creio está na hora de acabarem. Temos algo que foi aprovado aqui no Senado e dorme na Câmara: a reforma tributária. Vamos perder a oportunidade de acabar com os incentivos fiscais. É um acordo que vem desde o tempo do ex-Governador Mário Covas. Esses acordos vão-se esgarçando ao longo do tempo. Esse é um ponto. O outro ponto que gostaria de deixar claro e preocupa-me muito é que

tenho ouvido falar de alteração nas negociações com os Estados. Isso significa, de alguma forma, modificar o pilar central de alguma coisa que foi feita com muita propriedade: a Lei de Responsabilidade Fiscal e a renegociação da dívida dos Estados. Se abrirmos aí, creio que vamos ter imensos problemas pela frente. O terceiro e último ponto se refere à questão de renda mínima, a que V. Ex<sup>a</sup> dá muita atenção, de transferência de renda. A transferência de renda, da forma como é feita hoje pelo Bolsa-Família, tem um poder germinador de crescimento muito pequeno. Então, se juntarmos a isso – e tenho certeza de que pensamos da mesma forma – o Microcrédito Produtivo Orientado, aí vamos ter a saída verdadeira, para que se evite esterilização de recursos, que são poucos, tendo em vista o volume imenso de recursos que o Governo paga. São apenas três pontos, eu sei, para futura discussão, que, tenho certeza, voltaremos a tratar com V. Ex<sup>a</sup>. Parabéns, Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Rodolpho Tourinho. É importante termos o cuidado com a Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme V. Ex<sup>a</sup> aqui aponta. É muito importante que V. Ex<sup>a</sup> esteja de acordo em que venhamos a estudar os excessos que, ao longo de décadas, foram sendo criados na forma de incentivos fiscais, creditícios, etc. Precisamos dar maior racionalidade, e acho que não é a melhor forma... Se for para incentivarmos o crescimento, uma forma racional, que combine o combate à pobreza absoluta e atenda ao objetivo de melhora da distribuição da renda, é aperfeiçoarmos ainda mais o sistema de transferência de renda, na direção da renda básica de cidadania incondicional, vendo-se o Bolsa-Família como um passo nessa direção.

Por que razão isso? Podemos levar em conta que, nos países desenvolvidos, hoje há sistemas de transferência de renda de enorme volume e valor, como nos Estados Unidos. Nesses últimos anos, cerca de 22 milhões de famílias receberam créditos fiscais por remuneração recebida, um complemento de renda que acrescenta renda à família do trabalhador. Se este recebe, por exemplo, US\$10 mil por ano, ele terá 40% a mais, recebendo US\$ 14 mil, o que o torna mais satisfeito e mais produtivo. E é a sociedade que complementa o rendimento desse trabalhador. Isso fez com que a economia norte-americana tivesse até uma baixa no grau de desemprego. Então, essa medida é compatível com maior competitividade da economia, inclusive em relação à nossa. É nos Estados Unidos mesmo que temos a indicação de que aquilo que estou propugnando – e que já está, felizmente, aprovado aqui no Congresso Nacional -, a renda básica universal incondicional, será um sistema ainda mais eficiente.

E a prova disso está no Alasca, onde, por 25 anos, se estabeleceu um dividendo igualmente pago a todos – hoje são 700 mil habitantes –, o que fez com que o Alasca tivesse uma economia com um crescimento estável, com baixo desemprego e com a maior igualdade entre os 50 Estados norte-americanos.

Agradeço muito, Senadora Heloísa Helena, Presidente da sessão nesta tarde.

Muito obrigado, inclusive pela atenção e pelos apartes.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Exª.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Antes apresento um requerimento de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Governador Valadares, João Domingos Fassarella. Fassarella foi também Deputado Federal pelo PT e recentemente era Secretário-Adjunto do Ministério do Ministro Patrus Ananias.

Conheci Fassarella quando ele era prefeito e eu, governador. Realmente é uma perda muito grande, pois ele era “um grande pacificador, prestou, durante a sua extensa vida pública, relevantes serviços, principalmente em questões ligadas aos conflitos envolvendo a disputa e a ocupação de terras. Possuía inegotável capacidade de ouvir, entender e propor ações conciliatórias para as questões dessa natureza, sendo considerado em Minas Gerais um dos principais responsáveis pelo fim dos conflitos na região”.

Quero, portanto, aprestar este voto de pesar, lamentando muito a morte de Fassarella, ex-Prefeito de Governador Valadares.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.130, DE 2006**

Requeiro, nos termos do inciso II art. 218 do Regimento Interno, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-vereador, ex-deputado federal e ex-prefeito de Governador Valadares (MG) João Domingos Fassarella, ocorrido em 12 de novembro de 2006.

#### **Justificação**

João Fassarella, natural do Espírito Santo, era sociólogo, foi professor universitário, vereador por Governador Valadares por onze anos, ocupou o cargo de deputado federal por Minas Gerais durante dois

mandatos e foi prefeito de Governador Valadares entre 2001 e 2004.

Considerado um grande pacificador, prestou durante a sua extensa vida pública, relevantes serviços principalmente em questões ligadas aos conflitos envolvendo disputa e ocupação de terras. Possuía uma inegotável capacidade de ouvir, entender e propor ações conciliatórias para questões dessa natureza, sendo considerado, em Minas Gerais, um dos principais responsáveis pelo fim dos conflitos na região.

João Fassarella, deixa um legado para todos que acreditam na paz, na justiça social e numa sociedade mais fraterna.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2006.  
– Senador **Eduardo Azeredo**.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Existem oradores inscritos pela Liderança. Entretanto, o Senador Geovani Borges, por permuta com o Senador Crivella, usará da palavra agora; depois, os três Senadores que estão inscritos pela Liderança: Senador Marcelo Crivella, Senador José Agripino e Senador Eduardo Azeredo.

Agora tem a palavra o Senador Geovani Borges.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desde tempos imemoriais, registra-se na história da humanidade uma preocupação constante com o que é justo. Associados à idéia de justiça, vemos sempre os conceitos de legalidade e de igualdade. Muitos foram os filósofos que se debruçaram sobre esse tema, tentando elucidar o seu significado; muitos também foram os sábios que legaram conselhos aos magistrados, aqueles a quem compete julgar, para que eles não incorram em injustiças. Entre esses sábios, destaco a figura incomparável de Sócrates, para quem “três coisas devem ser feitas por um juiz: ouvir atentamente, considerar sobriamente e decidir imparcialmente”.

Ora, se a idéia de justiça nos acompanha desde os primórdios da nossa civilização é porque ela é algo de suma importância para a convivência em sociedade, para a pacificação dos conflitos e para a promoção do bem comum. Ouso mesmo dizer, Excelências, que sem uma Justiça independente não há cidadania, porque sem ela não existem meios de defesa do cidadão perante a onipotência do Estado.

Por isso, é com muita satisfação que venho hoje a esta tribuna a fim de saudar o nosso Desembargador

Dôglas Evangelista, primeiro Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP), e também o atual Presidente, Desembargador Raimundo Valles, pelo magnífico trabalho que vem desenvolvendo à frente do Poder Judiciário do Estado, estendendo cumprimento aos Desembargadores Gilberto Pinheiro, Carmo Antonio, Luiz Carlos, Edinardo Rodrigues, Agostinho Silvério, Mário Gutyev e o atual Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amapá, Desembargador Honildo Amaral, por esses 15 anos de existência da Justiça do Estado, bem como seus magistrados e serventuários.

A Justiça do Estado do Amapá foi instalada em 1991, como consequência direta da Constituição de 1988, que transformara em Estado o antigo Território do Amapá – tive a honra de ser um dos seus Constituintes. Ela se constituiu com sede em Macapá e compõe-se de 12 Comarcas e de 4 Postos Avançados. Durante esses 15 anos, o Tribunal tem buscado o aperfeiçoamento contínuo de suas atividades a fim de atender cada vez melhor nossa população.

Em virtude do exíguo tempo de que disponho, Sr. Presidente, não vou poder detalhar todas as ações que vêm sendo empreendidas por aquele Tribunal, mas citarei as mais relevantes, para que V. Ex<sup>as</sup>s e o Brasil possam ter uma idéia dos progressos que temos feito, em termos de prestação jurisdicional.

A Justiça amapaense pode ser considerada uma das mais informatizadas do País, com cerca de 800 computadores, operados por 930 servidores, o que resulta em eficácia e em atendimento ágil aos cidadãos. Estamos caminhando para atingir 100% de informatização processual em todas as instâncias – o chamado Projeto Tucujuris, assim batizado em homenagem ao extinto povo Tucuju, que habitava a foz do rio Vila Nova e que constitui a raiz de todo o povo amapaense. Além disso, no ano de 2006, foi relançado o portal do Tribunal de Justiça do Amapá na Internet, disponibilizando aos cidadãos uma série de serviços que antes só poderiam ser solicitados pessoalmente.

Quero mencionar também a Escola Judicial do Estado do Amapá. Criada em 2005 por lei complementar do Estado, ela integra a estrutura do Tribunal de Justiça e tem como objetivo principal promover a formação e o aprimoramento técnico e jurídico de magistrados e servidores da Justiça estadual. Esse é um órgão de suma importância, Sr<sup>a</sup> Presidente, a exemplo de outras escolas de governança e de treinamento de servidores públicos, como a Enap – Escola Nacional de Administração Pública, o Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União, e do Instituto Legislativo Brasileiro, o nosso ILB, aqui no Senado Federal.

Conheço muito bem o Estado do Amapá, que tenho a honra de representar nesta Casa, e sei que as distâncias ali são imensas e os meios de deslocamento de nossa gente nem sempre são os mais adequados. Por isso, talvez nenhuma das ações empreendidas pelo Tribunal de Justiça do Amapá tenha mais alcance e relevo social do que a Justiça Itinerante. Ele é um dos mais importantes e democráticos serviços prestados pelo Judiciário amapaense. Tem atuação em todas as comarcas e em todos os graus de jurisdição estaduais. Apesar de ter surgido em 1992, apenas no ano passado, após a Resolução nº 23/2005, é que a Justiça Itinerante se tornou mais ampla, funcional e moderna. Desde sua criação, ela já foi assunto na imprensa de países ricos, como os Estados Unidos, o Canadá, a Inglaterra e a Alemanha, cujos jornalistas cobriram as Jornadas Fluviais à Região do Bailique e publicaram matérias enaltecendo essa avançada e democrática forma de distribuir justiça.

Até hoje cerca de 50 mil pessoas foram atendidas durante as jornadas fluviais, em circunstâncias que, muitas vezes, representam uma verdadeira aventura. Servindo-se dos mais diversos meios de transporte, como barcos, catraias e ônibus, o juiz e sua equipe conseguem atender as mais distantes comunidades, inclusive aldeias indígenas.

Quero ressaltar, Sr. Presidente, que as prefeituras municipais aproveitam essa oportunidade logística, oferecida pela Justiça amapaense, para levar atendimento médico às populações carentes que residem em áreas remotas.

Outra ação de relevo levada a cabo pelo Tribunal de Justiça do meu Estado são os Juizados Especiais. Apesar de previstos na Constituição Federal de 1988, somente em 2005 é que eles passaram a ter um funcionamento mais efetivo no Amapá. Como sabemos, os Juizados Especiais foram instituídos para conciliar, julgar e executar causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, a fim de permitir o desafogamento da Justiça comum. Por isso, eles são reconhecidos como de suma relevância para que tenhamos uma prestação jurisdicional mais célere e eficiente.

Em Macapá, os Juizados Especiais contam com duas extensões cíveis: uma para microempresas, que prestam atendimento nos casos referentes à execução de títulos, e outra com caráter didático, na qual os acadêmicos de Direito da Universidade Federal do Amapá (Unifap) atuam como conciliadores nos atendimentos aos habitantes das comunidades adjacentes. Além dessas duas, no próximo dia 21 de novembro, será instalada na Faculdade do Amapá – Famap, mais uma Extensão Cível...

**O Sr. Mão Santa (PFL – PI)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP)** – Ouço o ilustre Senador Mão Santa, do Estado do Piauí, como S. Ex<sup>a</sup> sempre frisa da Tribuna.

**O Sr. Mão Santa (PFL – PI)** – Primeiramente, quero ser convidado a visitar o Estado de V. Ex<sup>a</sup>. É uma deficiência minha não conhecer uma parte desse Brasil, mas quero conhecê-la. V. Ex<sup>a</sup> trouxe um assunto importante e começou com um grito: liberdade e igualdade. Não foi até a fraternidade, mas ela está ali, Heloísa Helena...

**O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP)** – Não tenha dúvida.

**O Sr. Mão Santa (PFL – PI)** – Mas aí é que começou a democracia. Atentai bem! Mas acabou o absolutismo; acabaram os reis. Dividiram o poder, e um deles é a Justiça, que V. Ex<sup>a</sup> enaltece em boa hora, em bom momento, fazendo uma reflexão. Então, a democracia é isso, essa divisão de poderes iguais, harmônicos, entre eles a Justiça, que V. Ex<sup>a</sup> está enaltecedo. Aí está o Senador Crivella, um homem de Deus que conhece o Sermão da Montanha: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. Isso mostra que ela é divina, pois Moisés recebeu as leis de Deus. Mas temos que fortalecê-la, porque ela é de Deus. E aí é que está o perigo. V. Ex<sup>a</sup> veio num momento bom, porque a democracia está meio capenga. Ela tem uma perna forte, muito forte, o Poder Executivo, porque ela está rápida. No Poder Legislativo nós não fazemos leis; elas são feitas pelo Executivo, por meio de medida provisória. E o Poder Judiciário está também, nesse rolo democrático, debilitado. Tanto é que uma pesquisa de opinião pública mostra que só 30% dos brasileiros acreditam no Poder Judiciário. Antes, muito antes disso, antes do grito do povo na França, por liberdade, igualdade e fraternidade, já Aristóteles dizia que a coroa da justiça – que V. Ex<sup>a</sup> está a exaltar, a defender, muito bem – deve estar mais alta do que a coroa dos santos e brilhar mais do que a coroa dos reis. Essa é a Justiça com que sonhamos, e V. Ex<sup>a</sup> homenageia a do Amapá. Nós estamos preocupados, porque essa democracia não está com as três pernas fortes, não. O Poder Executivo está avançando, avançando e debilitando os outros, que estão capengas: nós, o Poder Legislativo, que não estamos fazendo leis – quem as está fazendo é o Executivo; e o Poder Judiciário, que também, segundo a própria opinião pública, está debilitado. Sonhamos com essa Justiça exaltada, mas com o conjunto das três fortalezas, que são os três Poderes fortalecidos. V. Ex<sup>a</sup>, sem dúvida nenhuma, a enaltece. Eu acho que devemos encarar a Justiça como uma coisa de Deus – como as leis de

Moisés, o Sermão da Montanha – e entender que ela contém erros porque é feita por homens. **Errare humanum est.** Mas é nosso dever acreditar nela, fortalecê-la, aprimorá-la. V. Ex<sup>a</sup> traz essa grande reflexão ao País e a nós, que queremos aperfeiçoar a democracia, valorizando a Justiça.

**O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP)** – Senador Mão Santa, com muita honra, quero incorporar seu aparte ao nosso pronunciamento e, desde já, dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o Amapá terá o maior prazer em estender o tapete vermelho para recepcioná-lo, no norte do nosso País, para que V. Ex<sup>a</sup> conheça os nossos tucujus, as nossas raízes, os nossos costumes...

**O Sr. Mão Santa (PMDB – PI)** – Esse negócio de vermelho é do PT. Prefiro um tapete azul, que lembra o Senado e o céu.

**O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP)** – O azul, o verde da Amazônia, o céu da Amazônia, aquele que V. Ex<sup>a</sup> preferir, porque o nosso povo é muito hospitalar e o admira pelos seus pronunciamentos aqui no Senado Federal e pela sua assiduidade aqui.

Quero dizer mais a V. Ex<sup>a</sup>: neste momento, também estamos transmitindo esta sessão do Senado, através da TV Tucuju, lá do Estado do Amapá, ao vivo, em conexão.

Aproveito a oportunidade para mandar um abraço para toda a equipe da TV Tucuju, que está dando condições ao povo de tomar conhecimento do que está ocorrendo aqui no Senado Federal.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup>as e Srs. Senadores, apenas esses fatos que, resumidamente, acabo de trazer ao conhecimento de V. Ex<sup>a</sup>s já seriam, por si mesmos, suficientes para enaltecer as ações do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, pelos muitos benefícios prestados ao nosso povo. Contudo, estaria cometendo uma enorme injustiça se não mencionasse também o conjunto de ações sociais de grande alcance desenvolvidas por aquela Corte, em parceria com outros órgãos públicos e com empresas privadas, com o intuito de proporcionar dignidade e melhor qualidade de vida à população.

Dentre todos esses projetos, considero mais importantes aqueles voltados ao atendimento e ao bem-estar da criança. Por isso, gostaria de começar mencionando que o Tribunal de Justiça reformou e cedeu à Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) o prédio contíguo ao Fórum da Comarca de Laranjal do Jari, para que este pudesse abrigar o Centro Especializado em neurofisioterapia, destinado ao atendimento de 150 crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais. Além disso, aquela Corte criou o Programa de Apadrinhamento Social e

o Projeto Adoção Faça Legal, em parceria com o Hospital da Mulher Mãe Luzia.

Há ainda outras ações de relevo, como o Projeto Casamento Comunitário, o Projeto Jornaleiro e o Projeto Educação: O Caminho para a Liberdade.

Graças a essas e a outras ações, Srª Presidente, a Justiça do Amapá foi considerada a mais célebre do Brasil, segundo pesquisa realizada pelo Supremo Tribunal Federal. Tanto é verdade que a revista *Veja* publicou matéria, em sua edição de 11 de maio de 2005, mencionando com destaque o Amapá, sob o título “O exemplo dos Melhores”, destacando as ações realizadas pela Justiça do Estado.

Concluo o meu pronunciamento, Srª Presidente, saudando mais uma vez o Presidente daquela Corte, Desembargador Raimundo Vales, e, por seu intermédio, todos os Magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Amapá, pelo excelso trabalho que vêm desempenhando, nesses 15 anos, para que nosso povo possa exercer mais plenamente sua cidadania.

Muito obrigado, Srª Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Exª, Senador Geovani Borges.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, pela Liderança do seu Partido, com toda a flexibilidade do Regimento que este momento impõe.

Tem a palavra S. Exª pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

Em seguida, concederei a palavra aos Senadores Rodolpho Tourinho, José Agripino e Eduardo Azeredo, nessa ordem.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado pela generosidade de V. Exª, mas serei breve, Srª Presidente, em respeito a meus companheiros, que têm importantes pronunciamentos a fazer.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje ocupo a tribuna para falar de um projeto que apresentei e que trata sobre um tema que muito me preocupa, que é a pedofilia.

Este projeto acrescenta o inciso IV ao § 1º e o § 3º ao art. 241 da Lei nº 8.069, de 3 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para criminalizar a aquisição de material pornográfico ou que contenha cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente.

A justificativa é suprir uma lacuna na lei brasileira quanto à tipificação dos crimes de informática, coerentemente com o esforço legislativo que vem sendo evidiado para atender à urgente necessidade de se adequar o ordenamento jurídico penal à Era Digital, dando eficiente resposta à escalada dos chamados “cibercrimes”.

Cumprimento os telespectadores da TV Senado e os ouvintes da Rádio Senado, que nos acompanham ao vivo.

Em comparação com o que ocorre nos Países de primeiro mundo, que há quase duas décadas já se debruçam sobre a questão, esse esforço acontece com grande atraso, a recomendar tratamento de urgência para que se possa recuperar o tempo perdido e dar eficaz combate à proliferação dessa modalidade criminosa.

Particularmente em relação ao comércio de material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes, impõe-se a criação de mecanismos tendentes a aumentar o poder de repressão a sua prática, complementando proposições em tramitação e aperfeiçoando dispositivos em vigência, que se têm dedicado a explicitar a conduta do sujeito ativo dessa perniciosa relação de mercancia, descurando daquele que é o seu maior fomentador, ou seja, o consumidor.

Com efeito, enquanto não se penalizar a ação desse consumidor, sempre haverá quem se arrisque a comercializar os meios necessários para satisfazer esse tipo de perversão. É pior, é sabido que o mercado da pornografia infantil alimenta o apetite de pedófilos e pode estimular a prática de condutas mais graves, sendo comum a ocorrência de uma direta conexão entre ambos.

Quanto à exploração sexual, tanto o nosso vetusto Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), com os últimos aperfeiçoamentos legislativos propostos e aqueles já implementados, certamente hão de se revelar como instrumentos adequados de repressão.

Entretanto, em relação ao comércio de material pornográfico, em nada obstante as importantes alterações se encontram em andamento, como a pretendida pelo PLC nº 89/2003, impõe-se tipificar de forma específica a conduta do agente passivo.

Senador Mão Santa, faço um pequeno parêntese para deixar essa iniciativa mais clara. Hoje, no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, há uma preocupação muito grande em punir o agente ativo, aquele que recruta as crianças e faz as fotografias, e aquele que coloca isso nos *síties*.

O projeto que propus deseja penalizar o agente passivo, aquele que consome, que entra no *sítie* da Internet – e muitos desses *síties* são feitos no Leste Europeu – e compra o material pornográfico, que dá o número do seu cartão de crédito e, assim, recebe acesso a filmes e fotografias hediondos. Com esse projeto, quero criminalizar o consumo.

Portanto, a Polícia Federal poderá, quando desejar, pedir às operadoras de cartão de crédito – Credicard, Visa, American Express – a relação daqueles que compraram pela Internet material pornográfico com crianças e adolescentes. Isso já é praticado em outros Países.

Quero tornar pública uma matéria, veiculada no jornal **Folha de S.Paulo**, vazada nos seguintes termos:

Dinamarca. Polícia prende 101 acusados de pedofilia.

A Polícia dinamarquesa prendeu 101 pessoas acusadas de envolvimento com pedofilia. A prisão ocorreu após autoridades americanas fornecerem o nome de 119 dinamarqueses que utilizaram seus cartões de crédito para baixar imagens de pornografia infantil na internet. Mais pessoas poderão ser presas. A Dinamarca disse que a prioridade é prender os acusados que moram ou trabalham com crianças e os que tenham antecedentes criminais.

Portanto, o que estamos aperfeiçoando na legislação brasileira já foi aperfeiçoado na legislação americana. Certa vez, quando estive nos Estados Unidos para resgatar brasileiros, ouvi, pela televisão, à noite, que os legisladores norte-americanos haviam feito essa alteração no Código Penal norte-americano. Foi feita uma “malha fina” no cadastro de cartões de crédito, cruzando informações para verem quem consumia em *sites* de pedofilia, e encontraram juízes, promotores, políticos, empresários. Foi um grande escândalo naquele País, mas que fez com que a prática desse crime hediondo baixasse. Acho que devemos fazer a mesma coisa aqui.

Por isso, peço aos Srs. Senadores atenção na hora de analisarmos, discutirmos e aperfeiçoarmos esse projeto, para que o agente passivo também seja punido. A verdade é que quem paga para que esses *sites* estejam no ar está também, de maneira direta, contribuindo para que aqueles que fazem o *site* arregimentem mais crianças, fotógrafos, aumentando o mercado. Coibindo o consumo, tenho esperanças de que a oferta seja menor. Vamos, de maneira efetiva, coibir algo que, repito, é um crime hediondo que transcende as fronteiras da tolerância e do bom senso em uma sociedade cristã como a nossa.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Marcelo Crivella.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, que esperou pacientemente, pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

**O SR. RODOLPHOTOURINHO** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, fico muito feliz de V. Ex<sup>a</sup> estar na Presidência porque quero lembrar ao Governo um acordo que fizemos e do qual V. Ex<sup>a</sup> participou.

Lamento que a Senadora Ideli Salvatti, Líder do Governo, não esteja presente neste momento. Trata-se da questão dos agentes comunitários de saúde.

Eu gostaria de lembrar que há mais de quinze anos esse pessoal vem trabalhando de uma forma muito eficiente – mais eficiente em uns lugares do que em outros – e sempre cumprindo o seu papel. Cumprim, sobretudo, um papel muito importante, no meu entendimento, que diz respeito à prevenção de doenças. Permite que o Estado brasileiro, até a unidade da Federação, no meu entendimento, possa cumprir melhor o seu papel com relação à saúde, que está muito, muito longe do ideal, como bem sabe V. Ex<sup>a</sup>, porém melhor do que estava há algum tempo. Nessa questão da prevenção das doenças, isso é muito importante.

Não sou médico, Senador Mão Santa, mas minha primeira grande preocupação em relação a esse aspecto foi quando, Secretário da Fazenda da Bahia que fui durante oito anos, enxergava ser impossível manter a construção de unidades hospitalares naquele momento para atender ao crescimento da saúde. Aquilo me preocupava muito. A partir daí, passei a ter uma ligação com essa questão dos agentes comunitários, vendo na prevenção uma das soluções para os problemas de saúde do País.

Na Bahia, nossa experiência com esses agentes já dura dezesseis anos, sempre fazendo um processo de seleção sem nenhum tipo de influência política. Falando claramente, o pessoal que se candidata para ser agente comunitário de saúde – cerca de 25 mil pessoas no Estado – se submete a um processo de seleção conduzido pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, apesar de os agentes serem lotados nos municípios. Com isso, mantém-se um alto padrão de seleção e de atendimento.

Ao longo do tempo, fomos nos envolvendo também nessa questão. Depois, como Relator da chamada Emenda Constitucional nº 51, que criou o cargo do agente comunitário de saúde sem necessidade de concurso público, porque, se fosse permitido o concurso público, perderíamos uma característica essencial nesse cargo, que é a necessidade de essas pessoas estarem convivendo na sua comunidade, visitando as mesmas pessoas, morando na comunidade. Com isso, então, como Relator, conseguimos aprovar essa Emenda Constitucional. Era um projeto que já estava há anos na Câmara e foi aprovado no Senado em menos de uma semana.

Logo depois, fiz um projeto de regulamentação da profissão dos agentes comunitários de saúde. Junto com a Federação e a Confederação dos Agentes Comunitários de Saúde, em reuniões que fizemos em Goiás e na Bahia, um ponto principal, uma coisa muito importante que estava sendo considerada era a questão do regime jurídico a que se submeteriam, a partir daí, os agentes comunitários de saúde.

Colocamos no nosso projeto, de acordo com todas as lideranças dos agentes comunitários, que seria o projeto adotado pela área de saúde do Município, ou seja, em bom português, pelo regime do Município. Não seria adotada a Consolidação das Leis do Trabalho. Entendíamos ser importante que fosse feito dessa forma, mesmo por que ficaria muito difícil, em mais de cinco mil municípios deste País, abrir possibilidade de regimes diferentes. Por isso, acreditávamos que deveria ser o regime da área de saúde de cada Município.

Entendíamos também que era muito perigoso se pensar na Consolidação das Leis do Trabalho para o agente comunitário de saúde, porque isso permitiria que ele viesse a ser demitido em cada mudança de Prefeito que houvesse.

Esse, para mim, é o ponto central de tudo, e não podemos abrir mão, precisamos dessa continuidade. Por essa razão, Senadora Heloísa Helena, foi aprovada a Proposta de Emenda à Constituição, a fim de permitir que ele, não prestando concurso, mas passando por um processo de seleção, pudesse conviver com a comunidade. E essa convivência, ao longo do tempo, seria a garantia para um melhor serviço de saúde. Isso também permitiria que ele tivesse uma segurança no trabalho que hoje não tem. Nenhum deles hoje tem claramente direito a férias ou à aposentadoria. Eles não têm direito a nada. São mais de duzentas mil pessoas no País sem qualquer tipo de garantia em sua vida. Precisamos proporcionar isso.

O Projeto de Lei nº 41, de minha autoria, foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. Quando foi para Comissão de Assuntos Sociais, acabou sofrendo, de alguma forma, um tipo de... Não sei exatamente do que chamar. Mas o Governo não levou adiante esse projeto na Comissão de Assuntos Sociais. Entendi, claramente, que existia o problema dos agentes de endemias, que são celetistas, mas que não estavam no projeto inicial dos agentes comunitários de saúde. O Governo pretendeu então juntar as duas coisas em uma só, e estabeleceu o mesmo regime aos agentes de endemias dos agentes comunitários de saúde. Os dois exercem trabalhos excepcionais no País, mas, ao fazer isso, o Governo causou uma grande confusão, colocando todos os agentes comunitários de saúde como celetistas.

Como o Governo determinou isso por meio de uma medida provisória, acabei sendo o Relator da Medida Provisória nº 297, que previa exatamente que todos seriam celetistas. E como toda boa medida provisória, chegou aqui em cima da hora, faltando dois ou três dias para ser votada, caso contrário, perderia a eficácia em três ou quatro dias. Ou seja, naquele momento, não era possível fazer absolutamente nada, a não ser aprovar a Medida Provisória para não prejudicar os agentes comunitários de saúde e os agentes de endemias. Aprovamos a Medida Provisória. O meu

parecer era contra, mas houve o acordo construído com V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Heloísa Helena, com o Senador Sibá Machado, com a Senadora Ideli Salvatti, com o Senador Eduardo Suplicy, não apenas com o Partido dos Trabalhadores, mas com toda a base do Governo no sentido de que fosse aprovada a Medida Provisória como estava. Apresentamos um projeto de lei, que aprovamos naquele momento aqui no Senado, por unanimidade, por meio do qual seria dada urgência à matéria na Câmara dos Deputados. Evidentemente, não foi dada a urgência.

Esse é o primeiro ponto que me preocupa. Não foi dada a urgência porque o projeto não foi adiante. E além de não ter ido adiante, o que me preocupa é que a Câmara sente isso. Basta ver que a matéria foi recebida naquela Casa no dia 6 de outubro, e o Relator foi designado quase um mês e meio depois. Isso não é urgência! A urgência que queríamos é que naquela mesma semana a matéria pudesse ser apresentada. Além do mais, acredito que a Câmara dos Deputados não se sente na obrigação de cumprir um acordo firmado aqui no Senado Federal.

Isso está claro, em todas as entrelinhas.

Mais uma vez, trago aqui o problema, e deixo a minha preocupação com a Mesa do Senado Federal, com o Presidente Renan Calheiros, que propôs e aceitou também aquele acordo, no sentido de buscarmos uma solução. O que não podemos, tenho certeza, é deixar de cumprir o acordo. Não podemos, em hipótese alguma, prejudicar essas pessoas, que têm realizado um trabalho tão importante pela saúde do País.

Senadora Heloísa Helena, deixo aqui o meu protesto pela forma como o assunto está sendo conduzido pelo Governo. Não acredito que essa seja a melhor forma de tratar um problema tão grave que afeta não apenas os agentes comunitários de saúde, mas também a população de todo o País.

Atualmente, mais da metade do meu Estado é atendida pelo programa Saúde da Família. Mais de cem Municípios já têm 100% de cobertura. E este não é o momento de se dar tão pouca atenção a isso.

E eu aqui falo mais dos agentes comunitários de saúde porque eles têm de ser incluídos, como havíamos combinado, na questão da insalubridade, que tem de ser verificada e colocada, na questão da participação dos Estados, com um percentual na remuneração dos agentes, e também na questão da formação, como obrigação da Funasa.

Ficam aqui colocados esses pontos. Estarei sempre cobrando do Governo essa posição, que, tenho certeza, Senadora Heloísa Helena, também é a posição de V. Ex<sup>a</sup>.

Muito obrigado.

**SEGUE O PRONUNCIAMENTO DO SR.  
RODOLPHO TOURINHO:**

## **PRONUNCIAMENTO DO SENADOR RODOLPHO TOURINHO SOBRE O PROJETO DE LEI DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores

**1. Assomo à Tribuna** nesta tarde para, mais uma vez, chamar a atenção do Governo sobre um problema sensível e da maior importância para a continuidade dos bons resultados que, há mais de 15 anos, vêm sendo alcançados na atenção básica à saúde: falo da atividade dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, e da recente promulgação da Lei nº 11.350/2006, que estabeleceu os direitos, deveres e regulamentou a forma de admissão desses profissionais.

**2. Na votação da Medida Provisória nº 297/2006**, no dia 4 de outubro último, sobre a qual fui designado Relator, identifiquei a necessidade de aprimorar o texto daquela MP, pois em muitos aspectos ela prejudicava essa atividade quem vem dando tão certo para a saúde no Brasil.

**3. O principal problema** que levantei no momento da discussão da MP – e de fato houve consenso de que era um problema real que precisava ser resolvido – era que o Governo adotava o regime jurídico da CLT para os ACS e ACE.

**4. Esta minha preocupação** com a atividade dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias

✓ No início deste ano 2006 fui o Relator da PEC nº 7/2006, convertida na EC nº 51/2006.

▪ possibilidade de admissão dos ACS e ACE por processo seletivo público, face às peculiaridades da atividade, sobretudo em

relação ao requisito de o agente residir na comunidade onde atua;

- supressão de todos os interstícios regimentais para aprovação da PEC no Senado;
- designado relator no dia 06/02/2006 (segunda-feira); aprovação na CCJ em 08/02/2006 (quarta-feira); aprovação pelo Plenário na mesma tarde.

Em março de 2006 apresentei o PLS nº 41/2006, regulamentando a EC 51/2006, ou seja, regulamentando as atividades dos agentes, a forma de admissão e o seu regime jurídico.

- projeto construído em conjunto com as lideranças dos agentes;
- reunião com a Federação Baiana dos ACS em Jequié (06/04/2006), e com a Confederação Nacional dos ACS em Luziânia/GO (02/05/2006);
- Regime jurídico → aquele adotado pela área de saúde do ente federado que fizer a admissão;

O PLS 41 foi aprovado por unanimidade na CCJ e teve o parecer, também favorável, lido na CAS, quando foi pedido vistas. Nas duas comissões foi relatado pela senadora Lúcia Vânia.

5. Ocorre que enquanto meu projeto tramitava, o Governo enviou ao Congresso Nacional a MP nº 297/2006, incorporando a ela quase todos os avanços que constavam do meu projeto. Mas errou ao fixar o regime jurídico da CLT.

6. Como relator, considerei que o texto da MP 297 correspondia, em boa parte, ao compromisso que eu havia assumido com os agentes, mas que quatro pontos fundamentais não haviam sido contemplados.

7. Apresentei um relatório àquela MP incorporando as correções necessárias. Destaco aqui os quatro pontos principais:

- Regime jurídico → alterando da CLT para o regime jurídico adotado pela área de saúde do ente federado que fizer a admissão;
- Contrapartida dos Estados → os Fundos Estaduais de Saúde repassarão aos Fundos Municipais de Saúde recursos equivalentes à, no mínimo, 30% das despesas com a remuneração dos agentes admitidos pelos municípios. Essa contrapartida estadual deverá ser usada exclusivamente para a melhoria da remuneração dos ACS e ACE;
- Curso de formação inicial → serão realizados com recursos do Fundo Nacional de Saúde, e não custeado pelos agentes;
- Atividade insalubre → assegura aos agentes a proteção da legislação que trata das atividades exercidas em ambientes insalubres.

**8.** As modificações propostas no meu relatório foram consideradas importantes e consensuais por todos os parlamentares que estavam presentes neste Plenário, inclusive por parlamentares da base aliada do Governo: senadora Ideli Salvatti e senadores Saturnino Braga, Siba Machado e Eduardo Suplicy.

**9.** Entretanto, como as modificações implicariam retorno da MP à Câmara dos Deputados, todos tínhamos a convicção de que havia uma forte possibilidade de aquela Casa não conseguir se reunir para aprovar a MP e ela perderia a eficácia por decurso de prazo.

**10.** Diante do impasse, a senadora Ideli Salvatti, falando em nome do Governo, e referendada pelos senadores Saturnino, Siba e Suplicy, ofereceu um acordo que viabilizava a aprovação da matéria.

**11.** O acordo previu o seguinte:

- aprovação da MP sem alterações, possibilitando que ela fosse imediatamente à sanção pelo Presidente da República sem retornar à Câmara;

- que o relatório concluísse, na forma autorizada pelo Regimento do Senado, pela apresentação de um novo projeto que incorporaria todas as alterações que eu havia assinalado e que eram consensuais;
- que esse novo projeto fosse imediatamente discutido e votado no Senado Federal, e encaminhado à Câmara dos Deputados;
- que a senadora Ideli Salvatti solicitaria aos líderes partidários aliados ao Governo, na Câmara dos Deputados, que apresentassem requerimento de urgência sobre esse novo projeto.

**12.** De minha parte, aceitei e cumpri tudo o que foi acordado.

**13.** Como resultado da negociação, o Senado aprovou o PLS 270/2006, que foi encaminhado à Câmara e lá recebeu o número PL 7495/2006.

**14.** Ocorre que o Governo ainda não cumpriu a sua parte no acordo:

- recebido na Câmara em 06/10/2006, o PL somente teve o relator designado no dia 09/11/2006;
- o PL foi distribuído para tramitação em 4 (quatro) comissões na Câmara, o que sinaliza que, se não houver um requerimento de urgência, a aprovação será muito demorada.

**15.** Meu objetivo nesta Tribuna, é solicitar ao Governo, mais especificamente à senadora Ideli Salvatti, que cumpra a sua parte no acordo e solicite aos seus aliados na Câmara dos Deputados a apresentação do requerimento de urgência para o PL 7495/2006.

**16.** A adoção do regime jurídico da CLT para ao ACS e ACE é um retrocesso sem tamanho:

- possibilita o uso político nas admissões;
- abre a porta para que, a cada mudança de prefeito, possa haver demissões de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Compartilho inteiramente das preocupações de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Rodolpho Tourinho. Sou testemunha do que aconteceu. V. Ex<sup>a</sup>, de fato, não queria fazer o acordo porque desconfiava que não fosse ser cumprido, e tinha um compromisso com os agentes comunitários. Nós insistimos muito, e V. Ex<sup>a</sup> acabou aceitando o acordo a fim de evitar prejuízo a milhares de agentes do combate às endemias do Estado do Rio de Janeiro em função da medida provisória que estava se esgotando.

Espero que o Governo cumpra sua palavra, pois é inaceitável que lideranças partidárias assumam um compromisso na Casa e não seja cumprido. V. Ex<sup>a</sup> não queria fazer o acordo, aceitou o apelo para fazê-lo, e ficamos em uma situação gravíssima como esta.

Compartilho das preocupações em relação ao tema, e sou testemunha do esforço que fez V. Ex<sup>a</sup> para não prejudicar os agentes do combate às endemias do Estado do Rio de Janeiro, que eram milhares que estavam com um problema gravíssimo em função de dois dias a mais. Todo o tempo, V. Ex<sup>a</sup> disse que tinha um compromisso e que dele não poderia abrir mão, pois era uma luta de vários anos. Espero, portanto, que o Governo cumpra com a palavra, pois isso é, de fato, inaceitável. Onde chegamos, somos cobrados em relação à aprovação do projeto de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, pela Liderança do PFL e pelo tempo que entender necessário. Em seguida, ao Senador Eduardo Azeredo, também pela Liderança e pelo tempo que entender necessário.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Srs. Senadores, Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> estava aqui ontem; infelizmente, a Senadora Heloísa Helena, minha queridíssima amiga que hoje preside esta sessão, não estava quando eu aqui manifestei a minha indignação com relação a um fato que está causando incômodo, no Brasil inteiro, àqueles que têm que se deslocar do Norte para o Sul, do Leste para o Oeste, do Brasil para o exterior, do exterior para cá, que é a crise dos controladores de vôo. Um problema que não se viu – pelo menos com a gravidade que estamos assistindo – em

época nenhuma, desde que eu me entendo por gente, em governo de espécie alguma.

Os aeroportos estão um tumulto. Eu hoje conversava com V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Heloísa Helena, e V. Ex<sup>a</sup> me dizia que passou 17 horas no aeroporto – 17 horas! Varou a madrugada no aeroporto, para conter a indignação – veja, para conter a indignação – de passageiros que passaram a noite no aeroporto. E V. Ex<sup>a</sup> foi instada, V. Ex<sup>a</sup> que é uma guerreira, uma leoa, a ficar para acalmar o ambiente. V. Ex<sup>a</sup> me disse isso hoje. V. Ex<sup>a</sup> é testemunha do que eu falava ontem, da inquietação pela qual estamos passando, em função do descaso do Governo com uma questão que é importantíssima, porque mexe com o bem-estar das pessoas, com a capacidade de as pessoas se moverem para resolver problemas, para se entregarem ao lazer das férias, para resolverem um problema de saúde, para tudo, para tudo!

E o Ministro Waldir Pires, da Bahia, ainda aparece com aquela cara dele sei lá de quê para dizer que está tudo normal e que iam resolver aquilo em 24 horas. Hoje está do mesmo jeito, a mesma anarquia, e não vejo perspectiva de solução.

Eu dizia ontem, Senadora Heloísa Helena, que a minha preocupação era com esse caso, sim. Mas dizia que cesteiro que faz um cesto faz um cento. Se o Governo é incompetente para resolver o problema dos controladores de vôo, que é o problema de uma categoria, que é o problema da formação de pessoas para operarem com segurança os vôos no País, se o Governo é incompetente para resolver essa questão, que está inquietando tanta gente, que dirá para resolver o problema da infra-estrutura brasileira e para promover o crescimento de 5%, como o Presidente Lula está prometendo.

Quando acabei de falar – e circunstanciava com argumentos, que eu pude expor –, chegando ao meu gabinete, como de hábito, lemos os *e-mails* que chegam do Brasil inteiro, fazendo apreciação sobre o que falamos, alguns elogiativos, mas um me causou surpresa pelo tom agressivo com que uma pessoa, não me lembro de que Estado, me tratava. Dura, seguramente uma forte simpatizante do Presidente Lula, que escrevia um *e-mail*, bem escrito, sem argumentos, é verdade, mas bem escrito, me criticando muito pelo fato de estar criticando o Governo, e que em outros governos tinha havido o mesmo problema e que o Governo podia prometer, sim, 5% de crescimento.

Senador Mão Santa, não preciso responder ao *e-mail* desta cidadã, minha conterrânea brasileira, que tem o meu respeito, porque a democracia pressupõe o direito à crítica, mesmo que ela seja ácida – e eu respeito.

Eu não preciso responder ao *e-mail* da conterrânea brasileira, porque por mim falou o Presidente do IPEA, Dr. Fábio Giambiagi. O IPEA, como V. Ex<sup>a</sup> sabe, é um respeitável organismo vinculado ao Ministério do Planejamento. O Dr. Fábio Giambiagi declara nos jornais de hoje que crescimento de 5% só de 2017 para a frente e circunstância por quê. Dá as razões todas de por que não se pode prometer crescimento de 5% antes de se preparar a infra-estrutura, para que a produção possa circular e para que se criem condições na micro e macroeconomia, para que o que for produzido possa ser vendido aqui e exportado para fora. Fora isso, é bravata e balela.

Por mim respondeu o Dr. Fábio Giambiagi, que não é, como eu, filiado ao PFL. Deve ser, se não filiado, simpatizante do Partido dos Trabalhadores. Ele desmente o chefe, ele desmente a promessa de Lula frontalmente, ele diz que não é possível crescer. Quem diz não sou eu, Senadora Heloísa Helena. Eu gostaria muito de que o Brasil crescesse 5%, 6%, 7%, 8%, porque desse crescimento resultaria o cumprimento das promessas de Lula: os dez milhões de empregos, os salários melhorados para a classe média do Brasil, pela competição entre as empresas, que precisariam dispor de melhor mão-de-obra e contratariam os melhores, estabelecendo uma espécie de leilão, pagando os melhores salários. Gostaria muitíssimo. Mas o que não vejo são condições de crescer. Eu dizia ontem e fui desmentido pela senhora que me mandou o *e-mail* – creio que simpatizante do PT – mas por mim falou o Presidente do IPEA.

O que preciso reafirmar nesta tribuna? Posso até falar com uma certa ênfase, demonstrar indignação, mas, em hora nenhuma, vou fazer aqui oposição raivosa, nem oposição ao interesse coletivo do Brasil.

Na hora em que as reformas tiverem de ser votadas, eu serei o primeiro a me sentar para participar da discussão, para tentar colocar a digital do meu Partido, tentando melhorar o projeto que tenha vindo, como aconteceu no projeto da reforma tributária – que aprovamos no Senado e até hoje não foi aprovado na Câmara –, para tentar melhorar a vida do povo brasileiro.

Agora, o que eu não posso aceitar é que se prometa crescimento de 5% e o Presidente não tenha

uma palavra de reparo, para que as pessoas possam ou não possam confiar nele, amanhã, depois de amanhã, naquilo que ele venha a dizer, porque palavra de Presidente da República é uma espécie de dogma, é uma espécie de lei, é uma espécie de balizamento para a sociedade. As pessoas se habituaram a que, se o Presidente falar, está falado e é para ser acreditado. E não é isso que se pode dizer daquilo que Lula fala. Ele promete crescimento de 5% e o Presidente do IPEA, que é funcionário do Governo dele, no dia seguinte, desmente e diz que não dá para crescer antes de 2017.

Senador Mão Santa, para um crescimento de 5%, como tiveram o Chile, a Rússia, a Índia, a China, a Argentina, como tiveram muitos países emergentes do mundo, tem-se que ter algo chamado investimento público e privado. O investimento é muito decorrência de taxa de juros. A taxa de juros no Brasil é altíssima. O dinheiro que vem de fora para dentro do País e o dinheiro de dentro do País, resultante do eventual lucro de empresas, em primeiro lugar, vai para uma aplicação chamada financeira, vai para a instituição financeira. Os juros altos são responsabilidade do Governo, é o Governo quem comanda a política de juros, quem fixa juros, quem comanda a operação para baixar ou elevar juros. Quando os juros são altos, quem tem dinheiro lá fora ou aqui dentro, em primeiro lugar, vai querer ganhar dinheiro com dinheiro.

Então, taxa de juros alta favorece investimento financeiro, impede consumo, Senador Mão Santa. Quem é que compra no crediário com os juros de 3%, 4%, 5%? Quanto mais alta a taxa de juros, menor a clientela para comprar no crediário, porque a taxa de juros é alta. A taxa de juros alta inibe consumo, inibe investimento. Quem é que vai tomar dinheiro emprestado a juros altos para fazer investimento se não tem a quem vender, porque o crediário é de taxa elevada e impede o crescimento do número de compradores e se, para fazer o investimento, vai-se pagar muito caro pelo dinheiro que se tomou emprestado? Pagar caro pelo dinheiro que tomou emprestado para produzir e não ter certeza de que vai vender com lucro aquilo que produziu. Veneno puro. Taxa de juros, para quem quer fazer crescer 5% ao ano a economia de um País, tem que ser objeto fundamental de preocupações. E, neste Governo, a taxa de juros vem sendo objeto de preocupação pequenina.

Há vozes dentro do próprio Governo – para não falar na voz da Oposição, que há quatro anos briga

pelo abaixamento da taxa de juros por entender isso tudo – que pugnam, que brigam pelo abaixamento da taxa de juros.

Tem razão o Presidente do IPEA quando fala que não vai haver crescimento de 5% antes de 2017 porque a taxa de juros não deixa. Não deixa a taxa de juros e não deixa o quê, Presidente Heloísa Helena? Não deixa a carga tributária, aquele PIS, aquele Cofins, aquela taxa de juros e aquela carga tributária pela qual é responsável o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A taxa de juros é comandada pelo Governo. E a taxa de juros é estratosférica – como já foi até mais, hoje está menor – por culpa ou do comando ou por comando do Governo do Presidente Lula. É da responsabilidade dele. Não é herança maldita coisa nenhuma, é coisa do Governo dele. E a carga tributária? Ao longo do Governo dele, só fez subir. Só fez subir! Estamos beirando 40% de carga tributária.

Senador Mão Santa, se se quer promover crescimento, tem que se fazer investimento e retomar o crescimento do País. Para retomar o crescimento, é preciso fazer investimento. Qual é a empresa que vai fazer investimento com a taxa de juros alta e com a carga tributária da ordem de 38%, que transforma o Governo em sócio de qualquer empreendedor? Não há ninguém. As empresas vão investir na Malásia, na Tailândia, no México, onde a carga tributária é muito menor. E aqui no País quem vai investir? Alguns heróis, alguns heróis, que, ainda com a carga tributária e com a taxa de juros a que estão submetidos, ainda resistem e fazem algum tipo de investimento, mas lutando contra a maré.

Presidenta Heloísa Helena, o Presidente do IPEA, com cuja opinião concordo inteiramente, está fazendo, como eu, um alerta. Não estou querendo que o Governo não dê certo. Pelo contrário, para dar certo – não o Governo, mas as atitudes que quer tomar para beneficiar o povo brasileiro –, eu, como oposicionista, estou aqui para somar, mas não me venha com conversa fiada, com marketing, com propaganda, com bravata, porque, da Oposição, vai encontrar a contestação. Não venha com enganação, não venha. Não venha com promessa de crescimento de 5% e se mande para a Venezuela, para fazer campanha político-eleitoral e ideológica para o Chávez. Não me venha, inclusive porque não pense que eu não sei o que você sabe e tem a obrigação de saber: se hoje fôssemos capazes de crescer 5% ao ano, daqui a dois, três, quatro, cin-

co meses haveria o apagão, porque há quatro anos o marco regulatório levado a efeito por este Governo para o setor elétrico impediu investimentos privados na geração de energia elétrica. Não se produz energia elétrica investindo agora para colher amanhã. Produz-se, investindo cinco anos atrás para colher à frente. Falar em crescimento de 5% significa falar em apagão, em restrição de energia elétrica, porque não se tomou, há pouco tempo, a providência para fazer os investimentos; pelo contrário, impediram-se os investiram por um marco regulatório, que privilegiou o setor público em detrimento do capital privado que queria investir e não investiu por insegurança.

Ouço, com muito prazer, o Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa (PMDB – PI)** – Senador José Agripino, sem dúvida alguma, V. Ex<sup>a</sup> é uma das inteligências mais privilegiadas que nesses 180 anos passou por aqui e, mais ainda, encarna aquilo que Shakespeare disse: somar a experiência à ousadia da juventude. V. Ex<sup>a</sup> é um político jovem, muito experimentado, que esteve no Executivo brilhantemente, de onde saiu e depois – o que me impressionou – V. Ex<sup>a</sup>, forjado no trabalho, foi para o Maranhão dirigir uma multinacional, produtora. Sabemos como a multinacional raciocina e antevê as coisas. Há quatro anos, V. Ex<sup>a</sup> dizia que tomássemos cuidado com a propaganda enganosa da mamona, como o combustível do futuro, como disse o Duda Goebbels Mendonça do Lula. Lá, no Piauí, acreditaram na mamona. Está tudo arrasado. Não existe nada. V. Ex<sup>a</sup>, na sua praticidade e competência, dizia: “Vão ao supermercado, olhem os produtos vegetais e vejam como são caros. O óleo vegetal vai ser caro”. Está lá: inviável! Acreditaram na propaganda enganosa, na televisão. Mentiram, mentiram, mas vai chegar um dia em que a verdade virá. Como aprendemos no Nordeste, é mais fácil tapar o Sol com a peneira do que esconder a verdade. O que enfrentamos é isto: não tem crescimento porque não tem. Estão aí a realidade e os números. Veja V. Ex<sup>a</sup>, que é engenheiro. Nos números, só ganhamos do Haiti, que está em guerra. Assim mesmo, é uma desgraça para trazer um aprendizado! No Haiti, gastamos muito dinheiro a fim de manter o Exército a pedido do Bush, para o Brasil ganhar uma cadeira na ONU, e o Lula mandar um companheiro do PT. Aqui há uma guerra pior que a do Haiti. Li, hoje, na mídia que o número de homicídios está aumentando. Há uma guerra interna, e mandamos para o Haiti todo aquele dinheiro, que poderíamos investir na segurança, obedecendo a Norberto Bobbio, que diz que o mínimo

que se tem de exigir de um Governo é a segurança à vida, à liberdade e à propriedade. E o Governo não dá. Só para complementar: não vai ter e não vai ter mesmo. Não é pessimismo, não. Eu sou otimista. Sou como Juscelino, médico-cirurgião, mas não acredito nesse pessoal que não acredita no estudo! Colocaram na cabeça que o Presidente é bom e sabe mais do que quem estuda. Não sabe, não! Ele pode saber mais que a média, mas não sabe mais que o Senador José Agripino! V. Ex<sup>a</sup> é a luz e a salvação deste País. Depois da tempestade, vem a bonança. Quero falar sobre a realidade, sobre o que é verdade. Quando fui Governador do meu Estado, fui buscar a Ceval lá em Gaspar, Santa Catarina; depois, a Bunge. Levamos a primeira multinacional para transformar a soja em derivados, em margarina, em óleo. Agora ela vai sair do Piauí e vai para a Argentina por esses motivos que V. Ex<sup>a</sup> está citando. Vim agora da Argentina e vi como eles estudam. É um país em que às quatro horas da manhã as livrarias estão abertas, e as crianças e jovens estão comprando livros. Aqui o Presidente da República diz que ler uma página de livro cansa, que é melhor fazer uma hora de esteira. Então, estamos ouvindo essa baboseira. Ganhou a eleição? Ganhou, mas eleição não quer dizer crescimento. A realidade é que só ganhamos do Haiti. Vou lhe dar, para juntar à sua sabedoria, um raciocínio. Prefiro ficar com V. Ex<sup>a</sup>. Aliás, ontem mesmo anunciei que V. Ex<sup>a</sup> tem um destino como o de Abraham Lincoln, que, conforme a história – é bom o mineiro aprender isso –, candidatou-se à vice-presidência da República. Estudem a biografia de Abraham Lincoln! Os correligionários foram lhe dizer que era preciso comprar um colégio eleitoral, setenta votos, mas eles queriam um dinheirinho. Lá já havia esse negócio que chegou até aqui. Abraham Lincoln disse: “Não tenho esse dinheiro, mas, mesmo se tivesse, não daria porque é contra meus princípios”. Perdeu a convenção de candidato a vice-presidente da República. Mas, depois, o partido dele, o Partido Republicano, foi buscá-lo para ser presidente da República. O destino pode estar lhe preparando isso. V. Ex<sup>a</sup> quase saiu vice-Presidente. Não deu certo, mas poderá ser. Como disse Winston Churchill, política é assim. Ele disse que o único animal que ressuscita é o homem, por meio da política. Então, V. Ex<sup>a</sup> não ganhou a indicação para vice-Presidente, mas pode vir a ser. Está certo o raciocínio de V. Ex<sup>a</sup> quando diz que não cresce. Sobre educação, está publicado na **Folha de S.Paulo**, atentai bem: 37% dos jovens brasileiros não

têm ensino fundamental completo. Todos os países que V. Ex<sup>a</sup> citou investiram na educação. O Japão tem 600 universidades. Lá, quase todos são doutores. Em Buenos Aires, capital do país vizinho, também há muitas. Então, 37% dos jovens brasileiros não têm o ensino fundamental. Aqui existem as pragas dos juros altos, dos impostos mais altos do mundo e da corrupção, o pior inimigo que destrói a democracia e vai destruir esta Nação. Ou destruímos a corrupção, ou ela acabará com a Nação. Fico com Ulysses Guimarães, que disse: “O cupim que destrói a democracia é a corrupção”. E a corrupção está no Congresso, no Poder Executivo e em toda parte que o PT domina.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Quero lhe agradecer, Senador Mão Santa, a generosidade para com a minha pessoa e também a substância do seu aparte. V. Ex<sup>a</sup> lembra uma coisa que eu disse há algum tempo.

Não fui dirigente de uma empresa multinacional. Era dirigente de uma empresa brasileira, nordestina, que, lá entre Piauí e Maranhão, fazia exploração do coco babaçu, exploração integral. Pegava o coco babaçu e separava os diversos componentes: o epicarpo, que é a fibra; o mesocarpo, que é a farinha amilácea; o endocarpo, que é o núcleo linhoso; e as amêndoas. Das amêndoas, se produzia o óleo vegetal, apropriado para o biodiesel, e a torta, complemento protéico para ração animal; do endocarpo se fazia por destilação coques siderúrgico; da farinha amilácea, álcool; e da fibra, elemento combustível. Trabalhei durante muito tempo nisso e acho que dei uma contribuição ao desenvolvimento tecnológico do aproveitamento tecnológico do coco babaçu, que é nativo no Estado de V. Ex<sup>a</sup>. Talvez por isso eu tenha omitido uma opinião. Pelo fato de eu ter tido no começo da minha vida profissional uma experiência empresarial, da qual me orgulho muito, porque tive lá boas experiências e adquiri consistência na labuta diária, é que aprendi fundamentos econômicos para dizer o que eu disse. Não adianta querer fazer o biodiesel fundado na cultura da mamona. A mamona é cultura exaurente de solo. Ela, plantada, em dois, três anos, o solo onde ela foi plantada esta exaurido e o custo da recuperação do solo é altíssimo. Fundar-se uma indústria do biodiesel para produção de combustível baseado em mamona é absolutamente inviável. Para se produzir fluido de freio para aeronave, que custa caro, justifica-se a produção do óleo de mamona, que é óleo de rícino, mas para biodiesel, não. É uma questão de economicidade. Talvez com o pinhão

manso, com o girassol, com o babaçu, o biodiesel tenha êxito. E espero que tenha, porque é uma coisa boa para o Brasil. Agora com soja, com mamona, não venham com enganação. Isso é bravata. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a manifestação.

E quero dizer, para concluir, Presidente Heloísa Helena, que vamos ficar nessa trincheira da Oposição para onde o povo nos mandou, contestando as bravatas, contribuindo para o aperfeiçoamento de idéias, denunciando, fiscalizando, cobrando para desempenhar o papel que nos compete de Oposição. No regime democrático, tão importante quanto governar bem é fazer oposição bem feita no sentido construtivo.

E aqui estou para dizer: não adianta o Presidente, da boca para fora, oferecer a perspectiva de crescimento de 5% para embriagar o povo brasileiro. Não! Não dá! Não dá por culpa dele. Não tomou providências no passado recente para gerar energia, não dá para prometer 5% porque o gargalo do apagão acontece. Não dá para prometer, porque não cuidou de abaixar os juros e porque a carga tributária do Brasil é campeã no mundo por culpa do Governo.

Estaremos aqui o tempo todo, como estamos há quatro anos, vigiando a carga tributária, vigiando a taxa de juros e vigiando o funcionamento das agências reguladoras, para que elas, humilhadas, não sejam impedidas de fazer aquilo que é preciso fazer: a fiscalização de serviços públicos, desde a concessão de uma rodovia até a concessão da geração de energia elétrica.

Com essas palavras, Senador Mão Santa, fica aqui o nosso permanente compromisso de fazer oposição com serenidade, com responsabilidade, visando ao interesse coletivo do povo do Brasil.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Agripino.

Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo, para uma comunicação pela Liderança.

Enquanto S. Ex<sup>a</sup> chega à tribuna, tem a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Senadora Heloísa Helena, eu encaminhei à Mesa, tenho certeza de que em nome dos três Senadores do Rio Grande, um voto de pesar pela morte de Isaac Ainhorn, Secretário do Planejamento Municipal de Porto Alegre,.

Isaac Ainhorn, Sr<sup>a</sup> Presidente, infelizmente, faleceu hoje pela manhã. Advogado e professor da Universidade Ritter dos Reis, estava em seu sexto mandato

na Câmara Municipal de Porto Alegre. Sua primeira eleição, como suplente do PDT, foi em 1982 e presidiu o Legislativo em 1996. Atualmente, estava licenciado em função da doença. Isaac era casado com Landa Almeida Ainhorn e deixa três filhos. Seu corpo será velado a partir das 15 horas, no Plenário Otávio Rocha da Câmara (Avenida Loureiro da Silva, 255 – 2º piso). O sepultamento está previsto para amanhã, quarta-feira, às 10 horas, no Cemitério Israelita de Porto Alegre.

Isaac era um lutador, um homem comprometido com as causas populares, um homem que esteve sempre à frente da luta contra os preconceitos. Ele lutou muito em defesa do povo judeu. Mas, em todos os eventos, Senadora Heloísa Helena, em que estavam judeus e palestinos, lá estava Isaac Ainhorn, do seu ponto de vista, buscando a igualdade, a liberdade e a justiça.

Faço este registro com muito carinho, porque me considerava amigo pessoal do Isaac.

Como disse na abertura, Senador Zambiasi, o requerimento é encaminhado em nome dos três Senadores.

O Senador Zambiasi, com certeza, também fará uma colocação, não simplesmente como uma saudação, mas registrando toda a solidariedade do povo gaúcho, de todos os homens e mulheres do Brasil e do mundo que têm a mesma luta: a luta pela paz, pela liberdade, pela igualdade e pela justiça.

Termino dizendo que o Isaac é daqueles homens que nunca morrem, porque as suas idéias estarão sempre junto de nós.

Obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. PSOL – AL) – A Casa compartilha do pesar de V. Ex<sup>a</sup>, e a Presidência encaminhará o voto solicitado para a sua esposa, Sr<sup>a</sup> Landa Maria Lopes de Almeida.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Sr<sup>a</sup> Presidente,...

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Zambiasi, antes do Senador Azeredo, para encaminhar o requerimento.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria me associar à manifestação do Senador Paim, agradecendo a compreensão do Senador Azeredo.

Eu, como o Senador Paim, como o Senador Simon e como todos os gaúchos, especialmente os porto-alegrenses, conhecíamos o Vereador Isaac Ainhorn

há muito anos. Eu tinha uma relação pessoal com ele, e estávamos juntos na administração da Prefeitura de Porto Alegre. Nesses últimos dois anos, Isaac foi Secretário de Governo do Município de Porto Alegre em reconhecimento ao seu histórico, ao seu trabalho.

Não podíamos deixar de fazer este registro aqui, Presidente Heloísa Helena, pelas relações pessoais e políticas que o Isaac construiu com toda a sociedade. Como bem manifestou o Senador Paim, Isaac era representante da comunidade israelita, do povo judeu, e eu lembro, Senador Paim, ainda como Presidente da Assembléia, que quando nós construímos uma capela comunitária e reunimos os segmentos religiosos da capital gaúcha, lá estava o Isaac, representante da Câmara de Vereadores, defendendo a pluralidade, que considero fundamental.

Então, ele deixa uma belíssima história com todas as comunidades, especialmente com o povo porto-alegrense.

Não podíamos deixar de fazer este registro. A notícia nos surpreendeu! Todos sabíamos da sua doença, porém o evento sempre nos surpreende, como aconteceu hoje com todos nós, seus amigos.

Quero agradecer ao Paim por nos dar a chance de fazermos essa manifestação em nome do povo gaúcho.

Muito obrigado, Srª Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Casa compartilha da emoção de V. Exª e do requerimento dos três Senadores.

Lembra o Senador Paulo Paim que o Senador Pedro Simon assina também o requerimento.

Antes de passar a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, quero registrar que esteve aqui presente no plenário – o Senador Paim o conhece também – o Presidente da Afrobras, Sr. José Vicente. A Afrobras é uma das mais importantes escolas do País, uma das mais importantes faculdades, onde existe o maior percentual de estudantes negros, brilhantes. Trata-se de um trabalho muito importante que a Afrobras faz. Sem educação não há liberdade. O Sr. José Vicente esteve conosco, e é muito importante que seja registrada a sua presença.

Tem a palavra V. Exª, Senador Eduardo Azeredo, pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Srª Presidente Senadora Heloísa Helena,

quero abordar aqui um assunto da maior relevância para o País, principalmente se considerarmos os últimos acontecimentos que acabaram por colocar em xeque as relações entre o governo nacionalista de Evo Morales, na Bolívia, e o Governo brasileiro nas questões de gás natural.

Conforme matéria “Busca por gás dispara em Minas”, publicada no último domingo, 5 de novembro, pelo jornal Hoje em Dia, de Belo Horizonte, “os resultados preliminares dos levantamentos aerogeofísicos indicam a existência de estruturas geológicas com grande potencial para a existência de gás natural ou até mesmo petróleo”, afirma Marcelo Fonseca, Diretor da Oil M&S Brasil, companhia Argentina que arrematou 22 blocos no leilão realizado pela ANP, na Bacia do São Francisco.

A partir de bases em Montes Claros, no norte de Minas, Araxá, no Alto Paranaíba e Belo Horizonte, região central, cerca de 30 especialistas, alguns internacionais, com experiência em bacias proterozoicas esquadrinharam 65mil quilômetros quadrados correspondentes aos 22 lotes da empresa e reforçaram as análises preliminares quanto ao grande potencial da área.

O potencial estimado preliminarmente é de 3 trilhões de metros cúbicos de gás natural.

No leilão de lotes exploratórios realizado em 2005 pela ANP foram colocados em oferta 126 mil quilômetros quadrados de 43 blocos da Bacia do São Francisco, arrematados pelos seguintes consórcios: Petrobras/ British Gas Energy, 6 blocos, R\$9,7 milhões; Orteng/ Logos Eng./Codemig/Del Eng., 22 blocos, R\$220,2 mil e Tarmar, 1 bloco, R\$83 mil.

Apenas pelo bloco T-102 a estatal brasileira ofereceu R\$5,7 milhões, numa nítida estratégia de aquisição de áreas específicas, num total de seis blocos de 17,7 mil quilômetros quadrados, planejando perfurar o primeiro poço exploratório na região em 2008, antecipando em quase três anos o prazo limite previsto pelas regras de concessão de lotes exploratórios.

Pretende a Petrobras investir até o final de 2007 nessa região aproximadamente US\$21 milhões em pesquisas na Bacia do São Francisco, confirmando as hipóteses levantadas por um estudo realizado pela empresa mineira Geobrás e divulgado, em outubro de 2005, pelo jornal Hoje em Dia.

Confirmadas as previsões, segundo dados da ANP, as atuais reservas de gás natural do Brasil, que hoje perfazem um total de 306,4 bilhões de metros cúbicos,

bicos, aumentariam em 10 vezes, passando para 3,3 trilhões, o que colocaria o Brasil entre os principais produtores de combustível do mundo.

Outro fato a ser salientado é que a descoberta de jazidas comerciais de gás natural ou petróleo na Bacia do São Francisco poderá alterar positivamente as economias local e regional, de acordo com o diretor técnico da Orteng, José Luiz Aguiar, uma vez que será necessário construir plantas de tratamento de combustível e infra-estrutura de conexão com os centros de consumo e “dependendo da quantidade, seria necessário um gasoduto”, ligando aos grandes centros consumidores.

E por fim, a região seria extremamente beneficiada com o recebimento dos *royalties*, cujo cálculo é feito em base na produção mensal dos campos de petróleo ou gás, em preços internacionais, cotados em dólares americanos.

A alíquota dos *royalties* pode variar entre 5% a 10% da produção.

Nos campos em terra, da parcela de até 5%, 70% vão para os estados, 20% para os municípios produtores e 10% para os municípios com instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural.

Da parcela que ultrapassa os 5%, os estados produtores recebem 52,5% e não 70%, enquanto 25% vão para o Ministério de Ciência e Tecnologia, 15% para os municípios produtores e 7,5% para os demais municípios afetados pela atividade de embarque e desembarque.

Essas são as regras que funcionam hoje para a exploração de gás e petróleo.

Para ilustrar a magnitude dessa receita, em 2005, foram distribuídos em *royalties* sobre a produção de petróleo e gás natural R\$6.200 bilhões de reais, dos quais, quase R\$2 bilhões para os Estados; os outros R\$2.110 bilhões para os municípios, R\$1.699 bilhões para a União e R\$ 411 milhões para o Fundo Especial, que rateia *royalties* entre Estados e territórios não produtores.

Diante do exposto, Srª Presidente, Srs. Senadores, fica clara a importância da Bacia do São Francisco, conforme as matérias que vou deixar também junto ao meu discurso e que dizem: “Busca por gás dispara em Minas”; “Petrobras quer abrir poço em Minas até 2008”; “Viabilidade econômica do gás da região é a incógnita”; “A esperança de emprego e medo de invasão dividem a comunidade”; “Jazidas podem impulsionar a economia”. São matérias muito completas que mostram

a importância que poderá ter para o norte de Minas essa possível exploração de gás.

Torcemos para que realmente as perspectivas sejam positivas. Essa região de Minas é exatamente a mais necessitada, onde temos o IDH mais baixo, onde as carências são maiores. Então, no norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha, que são as regiões mais necessitadas, neste caso, na Bacia do São Francisco, teríamos, portanto, uma exploração de gás natural de grande importância, inclusive para garantir autonomia e total independência do País no tocante ao gás natural.

Quero ainda registrar aqui a constante luta por essa exploração de gás natural do ex-Deputado Federal Genival Tourinho, que é natural do norte de Minas e que sempre me alertou para essa questão da importância de estarmos levantando sempre, junto à ANP, junto à Petrobras, a exploração desses campos de gás. Já existe um afloramento de gás na cidade de Montalvânia, na própria região de Januária. Em toda essa região, temos já sinais claros da existência do gás; o que falta é exatamente quantificar e levantar se é realmente explorável comercialmente e economicamente.

O ex-Deputado Genival Tourinho, como uma pessoa sempre ligada a essa região do norte de Minas, disse-me que não poderia, de maneira alguma, deixar de estar dentro dessa luta, e o faço com muito prazer, já que o norte de Minas é uma região, como eu disse antes, que necessita muito da ação pública, e a presença de um manancial de gás, uma exploração de gás natural na região iria trazer, realmente, uma modificação muito grande para toda a população local.

Srª Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria citada, que encaminho agora, seja considerada parte integrante deste pronunciamento, desejando que possamos ter sucesso na exploração do gás em Minas Gerais e que isso ajude o Brasil a ficar mais independente e não sujeito à decisão pessoal de Evo Morales e outras questões que estão acontecendo no caso da Bolívia.

Muito obrigado, Srª Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM  
SEU PRONUNCIAMENTO**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**AVANÇO** Levantamentos iniciais reforçam otimismo dos vencedores do leilão da ANP para pesquisa na Bacia do São Francisco

# Busca por gás dispara em Minas

**RAFAEL SÁNIO**  
REPÓRTER

**U**m ano após o leilão de áreas de concessão para a pesquisa de petróleo e gás natural na Bacia do São Francisco, que abrange 126 mil quilômetros quadrados das regiões Centro-Oeste, Noroeste e Norte de Minas Gerais, começam a surgir novos indícios de que os moradores dos 153 municípios da área - alguns extremamente pobres - podem estar sobre uma das maiores riquezas naturais do planeta. Conforme Marcelo Fonseca, diretor da argentina Oil M&S Brasil, companhia que iniciou pesquisas nos 22 lotes que arrematou na Bacia do São Francisco em 17 de outubro do ano passado, há motivos para otimismo. "Uma primeira análise dos dados, recentemente adquiridos reforçou nossa convicção quanto ao grande potencial da bacia", revela.

As pesquisas da Oil M&S estão em fase preliminar, mas já foram coletados dados por meio de sensores especiais instalados em aviões. A partir de bases em Montes Claros, no Norte de Minas, Araxá, no Alto Paranaíba; e Belo Horizonte, na região Central, cerca de 30 especialistas contratados pela companhia esquadriňaram, por via aérea os 65 mil quilômetros quadrados correspondentes aos 22 lotes da empresa.

E o que os técnicos da Oil M&S detectaram do alto foi mais do que suficiente para insuflar o otimismo na companhia. Conforme Fonseca, os resultados preliminares dos levantamentos aerogeofísicos - feitos de aviões - indicam a existência de estruturas geológicas com grande potencial para a existência de gás natural ou até mesmo petróleo. "Apesar da limitação de informações mais detalhadas existentes, com base nos poucos dados que temos e considerando o grande número de emanações de gás que ocorrem por toda a área de concessão, a Oil M&S Brasil tem confiança no grande potencial dessa bacia", afirma o executivo. Ele ressalta que esta é a visão técnica não só da equipe da Oil M&S, como de especialistas internacionais com experiência em bacias proterozoicas.

De acordo com Fonseca, os aerolevantamen-

## OURO NEGRO

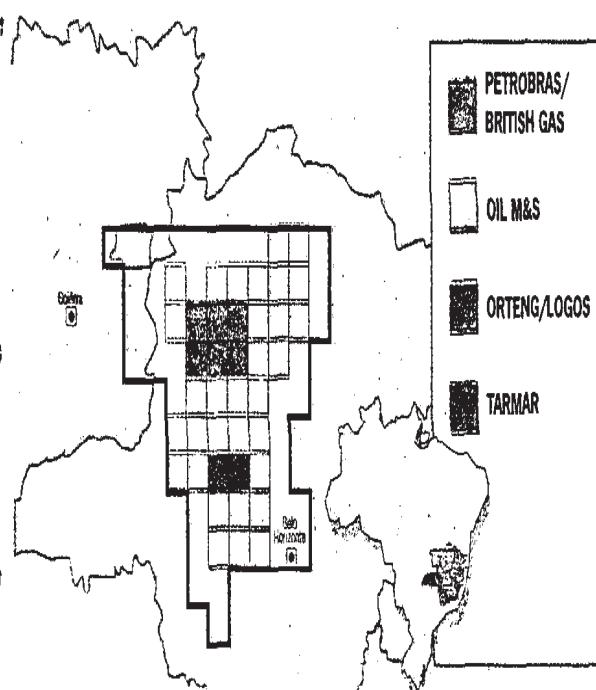
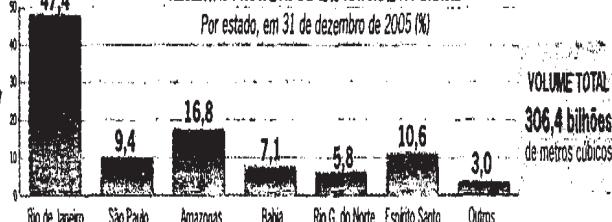
Quem apostou na Bacia do São Francisco

### VALOR PAGO PELO DIREITO DE PESQUISA Por empresa

Petrobras/British Gas	Oil M&S	Orteng/Logos, Engenharia/Codernig /Delp Engenharia	Tarmar	Geobrás
R\$ 9,7 milhões, por seis blocos	R\$ 220,2 mil, por 22 blocos	R\$ 22,5 mil, por um bloco	R\$ 83 mil, por um bloco	Desclassificada após o leilão, tinha oferecido R\$ 1,9 milhão por nove blocos

### RESERVAS PROVADAS DE GÁS NATURAL NO BRASIL

Por estado, em 31 de dezembro de 2005 (%)



tos - que mediram variações de campo magnético (aeromagnetometria) e gravitacional (aerogravimetria) - foram concluídos em outubro, após detalhado planejamento realizado em junho. "Iniciamos agora a terceira fase, o processamento dos dados adquiridos. Em seguida passaremos para a última fase desse primeiro programa, que será a interpretação dos dados", planeja. "Nossa expectativa é concluir essas duas fases ainda até o final de 2006. Com isso, seremos a primeira empresa a concluir o Programa Exploratório Mínimo (PEM) antes do primeiro ano de vigência do contrato de concessão."

A perfuração de poços, porém, que confirmaria a existência de reservas com potencial comercial, ainda não foi incluída no cronograma da Oil M&S. De acordo com Fonseca, após a interpretação dos dados do aerolevantamento, será possível identificar áreas com maior potencial exploratório, nas quais serão feitas pesquisas sísmicas - geram um perfil do subsolo - a partir do ano que vem, com a posterior definição de um programa de perfuração de poços.

Os sinal promissores identificados pela Oil M&S reforçam a hipótese levantada por um estudo mais antigo, realizado pela mineira Geobrás antes do leilão de áreas da Bacia do São Francisco, e divulgado em primeira mão pelo HOJE EM DIA em outubro de 2005, de que a região teria reservas de gás da ordem de três trilhões de metros cúbicos. A se confirmar esta possibilidade, as reservas provadas de gás natural do Brasil, hoje de 306,4 bilhões, conforme dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), aumentariam em dez vezes, o que colocaria o país entre os principais produtores do combustível no planeta.

A Geobrás participou do leilão com ofertas vencedoras para nove blocos da Bacia do São Francisco, mas foi desclassificada por não apresentar documentos exigidos na licitação. As nove áreas arrematadas pela empresa poderão ser leiloadas novamente pela ANP, mas não há data marcada.

**PRESSA** Prazo para perfuração antecede em três anos o limite previsto na concessão de lotes na Bacia do São Francisco

# Petrobras quer abrir poço em MG até 2008

**RAFAEL SÁNCHIZ**  
REPÓRTER

**E**nquanto executivos da argentina Oil M&S Brasil estão otimistas com os estudos realizados na Bacia do São Francisco, o consórcio Petrobras/British Gas Energy, que arrematou seis blocos com área de 17,7 mil quilômetros quadrados na licitação do ano passado, planeja perfurar o primeiro poço exploratório na região em 2008. A abertura do poço antecede em quase três anos o prazo limite previsto pelas regras da concessão de lotes exploratórios.

Conforme as cláusulas do contrato firmado junto à Agência Nacional do Petróleo (ANP), as companhias têm até quatro anos para a primeira etapa de exploração, que envolve pesquisas geológicas e geofísicas, por exemplo. Após esta fase, devem decidir se perfuram poços exploratórios nos blocos arrematados ou se devolvem a concessão à ANP.

E o Brasil tem pressa de encontrar gás natural em seu território. Depois do imbróglio provocado pelo governo nacionalista do boliviano Evo Morales, que colocou em xeque o abastecimento de gás natural importado da Bolívia para o Brasil, esta se tornou uma questão premente.

Conforme a empresa, até o final do ano que vem serão aplicados US\$ 21 milhões na pesquisa inicial da Bacia do São Francisco, que será concluída ao longo de 2007. Até o momento, a Petrobras reali-

zou apenas uma pesquisa geológica de campo na Bacia do São Francisco e todos os trabalhos estão centralizados no Rio de Janeiro. A partir do ano que vem, quando a Petrobras iniciará pesquisas sísmicas, uma equipe deverá ser deslocada para a região por seis a nove meses, dependendo da quantidade de dados que será adquirida.

A Petrobras já tem experiência com a Bacia do São Francisco, pois realizou as primeiras pesquisas na área no final da década de 70, devido à existência de emanações de gás natural na superfície do solo. Conforme a companhia, até 1997 foram investidos US\$ 29 milhões na região, com levantamento de 2.815 quilômetros de dados sísmicos e perfuração de quatro poços exploratórios.

Os trabalhos, contudo, não foram conclusivos. Há quase dez anos, a Petrobras teve que suspender as pesquisas na região, pois a nova Lei do Petróleo, que entrou em vigor em agosto de 1997, estabeleceu que as companhias só poderiam fazer pesquisas em áreas concedidas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

No leilão de lotes exploratórios do ano passado, quando a ANP colocou 126 mil quilômetros quadrados de 43 blocos da Bacia do São Francisco em oferta, a estatal con-

centrou os maiores lances em seis blocos, em uma nítida estratégia de abocanhar áreas específicas. O destaque ficou por conta do bloco T-102, pelo qual a Petrobras ofereceu R\$ 5,7 milhões.

## Orteng está em fase preliminar

As pesquisas do consórcio Orteng estão em fase preliminar. Conforme o diretor José Luiz Aguiar, no mês passado foi realizado um seminário com geofísicos e geoquímicos para análise dos dados existentes. Em janeiro, outro seminário dará a partida a novas pesquisas, como levantamento geofísico da região e pesquisas sísmicas - que permitem identificar o perfil do subsolo.

Até agora, o consórcio Orteng investiu US\$ 300 mil na Bacia do São Francisco, e há mais US\$ 600 mil já aprovados no orçamento. Além da Orteng, o consórcio conta com a participação da estatal Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemig) e das empresas privadas Logos Engenharia e Delp Engenharia Mecânica. A pesquisa envolve investimentos pesados.

**AGUIAR:** não se sabe se a exploração de gás será viável

pesquisa envolve investimentos pesados.

## Viabilidade econômica do gás da região é a incógnita

Que o gás natural existe na Bacia do São Francisco, não se discute. Conforme José Luiz Aguiar, diretor técnico da Orteng, que lidera um consórcio de empresas novatas na exploração de petróleo e que detém um dos lotes exploratórios da região, é certo que houve formação de gás natural no subsolo há milhões de anos. O que falta determinar, detalha, é a viabilidade comercial da potencial reserva existente, o que justificaria investimentos milionários em poços e infra-estrutura de transporte, como

gasodutos.

A comprovação da existência de gás natural na área são as emanações que ocorrem em vários pontos, em terra e na água. Em alguns lugares, as bolhas de gás geradas no fundo de lagoas e rios dão aparência de fervura à água.

No bloco exploratório arrematado pela Orteng na Bacia do São Francisco, perto do Rio Indaiá, no município de Mora da Nova, não é diferente. Conforme Aguiar, é exatamente no leito do rio que se formam bolhas. "As emanações existem há

séculos", afirma. "O que precisamos saber é se há reservatório com potencial comercial. Pode ser que o que sai hoje seja o final de um gás que vazou todo."

De acordo com Aguiar, os estudos realizados na área precisam determinar a possibilidade de existência de uma "armação", que teria aprisionado o gás natural em um bolsão no subsolo. Essa estrutura geológica teria o formato de um cone e seria composta por material impermeável capaz de impedir a fuga para a superfície do cobiçado combustível.

## Esperança de emprego e medo de 'invasão' dividem a comunidade

GIRLENO ALENCAR  
DA SUCURSAL

**S**ANTA FÉ DE MINAS - As 45 famílias que residem na comunidade de Remanso do Fogo, na zona rural de Santa Fé de Minas, às margens do Rio Paracatu, Norte do Estado, estão divididas sobre as perspectivas de exploração das reservas de gás natural e, eventualmente, até de petróleo. Enquanto alguns se animam com a expectativa de melhorar de vida, com os empregos e benefícios que poderiam ser gerados pelos investimentos, outros temem a perda da tranquilidade de que desfrutam, em consequência da invasão de profissionais para atuar na exploração das reservas.

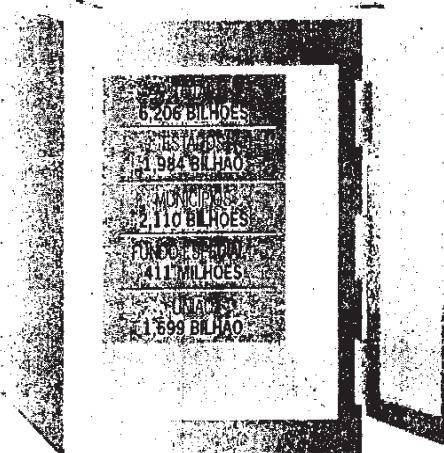
'Remanso quer dizer tranquilidade, e o local sempre foi sinônimo de paz. Tememos perder esta condição', sintetiza Anália Ribeiro da Cruz, única professora da comunidade. 'Temos que ter consciência de que não temos pessoas capacitadas para trabalhar na exploração do gás e que a consequência direta é que os moradores daqui serão desapropriados e retirados para dar espaço à exploração', diz a professora.

Ela é contestada pelo pescador Salvandir Barbosa Santos, o Dinho, 38 anos, que vive a expectativa de os investidores chegarem a galope, 'trazendo o progresso e dando empregos para todos'. Principal guia para quem pretende conhecer as emanções de gás em Remanso do Fogo, Dinho garante que o produto é abundante na região. 'Nós já montamos um trend aqui, que é formado por quatro tijolos e uma gradinha e colocamos fogo, servindo para fazer café e cozinhar o feijão', conta o pescador. 'colocamos fogo, servindo para fazer café e cozinhar o feijão', conta o pescador.

Menos otimista, o pai do pescador, Odorico Barbosa dos Santos, 72 anos, há 61 morando na região, lamenta

### COFRE CHEIO

Distribuição de royalties sobre a produção de petróleo e gás natural



ROYALTIES POR ESTADO (R\$, 2005)

Amazonas	143 milhões
Ceará	13,9 milhões
Rio Grande do Norte	181 milhões
Alagoas	34,8 milhões
Sergipe	74,6 milhões
Bahia	148,1 milhões
Espírito Santo	57,2 milhões
Rio de Janeiro	1.318 bilhão
São Paulo	4,1 milhões
Paraná	8,6 milhões

### PAGAMENTOS A PROPRIETÁRIOS DE TERRA\*\*

ESTADO	PROPRIETÁRIOS REGULARIZADOS	PAGAMENTO TOTAL (R\$, EM 2005)
Amazonas	42	5,3 milhões
Ceará	1	23,4 milhões
Rio Grande do Norte	306	16 milhões
Alagoas	3	434,7 mil
Sergipe	97	6,5 milhões
Bahia	604	27 milhões
Espírito Santo	120	6,1 milhões
Total	1.173	84,9 milhões

\* Fundo a ser distribuído entre todos os Estados, territórios e municípios

\*\* Participação sobre a produção de petróleo e gás natural. Os valores indicados como pagamento total referem-se a propriedades regularizadas (pagamento aos proprietários) e não regularizadas (depósito em poupança)

FONTE: ANP

EDITORIA DE ARTE

que, até o momento, não tenha havido interesse na exploração das reservas. 'Muitas vezes, veio gente da Petrobras aqui para sondagens. Ele abriu buracos na área de Pé do Morro, Vale das Aroeiras e entre Arinos e Cachoeira da Manteiga, mas nada fizeram depois disso', conta.

O comerciante Angenor José dos Santos, 55 anos, sempre foi cético quanto à possibilidade de exploração de gás em Remanso do Fogo, pois considera que o difícil acesso espanta os investidores. No entanto, ele acredita que a crise gerada pela nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia, que afetou as operações da

Petrobras no país, levará a estatal brasileira a priorizar as reservas da Bacia do Rio São Francisco. Com a licitação feita pela Agência Nacional de Petróleo para a pesquisa e exploração de gás e petróleo na região, ele espera que finalmente a região atraia investimentos, o que seria a oportunidade para ampliar seu comércio.

Expectativa semelhante tem o vendedor Antônio Cardoso Neto, que vive em Jafra e, uma vez por mês vai a Remanso do Fogo oferecer de brinquedos a remédios. Assim que as primeiras estruturas para a exploração de gás forem montadas, ele pretende se mudar definitivamente

para o local. Na última quinta-feira ele foi até o leito do rio onde ocorre as emanações naturais do gás e ficou impressionado com o que viu.

### Fuga planejada

Já Carlos Alberto Borges de Assis, que mora em Orlândia (São Paulo) e tem sítio em Remanso do Fogo, traça a perspectiva contrária. Se as explorações começarem, a idéia é vender o sítio, usado para o descanso de fim de semana, adquirido em nome do sossego da região. 'Muitas pessoas virão trabalhar e, entre elas, pode vir algum feijão carunchado que pode prejudicar toda comunidade', teme.

## Jazidas podem impulsionar a economia

A provável descoberta de jazidas comerciais de gás natural ou petróleo na Bacia do São Francisco poderá alterar as economias local e estatal. Conforme o diretor técnico da Orteng, José Luiz Aguiar, se for encontrada alguma jazida com valor comercial, será necessário construir plantas de tratamento do combustível e infra-estrutura de conexão com os centros de consumo. "Dependendo da quantidade, seria necessário um gasoduto", observa.

A expectativa do diretor da Orteng é de que mais provavelmente a Bacia do São Francisco tenha um depósito gasífero, sem ocorrência de petróleo. O gás natural é encontrado na natureza associado ou não ao petróleo. Quando associado, está dissolvido no óleo sob a forma de capa de gás.

Além da infra-estrutura, a região receberia também os royalties - compensação - pela extração. De acordo com a Agência Nacional do Petróleo, o cálculo dos royalties é

feito com base na produção mensal dos campos de petróleo ou gás, preços internacionais e cotação do dólar.

A alíquota dos royalties pode variar entre 5% e 10% da produção. Nos campos em terra, da parcela de até 5% da compensação, 70% vão para os estados, 20% para os municípios produtores e 10% para os municípios com instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural. Da parcela acima de 5%, os estados produtores recebem 52,5%, enquanto 25% vão para o Ministério de Ciência e Tecnologia, 15% para os municípios produtores e 7,5% para municípios afetados por operações nas instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural.

Em 2005, foram distribuídos R\$ 6,206 bilhões em royalties sobre a produção de petróleo e gás natural. Deste total, R\$ 1,984 bilhão foram para os estados, R\$ 2,110 bilhões para os municípios e R\$ 1,699 bilhão para a União. O Fundo Especial, que rateia os

royalties entre estados e territórios não produtores, recebeu R\$ 411,1 milhões.

Não por acaso, o Rio de Janeiro, que detém expressivas reservas de petróleo e gás natural do país, ocupa a segunda colocação no ranking das economias estaduais.

Um dos casos emblemáticos do impacto da indústria petrolífera sobre a economia local está em Macaé, no Norte Fluminense. Conforme a prefeitura da cidade, desde que o município foi escolhido pela Petrobras para sediar as operações na Bacia de Campos, na década de 70, houve um salto de crescimento.

A prefeitura de Macaé registra que 4 mil empresas se instalaram no município, a população cresceu três vezes e houve implantação de hotéis de luxo na cidade. Conforme informações da prefeitura, a economia local cresceu 600% desde 1997. Hoje, Macaé tem um PIB per capita de R\$ 11 mil por habitante, cerca de 30% acima da média nacional.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr<sup>a</sup> Presidente, peço a palavra pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, amanhã é 15 de novembro, então gostaria de relembrar aqui Deodoro, a República, e prestar uma homenagem a V. Ex<sup>a</sup>, que representa Alagoas. Deodoro veio de lá, como também Marechal Floriano, depois o Presidente Collor, e agora Alagoas nos deu Aldo e a primeira mulher que teve coragem de se candidatar, acreditando na República

e no povo. Talvez esta tenha sido a mais bela página de Alagoas de todos os tempos.

Mas não poderia deixar de falar do nosso Piauí, com todo o respeito ao Senador Azeredo, que aqui está. Sei do **Libertas Quae Sera Tamen**. Sei do sacrifício de Tiradentes, assim como desse povo bravo, os gaúchos, aqui tão bem representados pelos três Senadores, Sérgio Zambiasi, Pedro Simon e o nosso Martin Luther King, Paulo Paim. Não podíamos retirar da História porque a História não se faz em um dia: Bento Gonçalves, nos Farrapos, dez anos de luta e de glória; e traíram os negros, porque prometeram libertá-los. Mas os Lanceiros Negros mostraram a bravura e foi o começo.

Atentai bem, Brasil: sessão presidida pela Senadora Heloísa Helena, igualando-se ao Deodoro da Fonseca, ao Floriano Peixoto e aos outros, está aí na Presidência.

Mas o Piauí também tem que ser respeitado. Tudo começou na França, com “liberdade, igualdade, fraternidade”, em 1789. Dezessete anos antes, na capital do Piauí, Teresina, havia um jornal **A Ordem**, como na bandeira. Ele mudou o nome para **Oitenta e Nove**. Dezessete anos antes! O jornal circulou em Teresina, circulou no Brasil, obra de um profeta da República, o jornalista piauiense David Caldas.

Senadora Heloísa Helena, foi justamente 17 anos depois, em 15 de novembro de 1989. Mas já havia um jornal em Teresina, o **Oitenta e Nove**, para o que o povo brasileiro se inspirasse na coragem do povo de França, que foi às ruas gritando “liberdade, igualdade e fraternidade”. Caíram os reis, o absolutismo, e surgiram os Poderes Legislativos, Judiciário e Executivo. Essa é a democracia e a República. O governo do povo para o povo e pelo povo.

O profeta da República foi o jornalista piauiense David Caldas. Homenagem aos que fazem e aos que acreditam na República, que hoje vive um dos grandes dias, quando, neste instante grandioso do Poder Legislativo, ocupa a Presidência esta beleza de mulher, a Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a generosidade e a delicadeza de V. Ex<sup>a</sup>, meu querido companheiro Mão Santa.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, será menos de um minuto.

Recebi agora um telefonema do Chefe de Gabinete do Vice-Presidente José Alencar, por quem sei que V. Ex<sup>a</sup> tem um carinho muito grande. Ele nos comunicou que o Vice-Presidente foi operado durante cinco horas e nos deu a boa notícia de que, conforme o resultado apresentado aos familiares pelos médicos, a operação transcorreu normalmente, tendo sido um sucesso absoluto. Ele disse ainda que calcula que, já na próxima semana, o Vice-Presidente estará no nosso País.

Neste momento, aproveito para falar com V. Ex<sup>a</sup>, que foi colega dele aqui durante muitos e muitos anos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Fui sua vizinha de gabinete e, independentemente de ele ser Senador ou Vice-Presidente da República, sempre fui tratada com carinho e delicadeza por ele e por sua esposa, Marisa. Com certeza, são

duas pessoas muito, muito especiais. Tem toda a razão V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Ao fazer esta consideração, com todo o respeito e carinho que tenho pela Câmara dos Deputados, digo: devagar lá com a discussão, porque o Vice-Presidente volta. Ele está muito bem, graças a Deus. Eles terão a oportunidade necessária, quem sabe, daqui a alguns anos, em um rodízio natural, sem que haja falta de uma pessoa tão querida para todos nós como é o Vice-Presidente José Alencar.

Provoquei a fala de V. Ex<sup>a</sup> porque sei também do carinho que tem pelo nosso Vice-Presidente. Ao mesmo tempo, fiz uma brincadeira com a Câmara, porque acho que é um momento de alegria. Nessa alegria, então, faço este registro de que a operação do Vice-Presidente José Alencar foi um sucesso, para o bem dele, de seus familiares e do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Senador Almeida Lima, a Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Papaléo Paes, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Leonel Pavan, Juvêncio da Fonseca, Arthur Virgílio, Marcos Guerra e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Involução?”, de autoria do economista Gustavo Loschpe, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 24 de outubro do corrente.

O autor, em seu artigo, trata do “momento de involução” que o Brasil enfrenta com o governo do Presidente Lula. Para o autor, “com um Parlamento cooptado e uma população seduzida por migalhas, caminhamos rumo à estagnação econômica e ao retrocesso sociopolítico”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo de autoria do economista Gustavo Loschpe seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**Gustavo  
joschpe**

## Involução

SER HUMANO em geral e as vítimas da historiografia marxista (os brasileiros) em particular temos a tendência a acreditar que estamos numa evolução constante e que o progresso é inevitável. Mas essa esperança não é comprovada pela experiência histórica. Acredito estarmos passando agora por um momento de involução. Que parece programada para continuar.

O viés ideológico que fundou e animou o PT deixou de ser aplicável no começo dos anos 90. Lula se deu conta em 2002, e propôs um programa que era a negação de suas idéias dos 20 anos anteriores. Aproximou-se do centro para poder ser eleito e governar. Porém, não conseguiu gerar um projeto alternativo de país para preencher o vácuo que se instalara.

O projeto de governo foi substituído por um projeto de poder. E, com a voracidade de quem amargou 20 anos de ostracismo, parece ser um projeto de poder a qualquer custo. Esse programa se desenvolve em duas frentes: a programática e a institucional.

Na parte programática, vemos a criação de uma série de iniciativas destinadas a gerar melhorias de curto prazo nos setores tradicionalmente abandonados da sociedade, cujo voto é de obtenção fácil e barata. Nestes enquadraria a expansão do Bolsa Família, o ProUni, os programas de agricultura familiar etc. Seu ponto em comum é lidar com a pobreza sem chegar às causas, garantindo sua reprodução ad eternum.

Pobreza se resolve com crescimento econômico e geração de empregos. Isso demanda melhoria de capital humano, investimento em infra-estrutura e melhorias do sistema jurídico, entre outras variáveis. Acesso à universidade se dá com melhorias na educação básica, não com cotas. Mas não seriam essas medidas positivas? Sim, se viessem acompanhadas das reformas estruturais que fazem com que a geração seguinte não mais precise delas.

Atualmente, ocorre o oposto: as pequenas vantagens se financiam via aumento do tamanho do Estado, que prejudica o desenvolvimento. Os pequenos ganhos de hoje se dão às custas de perdas futuras. E o sucesso eleitoral da tática garante sua permanência.

Se não bastasse essa aridez programática, vem ainda o segundo eixo, de golpeio às instituições. Dinheiro público foi usado para comprar o Congresso, eliminando a relação de independência que deve existir entre os Poderes.

Aparentemente o mesmo dinheiro foi usado para comprar, de um criminoso, um dossier que visava começar a campanha de destruição das lideranças da oposição. Já houve projetos de controle de jornalistas, do audiovisual. Agora já se fala de "democratização" da mídia e reforma constituinte.

Os dois eixos somam-se para criar um programa que desidrata a democracia de suas funções vitais, mantendo-a em existência apenas nominal. Com um Parlamento cooptado e uma população seduzida por migalhas, caminhamos rumo à estagnação econômica e ao retrocesso sociopolítico.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO.** Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “País pode perder US\$11 bi em exportações”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 25 de setembro de 2006.

A reportagem destaca que a perda em receitas de vendas externas com queda de cotações internacionais de commodities pode chegar a 2,17% do PIB.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A  
SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## País pode perder US\$ 11 bi em exportações

38,1%, em receitas de vendas externas com queda de cotações internacionais de commodities pode chegar a 2,17% do PIB.

Por enquanto, não há sinais claros de que o novo cenário da economia mundial vai ser de preços carentes para as matérias-primas

MARCELO BILH  
DA REPORTAGEM LOCAL

Ninguém se atreve, ainda, a projetar um futuro desastrosos para os mercados de matérias-primas, mas se os preços voltassem aos patamares de 2003, quando já havia começado a escalada de cotações que deu origem ao boom das commodities, o Brasil perderia pouco mais de US\$ 11 bilhões em receita de exportações, cifra equivalente a nada menos do que 2,17% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro.

brasileiro.

O boom das commodities, que já pode ter chegado ao fim se o nervosismo nos mercados internacionais conta para algo, ajudou o Brasil a ter um saldo 17% maior do que o que teria hoje caso os preços não tivessem disparado a partir de 2002.

sem disparado a partir de 2002. Os cálculos, feitos pela *Folha*, assumem a hipótese de que o Brasil exportaria, em média, a mesma quantidade de produtos que exportou no primeiro semestre deste ano, mas a preços de 2003.

Hipótese que pode não se concretizar no caso de um recuo forte nas cotações, mas que dá uma ideia da importância das exportações de matérias-primas para a economia brasileira.

No primeiro semestre deste ano, as receitas com vendas externas de commodities responderam por 40,9% das receitas totais de exportação do Brasil —ou aproximadamente 5,9% do PIB brasileiro. No mesmo período de 2003, essa proporção era de 38,8%.

Comparadas com as exportações dos seis primeiros meses de 2003, as vendas externas do primeiro trimestre deste ano cresceram 91%. Quase um terço desse crescimento é explicado apenas pelo aumento dos preços das commodities."

## ALTA DEPENDÊNCIA

Um biscoito é o resultado das exportações do Brasil no 3º semestre em comparação a 2003 se deve ao preço das commodities.



entre 2002 e 2005, foi praticamente só por causa dos chumbores que cresceu a procura mundial por produtos como chumbo, alumínio, estanho e zinco. russa que levou os economistas a advogar que a única saída do subdesenvolvimento era a industrialização. Da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e da Unesco.

**Mistério chinês**  
Assim, só se arrisca a prever o que ocorrerá com o preço das commodities quem já se arriscou pelo terreno das previsões a respeito da economia chinesa, ela vai crescer menos? O quanto menos?

No caso dos EUA, a preocupação, para quem quer saber o que vai acontecer não só com as commodities mas com a economia mundial, é saber quando acabará o período de maior prosperidade da economia norte-americana. Mais: é saber se ela acabará em um pouso suave

China anda bem e pouso suave nos EUA é sinal de crescimento menor do mundo. recuo não preocupante nos preços das commodities. "Hard landing" e problemas na China correspondem ao cenário de euforia para os exportadores

sastroso para os exportadores de matérias-primas.

Por enquanto, o ciclo de alta das cotações dos produtos básicos, junto com a discussão sobre seus preços, conseguiu ressuscitar um antigo debate. Os países que os exportam estão condenados a viver com as incertezas, oscilações e humores

**Flutuações**  
É verdade que o preço de todos os produtos flutuam, mas, mostra levantamento do Fundo Monetário Internacional, as flutuações tendem a ser mais aleatórias e acentuadas no caso das commodities, especial-

mente das agrícolas.

russa que levou os economistas a alegar que a única saída do subdesenvolvimento era a industrialização. Da Cepal (Comissão Económica para a América Latina), saiu a tese de que os exportadores de matérias-primas estavam condenados ao que os economistas então chamaram de deterioração dos termos de troca: os preços desses produtos *tendem a uma queda secular*, ainda que subam e desçam no curto e médio prazo, di-

zia Raúl Prebisch nos anos 50.

Bracolando em mudos, era preciso exportar cada vez mais para obter, em troca, a mesma quantidade de produtos cada vez mais caros. O poder de compra das exportações dos países exportadores de commodities, previa, tendia sempre piorar. José Antônio Ocampo, secretário-executivo da Cepal, estimou que, entre 1900 e 2000, as matérias-primas se

**Tropeços**  
"É um fato que o preço relativo das matérias-primas se deteriorou marcadamente durante o século 20", escreve o eco-

te o século 21, esteve aprovada a nomeação em trabalho publicado pela *Epoca*.

Os investidores tentam agora saber o que ocorrerá no século 21. Para alguns, a entrada de gigantes como China, Índia e Rússia no mercado mundial mudaram radicalmente as condições de procura, o que pode manter os preços altos por um bom tempo ainda, mesmo que

As últimas semanas foram de tropeços. Os preços das matérias-primas, petróleo incluso, caíram sem parar desde a primeira semana de setembro. Desde maio, quando o índice de commodities CRB, o mais popular no mercado financeiro, atingiu seu pico, eles já recuaram nada menos que 17%

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Impugnação moral e jurídica”, de autoria do ex-ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 21 de setembro do corrente.

O autor, em seu artigo, faz uma análise sobre a participação de membros do governo Lula e do Partido dos Trabalhadores no episódio da compra de dossiê com o intuito de prejudicar campanhas de candidatos do PSDB. Segundo Reale Júnior, “Está tudo podre no reino de Lula. Pessoas de pouca classificação moral e profissional, íntimas do presidente, têm as rédeas

ocultas do poder faz quatro anos. Pretendem a todo custo permanecer a comandar o país”.

Ainda para Reale Júnior, “Resta ao povo tomar-se de indignação e promover a impugnação eleitoral de quem não tem condição moral para nos governar”.

Sr. Presidente para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## Impugnação moral e jurídica

MIGUEL REALE JÚNIOR

**A** FORÇA intimidativa na sanção penal ou política busca refrear a reiteração do delito; a impunidade, pelo contrário, incentiva a praticar outro crime.

É o que se vê agora. Lula cheia um governo comprador sistemático de deputados, mas navega de braçadas nas pesquisas, convencido de que a “bolsa-voto” e a redução do preço do arroz apagam a consciência ética do povo brasileiro. Só essa dinâmica do comportamento delituoso pode explicar que pessoas de intimidade do presidente da República formem a quadrilha responsável pelo pagamento a um malandro por uma entrevista difamatória e mentirosa.

Assim, juntam-se Freud Godoy, figura-sombra de Lula desde 1980, que chegou a morar no Alvorada; Jorge Lorenzetti, churrasqueiro de Lula, comensal do Alvorada e protetor de membros da família do presidente; Oswaldo Bargas, secretário de Relações do Trabalho na gestão Berzoini e marido da secretária particular de Lula; e Berzoini, presidente do PT: a “cosa nostra” lulista.

Está tudo podre no reino de Lula. Pessoas de pouca classificação moral e profissional, íntimas do presidente, têm as rédeas ocultas do poder faz quatro anos. Pretendem a todo custo permanecer a comandar o país.

É patente o jogo sujo de pretender interferir no processo eleitoral por via da compra de acusações inverídicas a serem veiculadas pela imprensa, com impacto sobre o eleitorado.

É curioso notar que Lula, na quinta passada, dizia que 81% das investigações da PF, inclusive o caso sangue-suga, tinham origem no governo FHC, como que antecipando o que seria objeto da matéria da “IstoÉ”.

A impugnação moral de Lula é obrigatória, mais ainda pela farsa de

se mostrar indignado com a falcatrua industriada por pessoas de sua intimidade, por dirigentes de sua campanha e do PT, os únicos que poderiam amealhar quase R\$ 2 milhões em efetivo para pagar os Vedoin, líderes dos sanguessugas.

Ao lado da impugnação moral, há a impugnação jurídica. Estabelece o art. 67, IV, da lei nº 9.100/96, que constitui crime divulgar fatos que se sabe inverídicos, distorcer informações sobre partido ou candidato de forma a influir na vontade do eleitor,

### Resta, antes da impugnação jurídica, que pode se seguir à eleição, a impugnação eleitoral de Lula, sem moral para nos governar

sendo o delito agravado quando realizado por meio da imprensa.

Em obediência à Constituição Federal, que determina que se protejam a normalidade e a legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico e político, a lei complementar nº 64/90, estatui, em seu artigo 19 e parágrafos, que, na preservação da legitimidade das eleições, pode-se impugnar uma candidatura se comprovados o abuso do poder econômico ou poder de autoridade ou a utilização indevida de veículos de comunicação social em benefício de candidato ou partido.

Além de íntimos, os artífices da trama pertenciam à campanha de Lula: Lorenzetti é chefe do núcleo de reeleição; Oswaldo Bargas é responsável pelo programa de governo do candidato Lula; Berzoini, coordenador da

campanha e presidente do PT. Foi nessa condição que arquitetaram a entrevista falsa a órgão de comunicação, visando influir na vontade do eleitor. Por determinação da executiva do PT, houve a utilização de alta “quantia não contabilizada”.

O crime e as graves infrações eleitorais de abuso do poder econômico e político estão, de início, caracterizados, tanto que o TSE determinou a abertura de processo contra Lula.

Lembre-se, também, o abuso do poder de autoridade por ter sido a Polícia Federal orientada a mostrar dados do chamado “dossiê” para incutir a idéia da existência de fatos desabrigos contra Serra e Alckmin, ao mesmo tempo em que não veiculou (como seria habitual) imagens dos presos em São Paulo e do dinheiro apreendido, o que constituiu tratamento desigual com a finalidade de interferir na legitimidade e normalidade do pleito, configurando-se conduta típica de abuso do poder político. O ministro da Justiça reconhece a proibição de imagens do dinheiro para não abalar as eleições.

A distribuição ao PT das cartilhas da Secretaria de Comunicações da Presidência já constituiria abuso do poder político. Abuso surgido na semana passada. Assim, a impugnação jurídica da candidatura Lula tem pleno cabimento, para resguardo da ordem constitucional.

Resta ao povo, antes da impugnação jurídica, que pode se seguir à eleição, tomar-se de indignação e promover a impugnação eleitoral de quem não tem condição moral para nos governar. Crie vergonha, Brasil.

**MIGUEL REALE JÚNIOR**, 62, advogado, ex-ministro da Justiça (governo FHC), é professor titular da Faculdade de Direito da USP. Foi secretário da Segurança Pública (governo Montoro) e da Administração (governo Lula). Do Estado de São Paulo. É presidente do comitê financeiro da campanha de Geraldo Alckmin (PSDB).

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Privatização aumentou oferta de linhas fixas e tornou celular acessível”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 13 de outubro de 2006.

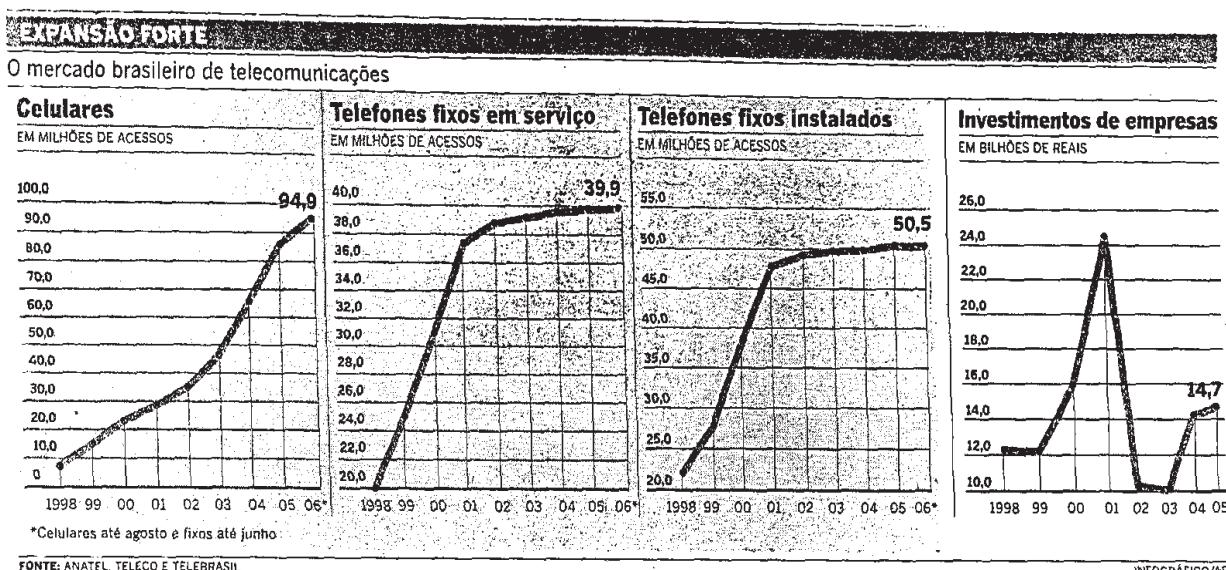
A matéria destaca que antes das privatizações do sistema Telebrás, em 1988, uma linha telefônica chegava a custar US\$ 10 mil, no mercado paralelo. O telefone fixo era considerado um bem e entrava na declaração de renda e celular era coisa de rico. Ainda segundo a matéria hoje, depois da privatização do

sistema, a situação é muito diferente. As operadoras de telefonia fixa tem mais de 10 milhões de linhas na prateleira a espera de um consumidor.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



\*Celulares até agosto e fixos até junho.

FONTE: ANATEL, TELECO E TELEBRASIL

INFOGRÁFICO/AE

## Privatização aumentou oferta de linhas fixas e tornou celular acessível

**Gerusa Marques**  
**Renato Cruz**

Antes da privatização do Sistema Telebrás, em 1998, uma linha telefônica chegava a custar US\$ 10 mil, no mercado paralelo. Quem quisesse comprá-la diretamente da estatal tinha que enfrentar filas para se inscrever no plano de expansão e esperar até seis anos. O telefone fixo era considerado um bem e entrava na declaração de renda. Celular era coisa de rico. Havia empresas que viviam de alugar linhas, aproveitando-se da escassez.

Hoje, a situação é muito dife-

rente. As operadoras fixas têm mais de 10 milhões de linhas na prateleira, à espera de um consumidor. Os telefones fixos em serviço dobraram de 1998 para cá, chegando a 39,9 milhões. No celular, o crescimento foi ainda maior. O Brasil passou de 7,4 milhões de assinantes na época da privatização para 94,9 milhões. Oitenta por cento são pré-pagos, modalidade que permite aos consumidores de baixa renda terem acesso à telefonia.

“Se a privatização não tivesse sido feita, hoje nós não atenderíamos à demanda e, provavelmente, os preços estariam al-

tos e as filas continuariam enormes”, afirmou o ex-ministro das Comunicações Juarez Quadros, último a ocupar a pasta durante o governo Fernando Henrique Cardoso. “Na época do Sistema Telebrás, nós até tínhamos capacidade de engenharia para os projetos e de produção de equipamentos, mas havia limitação de recursos.”

Outro problema enfrentado pela estatais era a forte interferência política. “No momento da privatização grande parte das empresas estava sob administração político-partidária”, relatou Quadros.

Desde a venda da Telebrás, entre 1999 e 2005, as telecomunicações receberam mais de R\$ 100 bilhões em investimento privados. Trata-se do único setor de infra-estrutura que não representa um gargalo ao crescimento econômico.

Luis Minoru Shibata, diretor-geral da consultoria Yankee Group para a América Latina, destacou que a privatização teve um impacto forte na redução de preços, principalmente do celular, e no aumento da qualidade. “Ela atraiu para o Brasil vários fabricantes mundiais de aparelhos e equipamentos de redes, que exportam”, disse Minoru. Somente no primeiro semestre, o Brasil vendeu ao exterior US\$ 1,306 bilhão em celulares. •

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Lorenzetti articulou compra do dossiê Vedoin, diz relatório da PF”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 21 de outubro de 2006.

Segundo a matéria, o delegado Diógenes Curado, da Polícia Federal, concluiu que o ex-coordenador do setor de inteligência da campanha do presidente Lula

à reeleição, foi o articulador da operação de compra do dossiê contra candidatos tucanos.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



# Lorenzetti articulou compra do dossiê Vedoin, diz relatório da PF

Conclusão é do delegado Diógenes Curado, em parecer parcial do inquérito entregue ontem à Justiça

**Sônia Filgueiras**  
**Vannildo Mendes**  
BRASÍLIA

A Polícia Federal concluiu que Jorge Lorenzetti, ex-coordenador do setor de inteligência da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição, foi o articulador da operação de compra do dossiê Vedoin. A conclusão está no relatório parcial entregue ontem pelo delegado Diógenes Curado ao juiz da 2ª Vara Federal de Mato Grosso, Jefferson Scheinmeyer.

De acordo com o texto, Lorenzetti coordenou os demais petistas que se envolveram na tentativa de compra do dossiê – monitorado para tentar estabelecer a

co do Brasil) e Bargas (ex-funcionário graduado do Ministério do Trabalho) também trabalhavam no setor de inteligência da campanha de Lula. Em 15 de setembro, Gedimar e Valdebran, caixa de campanhas do

PT em Mato Grosso, foram presos num hotel de São Paulo com R\$ 1,75 milhão que seria usado na compra do dossiê.

Em 15 páginas, o relatório detalha o plano para montagem, compra e divulgação do dossiê.

O texto descreve de forma sintética os depoimentos de dez pessoas relacionadas com o episódio e se refere à inquirição em que o próprio Lorenzetti admitiu ter sido o principal operador da ofensiva. “Ele disse que arti-

**CRÍSE**

## Todos os envolvidos

A Polícia Federal e a CPI dos Sanguessugas investiga os acusados de participação no caso dossiê Vedoin, que contaria acusações contra políticos tucanos. José Dirceu também será investigado

**Valdebran Padilha**

Também foi preso em São Paulo, no dia 15, com parte do R\$ 1,75 milhão que compraria o dossiê. Teria participado de reunião em São José do Rio Preto (SP) com Vedoin

**Hamilton Lacerda**

O ex-assessor da campanha de Aloizio Mercadante ao governo paulista é suspeito de ter levado o dinheiro até o hotel onde os petistas foram presos. Ele diz que carregava material de campanha

**Ricardo Berzoini**

O presidente licenciado do PT e ex-coordenador da campanha de Lula soube do encontro com a revista Época. “Negou saber da negociação para comprar dossiê

**Expedito Afonso Veloso**

Foi a Cuiabá para reunir dados para compor o dossiê. Não tinha função definida na campanha, mas havia se licenciado do cargo de diretor do BB para trabalhar na reeleição. Salu do banco

**Oswaldo Bargas**

Com Lorenzetti, foi a encontro com a revista Época. O ex-secretário do Trabalho fez parte da equipe que elaborou o programa de governo de Lula

**Jorge Lorenzetti**

Ex-chefe da área de inteligência da campanha petista, reuniu-se com a revista Época para oferecer denúncias contra tucanos. Assumiu responsabilidade pela negociação

**Gedimar Passos**

Foi preso com parte do dinheiro no dia 15 de setembro. Chegou a ir a Cuiabá para tratar da negociação do dossiê com Vedoin e envolveu Freud no esquema, mas depois recuou da declaração

**Freud Godoy**

O ex-assessor da Presidência e ex-segurança de Lula foi apontado como o mandante da operação, o que ele nega. Um dos acusados mudou sua versão e o inocentou

**José Dirceu**

O ex-ministro aparece na lista de ligações feitas por Lorenzetti. A PF ainda não sabe se tem alguma relação com a negociação do dossiê. Ele nega envolvimento

culou todos os contatos com a família Vedoin", registra o relatório, numa referência ao clã de empresários que cheia a máfia dos sanguessugas.

O documento serviu para o delegado da Polícia Federal pedir ao juiz mais prazo para concluir as investigações e sugerir novas diligências. Entre as recomendações, está a de que seja

tomado o depoimento do senador Aloizio Mercadante, candidato derrotado do PT ao governo de São Paulo.

Sem citar o nome, Curado também pede que seja ouvido o "responsável pela revista *Is-to-E*", que publicou uma entrevista na qual os Vedoin acusavam os tucanos de favorecer a máfia. A publicação é um produto da Editora Três, cujo editor e

diretor é Domingo Alzugaray.

Segundo o relatório, o dinheiro apreendido no hotel veio do PT e sua origem é "ilícita" – apesar disso, o texto não aponta os doadores dos recursos. O texto se refere a US\$ 110 mil, em cédulas numeradas repassadas pelo banco Sofisa a rede de doleiros, e já também de uma pequena parcela de R\$ 5 mil, identificada como vinda do bicheiro Antônio

Petrus Calil Calil, o Turcão.

Citado por Gedimar como a pessoa de quem partiu a ordem para que fosse feito o pagamento aos Vedoin, Freud Godoy, ex-assessor especial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não aparece nas conclusões do relatório. O texto registra apenas que, ouvido pela PF, Godoy negou envolvimento com o caso. •

**COLABOROU EXPEDITO FILHO**

## Velho amigo e churrasqueiro preferido nas festas de Lula

Lorenzetti tinha trânsito livre no Planalto e, em 2003, recebeu publicamente voto de confiança do presidente

Jorge Lorenzetti era chefe do núcleo de risco e mídia – setor de inteligência da campanha pela reeleição, a chamada "Abin do PT" –, mas seu envolvimento com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com a cúpula petista transcende as relações político-partidárias. Apontado como homem com trânsito livre no Palácio do Planalto, ele era também o churrasqueiro preferido do presidente nos principais encontros promovidos na Granja do Torto.

Diretor do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) desde março de 2005, Lorenzetti pediu licença do cargo em 1º de

agosto para integrar a campanha de Lula, em Brasília. A própria indicação dele para o cargo foi feita diretamente pela Presidência, mas depois que o escândalo do dossier Vedoin estourou o banco não quis confirmar se foi um pedido pessoal de Lula.

Coincidência ou não, o atual presidente do Besc, Eurides Luiz Mescolotto, é também um velho amigo de Lula e de Lorenzetti. Indicado pelo presidente para assumir o banco – que foi federalizado em 1999 –, Mescolotto é ex-marido da senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

Na primeira quinzena de julho o próprio Lorenzetti e Ideli foram recebidos em Brasília. No

encontro se discutiu, entre outras coisas, a criação de um comitê suprapartidário em Santa Catarina em apoio à reeleição.

A confiança de Lula em Lorenzetti não se restringia aos horários de lazer. Em 21 agosto de 2003, durante discurso, no lançamento do Pólo de Fruticultura da Amazônia, no município de Benevides (PA), Lorenzetti foi nominalmente citado por Lula como alguém em quem os presentes deveriam "confiar", como um bom homem de relações internacionais. Lorenzetti é conhecido entre os petistas como um exímio arrecadador de fundos internacionais.

Segundo um ex-petista que

participou da central e da campanha à Presidência de Lula em 1989, foi pela ligação de Lorenzetti com o presidente e com o ex-ministro José Dirceu que a CUT passou a se aproximar do PT e começou a buscar fundos internacionais para formação sindical. Enfermeiro por formação, Lorenzetti foi também o primeiro candidato a prefeito de Florianópolis pelo PT, em 1985.

Entre seus churrascos famosos está o oferecido por Lula ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, na transição de governo. Na ocasião, Lorenzetti viajou de Santa Catarina a Brasília para assar uma costela para o amigo Lula e convidados. •

**TRECHOS**

• **Dinheiro** - "Em todo esse caminho (dos dólares) não existiu mais controle das notas e, pior, começaram a surgir fraudes para esconder a real operação de compra de dólares, revelando os já conhecidos 'laranjas'"

• **Hamilton Lacerda** - "Era homem de confiança da campanha para governador de Aloizio Mercadante, candidato do Partido dos Trabalhadores. O dossiê, com certeza, visava alterar o rumo das pesquisas do eleitorado paulista, fazendo uma relação do candidato José Serra com a máfia dos sanguessugas"

• **Dissimulação de Lacerda** - "Está cada vez mais difícil acreditar na sua versão de que teria ido ao Hotel Ibis Congonhas para levar uma bolsa cheia de boletos de contribuição da campanha presidencial. Essas e outras dissimulações potencializam a curiosidade de todos sobre a origem do dinheiro. Se o numerário teria vindo de fonte lícita, por uma lógica simples, o dono já teria vindo reclamá-lo"

• **Dólares** - "Cerca de metade dos dólares eram notas novas e seriadas e a outra parte já mais antiga. Os reais eram em quase sua totalidade em notas usadas, muitas em valores pequenos. Tudo leva a crer que as notas não vieram de uma única origem"

• **Origem do dinheiro** - "Podemos dizer, sem medo de errar, que em todas as declarações,

depóimentos e interrogatórios juntados nos autos não se retira uma indicação sobre a origem do dinheiro"

• **Jorge Lorenzetti** - "Jorge Lorenzetti, pelo que se sabe até este momento, foi a pessoa que articulou no âmbito nacional a compra do dossiê. Pediu que Gedimar Passos fizesse o contato inicial com Valdebran Padilha, dando funções específicas a Expedito Veloso e Oswaldo Bargas. Pediu também que Gedimar fosse a São Paulo para receber o dossiê e entregar a Hamilton Lacerda. Tudo ao seu comando e, estranhamente, não sabia do dinheiro"

• **Reais** - "Quanto à origem dos reais, a situação se mostrou mais complicada, pois se sabe que pelo menos parte do dinheiro não seguiu o caminho do sistema financeiro formal"

• **Bicho** - "Temos fortes indícios, mostrados em relatório juntado aos autos, de que parcela do numerário veio do jogo do bicho carioca. A numeração constante nos dois tickets de somas encontrados com o dinheiro seriam pontos do jogo do bicho em Duque de Caxias e Campo Grande, no Rio de Janeiro. Já foram feitas algumas diligências, com buscas em bancas de jogo do bicho, havendo expectativa de se fazer outras".

• **Significado dos carimbos** - O número 118 é a identificação de uma banca de jogo do bicho no município de

Duque de Caxias, na Baixada fluminense. O número 119 seria a identificação da banca do jogo do bicho no bairro de Campo Grande, na zona oeste do Rio de Janeiro"

• **Valdebran sobre o dinheiro** - "Quanto ao dinheiro mostrado em imagens (câmeras do hotel) disse que a mala entregue por Hamilton a Gedimar era a que continha o dinheiro, a primeira parcela lhe foi entregue, não vendo nenhum boleto de contribuição de campanha"

• **Freud Godoy** - "Disse que não deu qualquer apoio às pessoas envolvidas"

• **Ricardo Berzolini** - "Disse que teria sido ele que convidou Jorge Lorenzetti para que ele fizesse análise de risco da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva. Em relação ao dossiê, disse que não tinha conhecimento prévio e que Jorge Lorenzetti tinha obrigação de comunicá-lo, o que não fez. Sobre o dinheiro apreendido, nada sabia antes. Depois da apreensão, questionou Lorenzetti e este teria respondido que não teve participação na negociação que envolvesse valores em espécie"

• **Hamilton Lacerda** - "Quanto à afirmação de Hamilton Lacerda, de que teria levado boletos de contribuição da campanha presidencial, Berzolini não soube responder por que ele estaria fazendo isso. E, pelo que sabe, não seria função do coordenador da campanha paulista"

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Serra: “Foi tiro no pé”, publicada no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 23 de setembro do corrente.

A matéria destaca que o Governador eleito de São Paulo, José Serra do PSDB, afirmou que o escândalo da compra, por parte de petistas, de um falso dossiê contra candidatos tucanos, tem uma novidade a cada

dia; “na verdade representou uma grande baixaria que foi arrumada pelo próprio PT”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## “SERRA: “FOI TIRO NO PÉ”

O candidato tucano ao governo paulista, José Serra, disse ontem que o dossiê contra ele e o presidenciável do PSDB Geraldo Alckmin, que seria comprado por 1,7 milhão por pessoas ligadas ao PT, foi um tiro no pé do partido adversário. Serra fez campanha em São Paulo e não quis falar muito sobre o caso do dossiê. “Esse escândalo tem novidade a cada dia. Na verdade, representou uma grande baixaria que foi arrumada e que representou um tiro no pé do próprio PT para alavancar uma candidatura que já ia mal”, afirmou Serra.

Apesar das críticas aos adversários, num ato falso, Serra mostrou que ainda não conta com a vitória do candidato a presidente Geraldo Alckmin (PSDB), da Coligação Por um Brasil Decente (PSDB-PFL), ao asseverar que vai liderar, como governador, se eleito, em 2007, um movimento para pressionar o governo federal em defesa da saúde. “Não vamos ter ilusão. Se a saúde continuar naufragando no plano federal, não vai haver no Brasil quem possa sobreviver com um atendimento decente. Nós temos de fazer uma grande mobilização. Temos de politizar esse assunto”, disse, em encontro com dirigentes de santas casas e de organizações sociais da área de saúde.

“Se não houver mudança nessa política, a saúde vai naufragar no Brasil, e tudo aquilo que nós conquistamos vai ser, simplesmente, engolido pela escassez de recursos e pelos escândalos. Como governador de São Paulo, já que espero ser eleito, vou estar à frente dessa luta”, prometeu, sem considerar a hipótese de uma eventual vitória de Alckmin.

**“Serra  
escândalo  
tem novidade  
a cada dia.  
Na verdade,  
representou  
uma grande  
baixaria  
que foi  
arrumada pelo  
próprio PT”**

**JOSÉ SERRA (PSDB),  
candidato ao governo  
de São Paulo**

Serra disse duvidar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva saiba quem são os ministros da Saúde, Esportes e Transportes. Ele perguntou à plateia, formada na maioria por profissionais da saúde, quem sabia o nome do ministro da Saúde, José Agenor Álvares da Silva. Poucos levantaram o braço. “Isso dá uma ideia de como a saúde foi para o segundo plano, não?”, questionou.

“Se um dia perguntassem, numa entrevista ao vivo, quem são os ministros de Esportes (Orlando Silva Júnior), Saúde e Transportes (Paulo Sérgio Passos), ele (Lula) não ia saber”, ironizou. De acordo com Serra, o governo Lula desativou projetos apenas por terem sido criados por ele e pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. “Tudo que tinha a minha marca ou a marca do governo FHC foi deixado de lado. Isso é governar partidariamente. Isso está errado”, afirmou.

O candidato a senador Guilherme Afif Domingos (PFL), também presente no evento, ganhou elogios do candidato da Coligação Compromisso com São Paulo a governador, que pediu votos para ele e criticou os candidatos a governador Aloizio Mercadante (PT) e a senador Eduardo Suplicy (PT), da Coligação Melhor pra São Paulo (PT-PRE-PC do B-PL).

Ao fim do discurso, Serra admitiu que a eleição ainda não está ganha. “A eleição a gente ganha no dia 1º de outubro. Portanto, não vou deixar aqui de pedir voto para vocês”, disse. “Eu não acertei tudo que fiz na minha vida, mas eu acertei muito mais do que errei. Disso não tenho dúvida. No governo do Estado, vamos acertar muito e pôr São Paulo no lugar que merece”, finalizou.

## HELOÍSA ACUSA MANOBRA

A candidata do PSOL à Presidência, Heloísa Helena, despediu-se ontem dos eleitores baianos numa caminhada com militantes pelas ruas centrais de Salvador, sem deixar de criticar o presidente Lula, a quem chamou de cínico. Segundo a senadora, mais uma vez o presidente usou uma manobra eleitoreira “muito esperta”, dizendo à opinião pública que estava afastando os envolvidos na tentativa de comprar um dossiê contra os tucanos.

Heloísa voltou a acusar o presidente de ser “o grande comandante desta organização criminosa”. A candidata

ponderou que há petistas honestos, mas afirmou que hoje o presidente da República e a cúpula palaciana do PT comandam uma organização criminosa capaz de fazer qualquer coisa. Segundo candidata, mais uma vez o presidente está sendo blindado para que as acusações não cheguem a ele.

Sobre a possibilidade de parte dos dólares apreendidos pela Polícia Federal ter entrado ilegalmente no país, Heloísa disse considerar um fato muito mais grave, e cobrou investigação. Segundo ela, os brasileiros não podem aceitar mais tanto dinheiro em espécie circulando num volume que “só o narcotráfico, o crime organizado ou os cofres públicos são capazes de liberar, seja em dólar ou real”.

**O SR. JUVÉNCIO DA FONSECA (PSDB – MS.**

Sem apanhamento taquigráfico.) – ) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “Sem Lula, O mundo é melhor”, de autoria do jornalista Diogo Mainardi, publicado pela Revista **Veja** de 20 de setembro de 2006.

O artigo trata sobre o desejo do jornalista em ver o presidente Lula perder a reeleição. ‘É um mundo melhor, o meu. Um mundo mais limpo. O resto da imprensa é igual a mim. Todos os jornalistas interpretam as pesquisas de acordo com seus desejos e simpatias’.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÉNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**DIOGO MAINARDI**

## **Sem Lula, o mundo é melhor**

Quero que Lula perca. Como quero que Lula perca, rejeito todas as pesquisas eleitorais. O procedimento é simples. Quase todo dia aparece uma pesquisa indicando sua vitória no primeiro turno. Consulto o Datafolha e o Ibope, cotejo os dados região por região, classe social por classe social, e passo a distorcer a realidade. Tiro 1 ponto porcentual de um candidato, dou 2 pontos a outro, depois amplio as margens de erro até conseguir subverter os resultados. Em minhas análises do Datafolha e do Ibope, Lula sempre perde. É um mundo melhor, o meu. Um mundo mais limpo.

O resto da imprensa é igual a mim. Todos os jornalistas interpretam as pesquisas de acordo com seus desejos e simpatias. Pouco

tempo atrás, o Datafolha mostrou que Lula estava praticamente empatado com Geraldo Alckmin na camada dos eleitores com renda acima de dez salários mínimos. Elio Gaspari, eleitor de Heloísa Helena, aproveitou para pontificar: “A maldição elitista do tucanato, segundo a qual o companheiro seria reeleito pela massa dos não-informados aliada aos menos escolarizados, faz água. Vai ao brejo a idéia da reeleição, pela vontade de pobres ignorantes, de um presidente ruinoso que teve quarenta malfeitos à sua volta”. Quatro dias depois, o Datafolha

voltou atrás, mudando radicalmente seu prognóstico. Naquela camada dos eleitores mais ricos, o empate técnico se transformou numa extraordinária vantagem de 27 pontos para Geraldo Alckmin. O discurso de Elio Gaspari

foi para o brejo. Vingou a idéia de que Lula é um presidente ruinoso com quarenta malfeitos à sua volta, e que só é votado por uma massa de pobres ignorantes.

Os pobres ignorantes são o principal tema de disputa entre os analistas de pesquisas eleitorais. Em particular, os pobres ignorantes do Nordeste. Os lulistas acreditam que os pobres do Nordeste são tão ignorantes, mas tão ignorantes, que vão acabar votando em Lula, apesar dos quarenta malfeitos. Os tucanos discordam. Eles acreditam que os pobres do Nordeste podem até declarar voto em Lula nas pesquisas eleitorais, mas são tão ignorantes, tão ignorantes, que vão apertar o botão errado na hora de votar, anulando suas escolhas. Sempre que Lula ultrapassa a barreira dos 50 pontos, sou obrigado a apelar para esse argumento.

José Dirceu, um dos quarenta malfeitos citados por Elio Gaspari, comparou nossa imprensa aos militares golpistas de 1964. Não dá para entender José Dirceu. O triunfo eleitoral de Lula demonstra claramente que a imprensa é inofensiva. Quando ela tenta reagir, basta comprá-la. O Brasil não é dominado por uma élite má. Essa élite má só existe para gente como José Dirceu e Elio Gaspari. O Brasil é dominado por uma massa de pobres ignorantes. Eles estão decidindo por nós. E estão decidindo muito mal. Isso se não confundirem os algarismos e apertarem os botões errados.

*“Em minhas análises do Datafolha e do Ibope, Lula sempre perde. É um mundo melhor, o meu. Um mundo mais limpo. O resto da imprensa é igual a mim. Todos os jornalistas interpretam as pesquisas de acordo com seus desejos e simpatias”*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, mesmo sendo um contra-senso, é realidade, uma triste realidade, constatar que, no Brasil, pouco mais da metade dos nossos estabelecimentos médicos dispõe de adaptações para acesso de deficientes físicos.

Os dados constam de levantamento divulgado pelo IBGE, em pesquisa de Assistência Médico-Sanitária. A estatística adianta, ademais, que nos hospitais e órgãos públicos de saúde a situação ainda é pior: apenas 44,9% dos estabelecimentos contam com acessos para deficientes.

Em matéria publicada pelo jornal **O Globo**, o Superintendente da Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação-ABBR, Nelson Mesquita, garante que não há boa vontade e fiscalização do Ministério da Saúde nem da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA.

Diz Mesquita que o problema se agrava em prédios hospitalares mais antigos. Lamentavelmente, as estatísticas mostram que são os hospitais e outras instalações de saúde do Norte os que menos contribuem para facilitar o acesso dos deficientes. As Regiões Sudeste e Sul, ao contrário, são as mais avançadas nesse aspecto, as duas empatadas, com pouco mais de 61% de unidades que cumprem a lei.

Além do problema de acesso, a pesquisa informa que 36% dos estabelecimentos de saúde não contam com controle de infecção hospitalar.

E acrescento um apelo a todos os hospitais do Brasil para que, o mais rapidamente possível, promovam as adaptações para o acesso de deficientes.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, num tempo não muito distante, havia na tv um programa, antes do noticiário, com o nome **Gente que faz!** Eram cinco minutos bem produzidos, para exaltar algum fato real.

Hoje, chegou ao meu gabinete e-mail que me fez lembrar esse programa, já inexistente. Infelizmente. Foi-me enviado por Silvino Geremia, empresário bem sucedido de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

Sua empresa tem 280 empregados e fabrica equipamentos para extração de petróleo, ramo que exige tecnologia de ponta e muita pesquisa. Disputa cada pedacinho do mercado com países fortes, como os Estados Unidos e o Canadá. Ele sabe que só dá para ser competitivo se tiver pessoas qualificadas trabalhando em sua empresa.

Aí entra o Geremia-Gente que faz. Com a preocupação de vencer e tornar seus produtos competitivos, ele criou, em 1988, um programa que custeia a educação em todos os níveis para qualquer funcionário, seja ele um varredor ou um técnico.

Até aqui, ainda temos o Geremia-Gente que faz.

No seu e-mail, ele se diz surpreso por ter descoberto que, no Brasil de hoje, investir em educação – e ajudar seus funcionários – é ilegal!

Descobri – disse – que investir em Educação é algo contra a lei.

Ele mesmo, o Bom Cidadão-Gente que faz, descobriu que estava na ilegalidade, para ele absurda, ao receber a visita de um fiscal do INSS, que entendeu que educação é salário indireto.

Aí veio um turbilhão de exigências. A começar pela exigência de recolher a contribuição social sobre os valores pagos aos estabelecimentos de ensino freqüentados pelos funcionários da indústria de Geremia, acrescidos de juros de mora e multa. Ele teria, então, que pagar R\$26 mil à Previdência por promover a educação dos funcionários.

O empresário, porém, não recorreu à Justiça. Não pelo valor que seria obrigado a pagar. É porque acha a tributação um atentado. E informou em seu e-mail que vai continuar não recolhendo um centavo ao INSS, mesmo que eu seja multado mil vezes. Na mensagem que me enviou, Geremia disse considerar falido o Estado brasileiro. E acrescenta:

Mais da metade das crianças que iniciam a 1a série não conclui o ciclo básico. A Constituição diz que educação é direito do cidadão e dever do Estado. E quem é o Estado? Somos todos nós. Se a União não tem recursos e eu tenho, eu acho que devo pagar a escola dos meus funcionários.

E ainda: Se a moda pega, empresas que proporcionam benefícios aos seus empregados vão recuar. É o único caminho.

Fica o registro, Sr. Presidente, desse desabafo de um empresário que enfrenta problemas com a Previdência por ter criado um programa de ajuda aos seus empregados que desejam estudar.

Termino com a leitura da parte final do e-mail de Geremia: Por favor, deixem quem está fazendo alguma coisa trabalhar em paz. Passem a cobrar e a fiscalizar quem desvia dinheiro, os sonegadores e os que sonegam impostos e fraudam a Previdência.

Sou filho de família pobre, de pequenos agricultores, e não tive muito estudo. Completei o 1º grau aos 22 anos e, com o dinheiro ganho no meu primeiro emprego, numa indústria de Bento Gonçalves, na serra gaúcha, paguei uma escola técnica de eletromecânica. Cheguei a fazer vestibular e entrar na faculdade, mas não pude terminar o curso de Engenharia Mecânica, por falta de tempo. Eu precisava fazer minha empresa crescer. Até hoje me emociono quando vejo alguém da minha firma se formar. Quis fazer com meus empregados o que gostaria que tivessem feito comigo. A

cada ano elevam-se os valores que invisto em educação, porque muitos funcionários já estão chegando à Universidade.

O fiscal do INSS acredita que estou sujeito a ações judiciais. Segundo ele, algum empregado que não receba os valores para educação poderá reclamar equiparação salarial com o colega que recebe. Nunca, porém, desde que existe o programa, um funcionário meu entrou na Justiça. Todos sabem que estudar é uma opção de quem têm vontade de crescer. E quem tem esse sonho, pode realizá-lo, ao menos na minha empresa, que oferece essa oportunidade. O empregado pode estudar o que quiser, mesmo que seja Filosofia, (que não teria qualquer aproveitamento prático na Geremia). No mínimo, ele trabalhará mais feliz. Conclui o Geremia:

Meu sonho de consumo sempre foi uma Mercedes-Benz. Adiei esse sonho várias vezes porque, como cidadão consciente do meu dever social, quis usar o dinheiro para fazer alguma coisa pelos meus 280 empregados. Com os valores que gastei no ano passado na educação deles, eu poderia ter comprado duas Mercedes. Teria mandado dinheiro para fora do país e não estaria me incomodando com leis absurdas. Mas não consigo fazer isso. Sou um teimoso.

Com esse alerta, temo desestimular os que ainda não pagam os estudos de seus funcionários. Não é o meu objetivo. Eu, pelo menos, continuarei ousando ser empresário, a despeito de eventuais crises, e não vou parar de investir no meu patrimônio mais precioso: as pessoas.

Eu sou mesmo teimoso.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, Lee Lacocca, ex-presidente da Ford e da Chrysler, diz que a competitividade de um país não começa nas indústrias e nos laboratórios de engenharia. Ela começa nas salas de aula. Trata-se de uma verdade simples, infelizmente ainda pouco aceita entre nós. Não há país desenvolvido que tenha chegado ao estágio em que se encontra sem oferecer uma educação de qualidade aos seus jovens.

Nenhum sistema educacional estará de acordo com as necessidades modernas se for incapaz de acompanhar as demandas cada vez mais especializadas de um mundo competitivo. Países como Irlanda, Espanha e Coréia do Sul fizeram do conceito de empreendedorismo um componente essencial da formação de seus estudantes. O objetivo é prepará-los plenamente para a vida, seja como donos de seu próprio negócio, seja como profissionais em busca de uma oportunidade de carreira.

Ao contrário do que o termo faz supor, o empreendedorismo busca desenvolver muito mais que a capacidade de gestão de um novo empreendimento. Ele capacita o cidadão para a vida, fortalecendo a iniciativa, a disposição para inovar e enfrentar desafios e riscos.

A persistência, a tenacidade e a autoconfiança na busca de objetivos são qualidades que podem ser despertadas e estimuladas no meio escolar. É dever da educação proporcionar aos estudantes oportunidades para sua auto-realização, e nada é tão importante quanto a formação de profissionais aptos para o mercado de trabalho.

Estatísticas mostram que estamos longe de cumprir essa meta. De acordo com relatório de 2005 do Dieese, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, o índice de desemprego entre brasileiros com idades entre 16 e 24 anos é de 31,82%, mais que o dobro do registrado entre faixas etárias superiores.

Todos temos um potencial empreendedor, e o Brasil é um dos países mais empreendedores do mundo. Num ranking de 37 países pesquisados por grau de empreendedorismo, estamos em sétimo lugar, segundo dados divulgados este ano pelo Sebrae. Falta aperfeiçoar esse enorme potencial, e a educação é uma peça fundamental para estimular a criatividade e fazer com que o nível de capacitação profissional esteja à altura das necessidades do mercado.

É com este propósito que estou apresentando o Projeto de Lei número 273, que inclui o empreendedorismo como componente curricular dos ensinos fundamental e médio no Brasil, dando prazo de dois anos para que a inovação entre em vigor.

Acredito que o incentivo à inovação e ao empreendedorismo devem ser parte obrigatória de qualquer política pública. Hoje em dia, na maioria absoluta das profissões, o empreendedor tem maiores chances de acesso ao emprego e também de desenvolver projetos por sua própria iniciativa. Em resumo, é alguém mais bem preparado para a vida e para a realização profissional, muito menos sujeito a fazer parte do contingente de desempregados.

Precisamos de um sistema educacional flexível, dotado de mecanismos de aprimoramento constante, que possa garantir aos nossos estudantes a aquisição de capacidade crítica, de inventividade e de iniciativa. O ensino do empreendedorismo desempenhará um papel vital na superação do abismo hoje existente entre a formação escolar e a realidade que nossos jovens encontram quando concluem os estudos e buscam uma oportunidade de trabalho, como provam as estatísticas de desemprego.

Por tais razões, conto com o apoio dos ilustres colegas para a iniciativa. Ela contribuirá para a construção de uma cultura de empreendedorismo, e para que a escola forneça grande parte das habilidades e competências exigidas pelo mundo globalizado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, recebi, há alguns dias, o Relatório de Administração do Banco Central – Bacen – para o ano de 2005. Foi com satisfação que pude perceber que o Bacen vem cumprindo com louvor o papel de guardião do Sistema Financeiro Nacional, assegurando a solidez de todo o sistema e a estabilidade do poder de compra da moeda.

Não hesito em correlacionar a tranqüilidade macroeconômica deste período eleitoral à atuação compromissada com o País, desempenhada pelo Banco Central há tantos anos. Todos nos recordamos dos cenários catastrofistas envolvidos na eleição presidencial de 2002.

Naquela época, o dólar esbarrou nos 4 reais, o risco-país foi nas alturas enquanto a Bovespa despenava. Venceu o candidato ao qual alguns profetas da desesperança associavam o caos, mediante políticas pouco responsáveis no campo econômico. Estavam redondamente enganados.

O Relatório do Bacen de 2005 mostra a evolução bastante significativa dos fundamentos macroeconômicos do Brasil. A inflação vem seguindo trajetória de queda, enquadrando-se de forma reiterada no sistema de metas de inflação. Isso prova a correção de uma política econômica mais austera, principalmente nos momentos iniciais do Governo, quando diversos fatores ameaçavam a estabilidade do mercado financeiro.

A convergência dos indicadores econômicos às metas estabelecidas pelas autoridades monetárias tem possibilitado a queda gradual e prudente, da taxa básica de juros, a Selic.

O aumento da confiança dos agentes econômicos tem-se refletido, por exemplo, no superávit recorde na balança comercial em 2005, que alcançou o montante de 44,8 bilhões de dólares. O saldo positivo em transações correntes também é inédito: 14,2 bilhões de dólares em 2005.

É claro que reconhecemos o papel positivo de uma conjuntura internacional de maior liquidez nos dias de hoje, sem grandes sustos, como aqueles que abalaram os mercados financeiros no final da década de 1990. O Brasil sofreu enormemente o baque, junto de Rússia, México e os “tigres asiáticos”.

Porém, é justo destacarmos o mérito do Banco Central do Brasil em valer-se de conjuntura atual fa-

vorável para promover ajustes importantíssimos na gestão da economia brasileira.

Um dos resultados visíveis de nosso avanço institucional, repito, pode ser verificado na calmaria com que os mercados interno e internacional vêem o processo sucessório em nosso País.

Sr. Presidente, não posso concluir sem antes mencionar a ampla cooperação do Banco Central com o Poder Legislativo. As Comissões Parlamentares de Inquérito têm no Bacen um poderosíssimo aliado na obtenção de dados e, até, na cessão de servidores de seu quadro para auxiliarem nos trabalhos das CPIs.

É a integração e o compartilhamento de dados entre o Bacen e o Congresso Nacional que têm possibilitado o esclarecimento de relevantes fatos políticos perante as autoridades e a opinião pública.

Além disso, conhecemos muito bem a tempestividade com que o Banco Central responde a nossos pedidos de informação. Seus dirigentes, por sua vez, não se furtam a comparecer a audiências públicas na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal sempre que a ocasião se mostra necessária.

É igualmente importante a integração desenvolvida entre o Banco Central e o Judiciário. Algumas demandas, como o bloqueio e desbloqueio de contas de pessoas arroladas em ações judiciais, requerem sintonia fina entre as instituições. O Relatório do Banco Central de 2005 demonstra que essa sintonia, felizmente, não tem faltado.

Sr. Presidente, faço questão de repercutir, ao menos, as linhas gerais desse importante documento emitido pelo Bacen, porque tanto aquela autoridade monetária, guardiã do sistema financeiro, quanto o Senado Federal têm compromisso inequívoco com a transparência e com a prestação de contas à sociedade.

Pelo alcance que as decisões do Banco Central têm na vida de todos, desde os grandes bancos até o orçamento da dona de casa, é fundamental cumprirmos com nossa atividade fiscalizadora e reconhecermos os avanços mais expressivos de nossa política monetária.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Ainda muito havendo a tratar, mas sem oradores inscritos, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando as Sras e os Srs. Senadores para a sessão não deliberativa de quinta-feira, às 14 horas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Está encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 53 minutos.)*

**AGENDA DO PRESIDENTE  
DO SENADO FEDERAL**

**14-11-2006**  
**terça-feira**

**11:30 – Deputado Armando Monteiro, Presidente  
da Confederação Nacional da Indústria**

Sala de Audiências da Presidência do Senado  
Federal

**12:00 – Senador Sérgio Zambiasi**

para tratar da Sessão Solene do Congresso Na-  
cional para instalação do Parlamento do Mercosul no  
dia 14/12 às 11:00, Plenário do Senado Federal

Sala de Audiências da Presidência do Senado  
Federal

**12:15 – Senhor Guilherme Afif Domingos, Pres-  
idente da Federação de Associações Comerciais  
do Estado de São Paulo**

Sala de Audiências da Presidência do Senado  
Federal

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 251 , DE 2006**

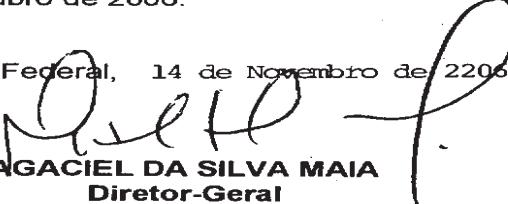
**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas  
atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997,  
que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,**

**R E S O L V E:**

I - Prorrogar até o dia 31 de dezembro de 2006 o prazo de para a  
conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de que trata a Portaria nº 13, de  
2006, do Diretor-Geral do Senado Federal.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com  
efeitos a partir de 31 de outubro de 2006.

Senado Federal, 14 de Novembro de 2006

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 252 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas  
atribuições regimentais e regulamentares conferidas pelo artigo 320 da Resolução  
nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,**

**RESOLVE:**

I - Designar a servidora LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS,  
matrícula 50158, para integrar como membro, a Comissão Especial criada pela  
Portaria nº 150, de 2005, do Diretor-Geral e prorrogada pela Portaria nº 232, de  
2006, do Diretor-Geral.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com  
efeitos a partir de 01º de novembro de 2006.

Senado Federal, 14 de Novembro de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 2228 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,**

**RESOLVE:**

nomear **FERNANDO SOARES DA SILVA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar – AP-2, da Assessoria Técnica do Gabinete da Presidência, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 14 de novembro de 2006.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 2229 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,**

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores JOÃO CARLOS MOREIRA CORRÊA, matrícula nº 50020, e JOSÉ RAIMUNDO NETO, matrícula nº 41066, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 008821/06-2 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de Novembro de 2006.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 2230 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

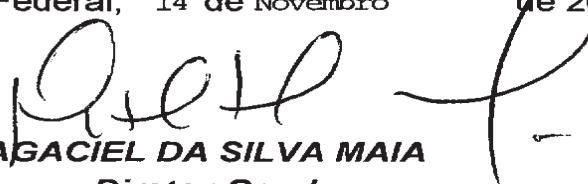
**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores JOÃO CARLOS MOREIRA CORRÊA, matrícula nº 50020, e JOSÉ RAIMUNDO NETO, matrícula nº 41066, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 014964/06-6 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de Novembro

de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
*Diretor-Geral*

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 2231 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

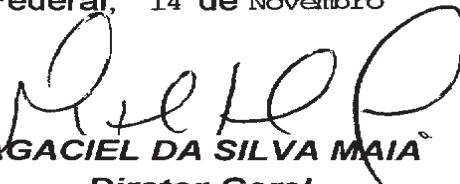
**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores ANTONIO BROCHADO DA COSTA, matrícula nº 104258, e HEITOR LEDUR, matrícula nº 104167, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 000298/06-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de Novembro

de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
*Diretor-Geral*

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 2232 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016625/06-4,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ JOAQUIM RAMOS, matrícula 23209, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Coordenação de Transportes da Secretaria de Serviços Gerais, a partir de 01 de outubro de 2006.

Senado Federal, 14 de Novembro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 2233 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Designar o servidor **ELIAS DE OLIVEIRA**, matrícula 13319/SF, ocupante do cargo de Analista Legislativo/Processo Legislativo, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para exercer a função comissionada, símbolo FC-07, de Chefe do Serviço de Apoio ao Treinamento em Tecnologia da Informação - SATI, da Subsecretaria de Gestão do Conhecimento - SSGCON, da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN.

Senado Federal, em 14 de novembro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

**PARECER Nº 34, DE 2006-CN**

**Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 5, de 2006-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, da Justiça Federal, da Justiça Eleitoral e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$ 5.834.330,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.”**

Autor : Poder Executivo

Relator: Deputado **Nárcio Rodrigues**

**I – Apreciação****I.1 – Histórico**

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 71 de 2006-CN (nº 581/2006, na origem), o Projeto de Lei nº 5, de 2006-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, da Justiça Eleitoral e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$ 5.834.330,00, para atender às programações constantes do Anexo I.

O Poder Executivo oferece como fonte de recursos os advindos de anulação parcial de dotações orçamentárias dos próprios Órgãos, na forma do Anexo II. Tais recursos estão em conformidade com o que dispõe o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição, como assim explicita a Exposição de Motivos nº 00120/2006-MP, de 6-7-2006, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Esclarece, ainda, a E.M., que as alterações decorrentes da abertura desse crédito não afetarão a obtenção da meta de resultado primário, estabelecida para o corrente exercício, por derivarem de remanejamento entre despesas primárias, nos termos do que determina o art. 63, § 13, da Lei nº 11.178, de 20 de

setembro de 2005 (LDO/2006), e que os remanejamentos de dotações propostos não trarão, segundo os próprios Órgãos envolvidos, “prejuízo à execução das programações objeto de cancelamento”.

Cumpridos os trâmites aprovados para a apreciação da proposição, nos termos facultados pelas normas em vigor, coube-nos a honrosa incumbência de relatá-la.

**I.2 – Análise**

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, dado ter por objetivar a alocação de novas programações não previstas na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 11.305, de 16-5-2006) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 63 da Lei nº 11.178 de 11-8-2005 (LDO/2006).

Quanto aos recursos compensatórios para a abertura do crédito, a Exposição de Motivos deixa claro que, para tanto, serão utilizados, na forma facultada pela Lei nº 4.320, de 1964, em seu art. 43, § 1º, inciso III, recursos decorrentes da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme demonstrativo anexado à proposição.

A matéria que nos foi dada a relatar foi objeto de 1 emenda, no prazo regimental, objetivando remanejar recursos em favor da Justiça Eleitoral do Amazonas. Em que pese os méritos contidos da assertiva somos pela sua rejeição, haja vista que a unidade orçamentária a ser beneficiada com novos recursos já está contemplada pelo Projeto de Lei e que sua aprovação comprometeria os recursos alocados às demais unidades orçamentárias constantes do Crédito.

**II – Voto do Relator**

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa da Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais ou legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, Somos Pela Aprovação do PLN nº 5, de 2006-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo, rejeitando-se a emenda apresentada no prazo regimental.

É o Relatório.

## CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Nona Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, em 13 de novembro de 2006, **APROVOU**, por unanimidade, o **Relatório** do Deputado NÁRCIO RODRIGUES, favorável nos termos do **Projeto de Lei nº 05/2006-CN**. Ao Projeto foi apresentada 01 (uma) emenda, a qual foi **REJEITADA**.

Compareceram os Senhores Deputados Gilmar Machado, Presidente, Júlio Cesar, Segundo Vice-Presidente, Alex Canziani, Alexandre Cardoso, Antonio Cambraia, Antonio Cruz, Antonio Joaquim, Bismarck Maia, Carlito Merss, Carlos Melles, Claudio Cajado, Colbert Martins, Daniel Almeida, Devanir Ribeiro, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Humberto Michiles, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Leão, Jorge Bittar, José Carlos Araújo, José Pimentel, Jovair Arantes, Júlio Semeghini, Lael Varella, Leodegar Tiscoski, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Lupércio Ramos, Marcelo Castro, Marcelo Ortiz, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel de Souza, Milton Monti, Nárcio Rodrigues, Nazareno Fontes, Nelson Meurer, Osvaldo Reis, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Roberto Gouveia, Rogério Teófilo, Ronaldo Dimas, Sandro Mabel, Sérgio Miranda, Vignatti, Waldemir Moka, Zé Gerardo e Zequinha Marinho; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Flexa Ribeiro, Geovani Borges, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Roberto Saturnino, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi, Sibá Machado, Valdir Raupp e Wellington Salgado de Oliveira.

Sala de Reuniões, em 13 de novembro de 2006.

Deputado GILMAR MACHADO  
Presidente

Deputado NÁRCIO RODRIGUES  
Relator

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 5/2006-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, da Justiça Federal, da Justiça Eleitoral e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R\$5.834.330,00 (cinco milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, trezentos e trinta reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.”

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2006.  
– Deputado **Gilmar Machado**, Presidente – Deputado **Nárcio Rodrigues**, Relator.

#### **PARECER Nº 35, DE 2006-CN**

**Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 6, de 2006-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Segurança da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$97.472.929,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”**

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Paulo Rubem Santiago**

#### **I – Apreciação**

##### **I.1 – Histórico**

O Excentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 76, de 2006-CN (nº 592/2006, na origem), o Projeto de Lei nº 6, de 2006-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Segurança Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$97.472.929,00, para atender às programações constantes do Anexos.

O Poder Executivo oferece como fonte de recursos os advindos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005 e de anulação parcial de dotações orçamentárias dos próprios Órgãos, na forma do Anexo II. Tais recursos estão em conformidade com o que dispõe o art. 43, § 1º, inciso I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição, como assim explicita a Exposição de Motivos nº 124/2006-MP, de 12-7-2006, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Esclarece, ainda, a E.M., que as alterações decorrentes da abertura desse crédito não afetarão a obtenção da meta de resultado primário, estabelecida para o corrente exercido, quer por decorrerem de receitas financeiras, no caso do Superávit Financeiro, a

serem consideradas no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao terceiro bimestre de 2006, conforme dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; quer por derivarem de remanejamento entre despesas primárias, no caso da anulação de dotações orçamentárias, nos termos do que determina o art. 63, § 13, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 (LDO/2006). Nesse particular, vale acrescentar, à luz das informações contidas na E.M. que os remanejamentos de dotações propostos não trarão, segundo os próprios Órgãos envolvidos, “prejuízo à execução das programações objeto de cancelamento”.

Cumpridos os trâmites aprovados para a apreciação da proposição, nos termos facultados pelas normas em vigor, coube-nos a honrosa incumbência de relatá-la.

##### **I. 2 – Análise**

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, dado ter por objetivar o reforço de dotações já constantes da Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 11.306, de 16/05/2006) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 63 da Lei nº 11.178 de 11-8-2005 (LDO/2006).

Quanto aos recursos compensatórios para a abertura do crédito, a Exposição de Motivos deixa claro que, para tanto, serão utilizados, na forma facultada pela Lei nº 4.320, de 1964, em seu Art. 43, § 1º, inciso I e III, recursos decorrentes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2005, conforme demonstrativo anexado à proposição, e os advindos de anulação parcial de dotações orçamentárias.

A matéria que nos foi dada a relatar foi objeto de 6 emendas, no prazo regimental, objetivando remanejar recursos em favor da Justiça Eleitoral e da Justiça Federal. Em que pese os méritos contidos das assertivas apresentadas somos pela inadmissão da emenda nº 1, por referir-se a ação não constante da Lei Orçamentária em vigor, o que a descaracteriza como crédito suplementar, e pela rejeição das demais, haja vista que as ações propostas ainda são objeto de empenho pelo Poder Público, conforme dados do SIAFI, não estando, portanto, prontas a reforço de novas dotações.

##### **II – Voto do Relator**

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais ou legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, Somos pela aprovação do PLN Nº 6, de 2006-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo, inadmitindo-se a emenda nº 1 e rejeitando-se as demais emendas apresentadas.

É o Relatório.

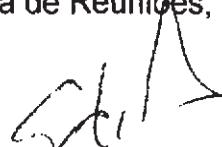
Brasília, 5 de setembro de 2006. – Deputado **Paulo Rubem Santiago**, Relator.

## CONCLUSÃO

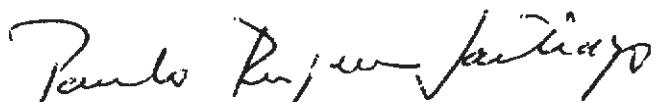
A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Nona Reunião Extraordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, em 13 de novembro de 2006, **APROVOU**, por unanimidade, o **Relatório** do Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO, favorável nos termos do **Projeto de Lei nº 06/2006-CN**. Ao Projeto foram apresentadas 06 (seis) emendas, das quais foi **DECLARADA INADMITIDA** a de nº 01 e **REJEITADAS** as demais.

Compareceram os Senhores Deputados Gilmar Machado, Presidente, Júlio Cesar, Segundo Vice-Presidente, Alex Canziani, Alexandre Cardoso, Antonio Cambraia, Antonio Cruz, Antonio Joaquim, Bismarck Maia, Carlito Merss, Carlos Melles, Claudio Cajado, Colbert Martins, Daniel Almeida, Devanir Ribeiro, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Humberto Michiles, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Leão, Jorge Bittar, José Carlos Araújo, José Pimentel, Jovair Arantes, Júlio Semeghini, Lael Varella, Leodegar Tiscoski, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Lupércio Ramos, Marcelo Castro, Marcelo Ortiz, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel de Souza, Milton Monti, Nárcio Rodrigues, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Osvaldo Reis, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Roberto Gouveia, Rogério Teófilo, Ronaldo Dimas, Sandro Mabel, Sérgio Miranda, Vignatti, Waldemir Moka, Zé Gerardo, Zequinha Marinho e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Flexa Ribeiro, Geovani Borges, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Roberto Saturnino, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi, Sibá Machado, Valdir Raupp e Wellington Salgado de Oliveira

Sala de Reuniões, em 13 de novembro de 2006.



Deputado GILMAR MACHADO  
Presidente



Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO  
Relator

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 06/2006-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$97.472.929,00 (noventa e sete milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, novecentos e vinte e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2006. – Deputado **Gilmar Machado**, Presidente – Deputado **Paulo Rubem Santiago**, Relator.

#### TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia quatorze do mês de novembro de dois mil e seis, terça-feira, às dez horas, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 327, adotada em 31 de outubro de 2006 e publicada em 1º de novembro do mesmo ano, que “Dispõe sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e dá outras providências”, com a presença dos Senhores Senadores Valdir Raupp e César Borges, a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2006.  
– **Sérgio da Fonseca Braga**, Diretor.

#### TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia quatorze do mês de novembro de dois mil e seis, terça-

feira, às dez horas e trinta minutos, na sala nº nove da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer da Medida Provisória nº 328, adotada em 1º de novembro de 2006 e publicada em 3 do mesmo mês e ano, que “Dispõe sobre a prestação de auxílio financeira pela União aos Estados e aos Municípios, no exercício de 2006, com o objetivo de fomentar as exportações do País.” com a presença dos Senhores Senadores Valdir Raupp e César Borges, a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2006.  
– **Sérgio da Fonseca Braga**, Diretor.

#### TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia quatorze do mês de novembro de dois mil e seis, terça-feira, às onze horas, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer da Medida Provisória nº 329, adotada em 1º de novembro de 2006 e publicada em 3 do mesmo mês e ano, que “Autoriza o Ministério da Defesa a efetuar contratação de pessoal, por prazo determinado, imprescindível ao controle do tráfego aéreo,” com a presença dos Senhores Senadores Valdir Raupp e César Borges, a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2006.  
– **Sérgio da Fonseca Braga**, Diretor.

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

### Bahia

**PFL** – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
**PFL** – Antonio Carlos Magalhães \*\*  
**PFL** – César Borges\*\*

### Rio de Janeiro

**BLOCO-PT** – Roberto Saturnino\*  
**PRB** – Marcelo Crivella\*\*  
**PMDB** – Sérgio Cabral\*\*

### Maranhão

**PMDB** – João Alberto Souza \*  
**PFL** – Edison Lobão\*\*  
**PFL** – Roseana Sarney \*\*

### Pará

**PMDB** – Luiz Otávio\*  
**BLOCO-PT** – Ana Júlia Carepa\*\*  
**PSDB** – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

### Pernambuco

**PFL** – José Jorge\*  
**PFL** – Marco Maciel\*\*  
**PSDB** – Sérgio Guerra\*\*

### São Paulo

**BLOCO-PT** – Eduardo Suplicy\*  
**BLOCO-PT** – Aloizio Mercadante\*\*  
**PFL** – Romeu Tuma\*\*

### Minas Gerais

**BLOCO-PL** – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
**PSDB** – Eduardo Azeredo\*\*  
**PMDB** – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

### Goiás

**PMDB** – Maguito Vilela\*  
**PFL** – Demóstenes Torres \*\*  
**PSDB** – Lúcia Vânia\*\*

### Mato Grosso

**PSDB** – Antero Paes de Barros \*  
**PFL** – Jonas Pinheiro \*\*  
**BLOCO-PT** – Serys Slhessarenko\*\*

### Rio Grande do Sul

**PMDB** – Pedro Simon\*  
**BLOCO-PT** – Paulo Paim\*\*  
**PTB** – Sérgio Zambiasi\*\*

### Ceará

**PSDB** – Luiz Pontes\*  
**BLOCO-PSB** – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
**PSDB** – Tasso Jereissati\*\*

### Paraíba

**PMDB** – Ney Suassuna \*  
**PFL** – Efraim Morais\*\*  
**PRB** – Roberto Cavalcanti \*\*<sup>S</sup>

### Espírito Santo

**PSDB** – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
**PSDB** – Marcos Guerra\*\*<sup>S</sup>  
**BLOCO-PL** – Magno Malta\*\*

### Piauí

**PMDB** – Alberto Silva\*  
**PFL** – Heráclito Fortes\*\*  
**PMDB** – Mão Santa \*\*

### Rio Grande do Norte

**PTB** – Fernando Bezerra\*  
**PMDB** – Garibaldi Alves Filho\*\*  
**PFL** – José Agripino\*\*

### Santa Catarina

**PFL** – Jorge Bornhausen \*  
**BLOCO-PT** – Ideli Salvatti\*\*  
**PSDB** – Leonel Pavan \*\*

### Alagoas

**P-SOL** – Heloísa Helena\*  
**PMDB** – Renan Calheiros\*\*  
**PSDB** – Teotonio Vilela Filho\*\*

### Sergipe

**PFL** – Maria do Carmo Alves \*  
**PMDB** – Almeida Lima\*\*  
**BLOCO-PSB** – Antônio Carlos Valadares\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\*: Período 2003/2011

### Amazonas

**PMDB** – Gilberto Mestrinho\*  
**PSDB** – Arthur Virgílio\*\*  
**PDT** – Jefferson Péres\*\*

### Paraná

**PSDB** – Alvaro Dias \*  
**BLOCO-PT** – Flávio Arns\*\*  
**PDT** – Osmar Dias\*\*

### Acre

**BLOCO-PT** – Tião Viana\*  
**PMDB** – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
**BLOCO-PT** – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

### Mato Grosso do Sul

**PSDB** – Juvêncio da Fonseca\*  
**PT** – Delcídio Amaral \*\*  
**PMDB** – Ramez Tebet\*\*

### Distrito Federal

**PTB** – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
**PDT** – Cristovam Buarque \*\*  
**PFL** – Paulo Octávio \*\*

### Tocantins

**PSDB** – Eduardo Siqueira Campos\*  
**BLOCO-PL** – João Ribeiro \*\*  
**PC do B** – Leomar Quintanilha\*\*

### Amapá

**PMDB** – José Sarney \*  
**PMDB** – Geovani Borges\*\*  
**PSDB** – Papaléo Paes\*\*

### Rondônia

**PMDB** – Amir Lando\*  
**BLOCO-PT** – Fátima Cleide\*\*  
**PMDB** – Valdir Raupp\*\*

### Roraima

**PTB** – Mozarildo Cavalcanti\*  
**PDT** – Augusto Botelho\*\*  
**PMDB** – Romero Jucá\*\*

<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	7. Serys Slhessarenko – PT
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
 E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS****(9 titulares e 9 suplentes)****Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB****Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL****Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) <sup>(3)</sup>
Ney Suassuna <sup>(1)</sup>	3. Serys Slhessarenko <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.<sup>(4)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
 Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
 E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB  
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(3)</sup>
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>
<b>PDT</b>	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Aelton Freitas - PL**  
**Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)**

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB**<sup>(2)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) <sup>(3)</sup>	6. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	6. (vago) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
 E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA****(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>****Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.<sup>(2)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB  
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT  
Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Mão Santa	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) <sup>(4)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	
<b>PDT</b>	
	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: (vago)<sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB <sup>(4)</sup>	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(6)</sup> (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup> (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup> PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
 E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR  
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT <sup>(8)</sup> (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup> (cedida pelo PFL) <sup>(1)</sup>	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(7)</sup> (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) <sup>(6)</sup>
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(3)</sup>
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(8)</sup> O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB  
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(1)</sup> <sup>(5)</sup>	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(2)</sup> <sup>(6)</sup>	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago) <sup>(4)</sup>
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) <sup>(7)</sup>	4. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida pelo PFL

<sup>(2)</sup> Vaga cedida pelo PSDB

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(7)</sup> A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT**  
**Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL (vago) <sup>(3)</sup>	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL) 3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Valdir Raupp	3. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA**  
(17 titulares e 17 suplentes)

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B<sup>(4)</sup>**  
**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro<sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL <sup>(2)</sup>	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB <sup>(3)</sup>
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	5. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB<sup>(1)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral - PTB <sup>(1)</sup>	1. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

**Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL**

**Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL <sup>(1)</sup>
<b>PMDB</b>	
(vago)	1. Luiz Otávio
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O Senador João Ribeiro desfiliou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
 E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT  
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL (vago) <sup>(6)</sup>	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup>	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) <sup>(7)</sup>
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) <sup>(2)</sup>
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(7)</sup> O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646

E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(2)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Gerson Camata	5. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup>
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) <sup>(6)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(2)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
 E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta <sup>(2)</sup>
Mão Santa	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>	2. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(3)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
 E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB <sup>(3)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>PL, PL)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

<sup>(3)</sup> Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao  
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
 E – Mail: [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella  
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
 Telefone: 3311-3506 Fax:  
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**  
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

<u>1<sup>a</sup> Eleição Geral</u> : 19.04.1995	<u>4<sup>a</sup> Eleição Geral</u> : 13.03.2003
<u>2<sup>a</sup> Eleição Geral</u> : 30.06.1999	<u>5<sup>a</sup> Eleição Geral</u> : 23.11.2005
<u>3<sup>a</sup> Eleição Geral</u> : 27.06.2001	

**Presidente: Senador João Alberto Souza<sup>1</sup>**  
**Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres<sup>1</sup>**

<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro <sup>2</sup> (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M <sup>a</sup> do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca <sup>2</sup> (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan <sup>2</sup> (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho <sup>3</sup> (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
<b>PMDB</b>					
Wellington Salgado de Oliveira <sup>5</sup>	MG	2244	1. Leomar Quintanilha <sup>4</sup> (PCdoB)-cessão	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges <sup>6</sup>	AP	1712
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)</b>					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Eduardo Suplicy (PT) <sup>7</sup>	SP	3213
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB</b>					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.10.2006)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

<sup>1</sup> Eleito em 13.12.2005, na 1<sup>a</sup> Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

<sup>2</sup> Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

<sup>3</sup> Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

<sup>4</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o OF. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>5</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>6</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>7</sup> Eleito na Sessão do SF do dia 3.10.2006. Indicado de acordo com o Ofício nº 32/2006-GLDBAG-CSCOM, de 6.9.2006.

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO<sup>1</sup>**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) <sup>2</sup>	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) <sup>4</sup>	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) <sup>3</sup>	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

<sup>3</sup> Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

<sup>4</sup> Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	<b>PMDB</b>

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001  
2ª Designação Geral: 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko

**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b>PRESIDENTE</b> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<b>PRESIDENTE</b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b>1º SECRETÁRIO</b> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<b>1º SECRETÁRIO</b> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<b>2º SECRETÁRIO</b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b>2º SECRETÁRIO</b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b>3º SECRETÁRIO</b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b>4º SECRETÁRIO</b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b>4º SECRETÁRIO</b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
<b>LÍDER DA MINORIA</b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</b> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</b> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier  
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho<sup>1</sup>

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO <sup>2</sup>	EMANUEL SOARES CARNEIRO <sup>2</sup>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO <sup>2</sup>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE <sup>2</sup>
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT <sup>2</sup>	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER <sup>3</sup>	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA <sup>2</sup>	STEPAN NERCESSIAN <sup>2</sup>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS <sup>2</sup>	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO <sup>2</sup>	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1<sup>a</sup> Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2<sup>a</sup> Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

<sup>1</sup> Eleito na 2<sup>a</sup> Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

<sup>2</sup> Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

<sup>3</sup> Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6<sup>a</sup> Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

# CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

## COMISSÕES DE TRABALHO

### 01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>4</sup>

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

### 02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

### 03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

### 04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)<sup>5</sup>

### 05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

<sup>4</sup> Constituída na 11<sup>a</sup> Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

<sup>5</sup> Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

## COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

### Representação Brasileira COMPOSIÇÃO

**16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)**  
**Mesa Diretora eleita em 28.04.2005**

<b>Presidente:</b> Senador SÉRGIO ZAMBIASI	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado LEODEGAR TISCOSKI

### MEMBROS NATOS

<b>Senador ROBERTO SATURNINO (PT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputado ALCEU COLLARES (PDT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

### SENADORES

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

### **PMDB**

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

### **BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)**

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. SERYS SLHESSARENKO (PT/MT)
EDUARDO SUPILCY (PT/SP)	2. (vago)

### **PDT**

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

### **PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)**

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

### DEPUTADOS

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PT</b>	

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

### **PMDB**

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

### **Bloco PFL/Prona**

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

### **PSDB**

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

### **PP**

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

### **PTB**

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

### **PL**

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

### **PPS**

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 08.11.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**  
**(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)**

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Deputado ALCEU COLLARES**

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>  HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>  WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA PMDB-MG
<u>LÍDER DA MINORIA</u>  JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>  ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>  ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>  ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

## **SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**

CNPJ 00.530.279/0005-49  
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900  
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

### **DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 31,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 96,60</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 127,60</b>

### **PREÇO DE ASSINATURA ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 62,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 193,20</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 255,20</b>

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

### **NÚMERO AVULSO**

Valor do número avulso	<b>R\$ 0,30</b>
Porte avulso	<b>R\$ 0,80</b>

### **ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG - 020055</b>	<b>GESTÃO 00001</b>
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru\\_simples.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp), código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450  
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 132 PÁGINAS